

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional que atua nos setores de alimentos, nos canais de foodservice, varejo e conveniência, industrial e de exportação, no Brasil e no mundo. Com base de produção distribuída no eixo das Américas, a Companhia possui um portfólio de produtos diversificado e abrangente, e suas operações estão alicerçadas em seu compromisso com a excelência e qualidade, garantindo a presença dos seus produtos nas maiores redes de restaurantes e supermercados do mundo, além dos lares de consumidores em aproximadamente 100 países. As atividades da Marfrig se dividem em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de produtos à base de proteína animal (bovinos, suínos, aves, ovinos e peixes) e vegetal, incluindo também o confinamento de gado e a produção agrícola voltada para o cultivo de grãos e forragens destinadas à alimentação animal. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada na cidade de São Paulo.

A história da Marfrig começa em 1986, quando seu fundador, o Sr. Marcos Antônio Molina dos Santos, aos 16 anos, abriu seu primeiro negócio se consolidando rapidamente como um importante distribuidor de cortes bovinos e outras proteínas. Em 1998, iniciou as atividades de seu primeiro centro de distribuição na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, para atender à crescente demanda por produtos alimentícios.

Em 2000, os sócios fundadores constituíram a Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos Ltda. (que em 2007 viria a ser transformada em Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A., em 2009 Marfrig Alimentos S.A. e em 2014, Marfrig Global Foods SA.) e foi arrendada a primeira planta de abate e processamento na cidade de Bataguassu (que veio a ser adquirida posteriormente), Estado de Mato Grosso do Sul. A Companhia tornou-se uma sociedade anônima em 26 de março de 2007 e, em 18 de junho de 2007, obteve seu registro de Companhia aberta junto à CVM, realizando sua oferta pública inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, no segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Entre 2008 e 2012 a Companhia fez importantes investimentos e aquisições, transformando a Marfrig em uma das mais internacionalizadas e diversificadas Companhias do setor brasileiro de alimentos baseado em proteínas animais. Nesse período específico, destaca-se a compra da Moy Park, Seara e Keystone em 2008, 2009 e 2010, respectivamente.

Em 2013 deu-se início o programa plano estratégico Focar para Ganhar, que tinha por objetivo conduzir a Marfrig na rota da excelência operacional, gerando benefícios sociais e retorno financeiro aos investidores. O plano tinha como alicerce o controle da alavancagem e reestruturação do modelo de negócios da Companhia, fazendo desde então importantes desinvestimentos, iniciando com a venda da Seara.

Em 2015, a Companhia anunciou a venda da Moy Park, dentro da estratégia de fortalecer o “core business” de processamento de proteína bovina.

Em 2018, a Marfrig redirecionou seu foco estratégico para proteína bovina e produtos de maior valor agregado e o atingimento de uma estrutura de capital de baixa alavancagem. Em junho de 2018, a Companhia adquiriu o controle da empresa norte-americana National Beef, a 4ª maior e mais eficiente empresa de carne bovina dos EUA, se tornando uma das maiores empresas de carne bovina, em capacidade, do mundo. Em novembro de 2018, a Marfrig vendeu a subsidiária Keystone Foods, adquirida pela Companhia em 2010, empresa majoritariamente de processamento de carne de frango.

A Companhia manteve o negócio de hambúrgueres de North Baltimore, Ohio, da Keystone uma das maiores plantas de hambúrguer dos EUA e uma das grandes fornecedoras para o canal de foodservice.

Com foco em produtos de maior valor agregado, a Marfrig comunicou, em dezembro de 2018, a decisão

de adquirir o controle da QuickFood, empresa líder na produção de alimentos derivados de carne bovina na Argentina, proprietária da marca Paty, líder no mercado de hambúrgueres local. No mesmo período, a Marfrig também anunciou no Brasil a aquisição de uma planta de processados em Várzea Grande, no Mato Grosso, que inclui a produção de hambúrgueres, almôndegas e quibes, da BRF, com a qual celebrou um contrato de longo prazo para fornecimento de hambúrgueres, dentre outros.

Em 3 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu 91,89% do QuickFood por US\$54,9 milhões, empresa líder na produção de alimentos derivados de carne bovina na Argentina, proprietária da marca Paty, líder no mercado de hambúrgueres local.

Já em 24 de janeiro de 2019, a Companhia concluiu o processo para assumir a operação Várzea Grande no Estado de Mato Grosso, o qual foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica em março de 2019, e firmou uma parceria de fornecimento com a BRF S.A. para fornecimento de hambúrgueres, dentre outros.

A Marfrig, juntamente com os outros membros da National Beef, celebrou, em 11 de março de 2019, um Contrato de Compra de Participação de Sócios com a Sysco Holdings, LLC para a aquisição de todos os interesses de participação da Iowa Premium, LLC por um preço agregado de compra de US\$150 milhões. A transação foi concluída em 10 de junho de 2019. De pronto, após o fechamento, os compradores contribuíram com sua participação na Iowa Premium, LLC para a National Beef.

Investimento BRF:

A Marfrig, em uma estratégia de complementariedade comercial, investiu ao longo de 2021 aproximadamente R\$ 6,9 bilhões em ações da BRF (BRF S.A.), o que representava 33,20% do capital social da empresa. Essa participação colocou a Marfrig em posição de maior acionista individual da BRF.

Em fevereiro de 2022, após investimentos de aproximadamente R\$9 bilhões na empresa, a Marfrig indicou uma chapa para compor o novo Conselho de Administração da BRF, que foi eleita em março de forma majoritária para liderar a administração da Marfrig.

Com a aprovação do novo Conselho de Administração da BRF S.A, indicada pela Marfrig Global Foods S.A, a Marfrig passou a deter controle da BRF S.A a partir de 1º de abril de 2022. Por essa razão, os resultados da BRF passaram a ser consolidados aos da Marfrig a partir do segundo trimestre de 2022, em acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em maio de 2023, a Marfrig anunciou ao mercado Fato Relevante destacando que recebeu correspondência, destinada à sua investida BRF, enviada por Saudi Agricultural and Livestock Investment Company (“SALIC”), por meio da qual a SALIC apresentou compromisso de subscrição, no âmbito de eventual e futura oferta pública primária de distribuição de ações de emissão da BRF, de até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) novas ações de emissão da BRF (“Valor do Compromisso de Investimento”), a um preço de até R\$ 9,00 (nove reais) por ação e desde que um número agregado de ações igual a não menos que 2/3 (dois terços) do Valor do Compromisso de Investimento seja alocado à SALIC na oferta (“Compromisso SALIC”), tudo conforme detalhado em fato relevante divulgado pela BRF em 31 de maio de 2023 (“Fato Relevante BRF”). Conforme indicado no Fato Relevante da BRF, o Compromisso SALIC encontra-se sujeito ao cumprimento de determinadas condições, dentre elas a apresentação de compromisso, pela Marfrig, para subscrição de até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) de novas ações de emissão da BRF no âmbito de eventual e futura oferta pública primária de distribuição de ações de emissão da BRF (“Oferta BRF” e “Compromisso Marfrig”). O Compromisso da Marfrig está sujeito, entre outras condições usuais, a (x) um preço máximo de R\$9,00 (nove reais) por ação na Oferta da BRF; e (y) subscrição pela Marfrig de,

no mínimo, todo o seu rateio de ações no âmbito da parcela prioritária da Oferta da BRF (“Condições Marfrig”).

Considerando os termos do Compromisso SALIC, foi realizada, em 31 de maio de 2023, reunião do Conselho de Administração da Marfrig, na qual foi aprovada a apresentação pela Marfrig do compromisso de subscrição de até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) de ações da BRF (“Compromisso da Marfrig”), sujeito às Condições Marfrig.

O Conselho de Administração da Marfrig aprovou ainda, de forma preliminar, a realização de futuro aumento de capital privado da Marfrig, com emissão de, no mínimo, 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões) de novas ações e, no máximo, 360.000.000 (trezentos e sessenta e um milhões) de novas ações ao preço de R\$ 6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos) por ação, equivalente ao preço de fechamento do pregão de 30 de maio de 2023 das ações de emissão da Marfrig (MRFG3). A Marfrig informa também que recebeu de seu acionista controlador, MMS Participações Ltda., compromisso de investimento de subscrição de ações da Marfrig, abrangendo, no mínimo, a subscrição de 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões) de novas ações e indicou interesse nas eventuais sobras da oferta.

Em 04 de julho, a BRF comunicou ao mercado que nos termos da Resolução CVM 160, a partir da presente data encontra-se a mercado a oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 500.000.000 ações ordinárias de emissão da Marfrig, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), sem prejuízo das Ações Adicionais (conforme abaixo definido), destinada exclusivamente a investidores profissionais (conforme definido na Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021), sendo garantida aos acionistas a prioridade na subscrição das Ações, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução CVM 160 (“Oferta”).

Em continuidade ao Fato Relevante de Maio de 2023 e de 04 de julho de 2023, a BRF anunciou em 13 de julho de 2023, que foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Marfrig, (a) a fixação do preço por ação no valor de R\$ 9,00 (“Preço por Ação”), (b) a emissão de 600.000.000 (seiscentas milhões) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pela Marfrig, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, considerando a colocação das Ações Adicionais (conforme abaixo definido) (“Ações”), no valor total de emissão de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos milhões de reais), dentro do limite do seu capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Marfrig e com a concessão de prioridade na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do artigo 53º, da Resolução CVM 160, e nos termos do artigo 8º do Estatuto Social da Marfrig, sendo que, do valor total de emissão, R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) foram destinados à conta de capital social e R\$ 4.800.000.000,00 (quatro bilhões, oitocentos milhões de reais) foram destinados à reserva de capital, conforme artigo 14, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações, bem como (c) a sua homologação, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de Ações, realizada sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução CVM 160.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, (i) a Saudi Agricultural and Livestock Investment Company (“SALIC”) subscreveu 180.000.000 Ações; e (ii) a Marfrig Global Foods S/A (“Marfrig”) subscreveu 200.323.582 Ações que corresponde ao seu Limite de Subscrição Proporcional no âmbito da Oferta Prioritária, não tendo subscrito ações no âmbito da Oferta Institucional, por não ter sido permitida a subscrição por Pessoas Vinculadas, tendo em vista a verificação de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais).

Em 18 de julho de 2023, a BRF comunicou ao mercado o encerramento oferta de ações ao mercado (follow-on) onde foram subscritas e integralizadas 600.000.000 (seiscentas milhões) novas ações ordinárias de emissão da Marfrig, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), ao preço de R\$ 9,00 (nove reais) por ação, perfazendo o montante total de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos milhões de reais). A Marfrig, no âmbito desta oferta, investiu aproximadamente R\$ 1,8 bilhão para manutenção de sua participação.

Durante o processo de aumento de capital e revisão do estatuto social, foi votado e aprovado pela

maioria dos acionistas a supressão da cláusula “poison pill” que limitava a Marfrig fazer qualquer aumento de participação no capital social da Marfrig.

Após esse movimento, a Marfrig investiu aproximadamente R\$ 3 bilhões, sendo R\$1,4 bilhão no 3T23, o que elevou de 33% para acima de 40 e o restante durante o 4T23 para elevar sua participação para os atuais 50,06% conforme comunicação de 28 de dezembro de 2023.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2024 50,49% do capital social da BRF.

Segmento América do Sul – Otimização de portfólio:

Em 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A.

Os Ativos objetos da transação são os seguintes:

(1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas

(2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes;

(3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e

(4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000.000, que será pago no fechamento da operação.

No final de setembro de 2024, a Companhia informou ao mercado que, no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.006814/2023-77, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, aprovou a venda dos ativos no Brasil, Argentina e Chile, e em 28 de outubro, a Marfrig comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi concluída a entrega destes ativos. Com o fechamento desta transação, a Companhia recebeu na mesma data, o valor de R\$ 5,7 bilhões, totalizando o preço de alienação de R\$ 7,2 bilhões, considerado o valor de R\$ 1,5 bilhão recebido a título de sinal, na data de assinatura. O preço ainda está sujeito ao mecanismo de ajuste pós fechamento previsto no Contrato.

Esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Marfrig no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo. Em 31 de dezembro de 2024 a Marfrig contava com mais de 126 mil funcionários em seu quadro consolidado.

Outras aquisições:

Ao final do primeiro trimestre de 2025, a Companhia comunicou ao mercado, que através de sua subsidiária concluiu a aquisição de determinadas unidades de confinamento de gado e produção agrícola, parte delas anteriormente percentencentes à própria companhia, atualmente são operacionalizadas pela sociedade MFG Agropecuária Ltda. de propriedade dos acionistas controladores da Marfrig.

Como já mencionado acima, a Marfrig é uma sociedade anônima de capital aberto e possui suas ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão sob o código MRFG3. Como participante do

Novo Mercado da B3, está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social. As ações da Marfrig também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do mercado de capitais brasileiro, como o Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro.

Índice Bovespa – IBOV; Índice Valor - IVBX 2; Índice Agronegócio – AGFS (IAGRO); Índice Brasil Amplo BM&FBOVESPA – IBrA; Índice Brasil 100 – IBrX 100; Índice Brasil 50 – IBrX 50; Índice de Consumo – ICON; Índice de Governança Corporativa Trade – IGCT; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC; Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado – IGC-NM; Índice do Setor Industrial – INDX; Índice de Ações com Tag Along Diferenciado – ITAG; Índice Small Cap SMLL. A Companhia também participa de índices referência em sustentabilidade, Índice Carbono Eficiente - ICO2 .

Visão Geral

A Marfrig é uma multinacional brasileira altamente internacionalizada, sendo uma das maiores empresas de proteína do mundo em capacidade. As atividades da Companhia reúnem produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de alimentos à base de proteína animal, além de um portfólio diversificado de produtos processados, como hambúrgueres, embutidos e refeições prontas.

Suas operações estão estrategicamente localizadas na América do Sul e América do Norte, e atendem tanto o mercado interno quanto grandes mercados internacionais, como China, Europa e Oriente Médio, e seu modelo de negócios é pautado em eficiência operacional, inovação para geração de produtos de marca e sólido compromisso com a sustentabilidade e rastreabilidade da cadeia produtiva.

Em 31 de dezembro de 2024, a Marfrig contava com várias unidades de processamento e 7 unidades de abate, além dos centros de distribuição e escritórios localizados na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia.

Em 31 de dezembro de 2024, a receita da Companhia foi de R\$ 148,9 bilhões, dos quais 45,0% gerados pela operação América do Norte, 14,0% na operação América do Sul e 41,0% pela BRF. A receita da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 132,2 bilhões, dos quais 45,0% gerados pela operação América do Norte, 14,5% na operação América do Sul e 40,5% pela BRF.

Com 126.832 mil colaboradores, destes 100.747 são da BRF, a Companhia atua nos canais de *food service*, varejo e atacado, oferecendo soluções inovadoras, seguras e saudáveis. Com um portfólio diversificado e abrangente, seus produtos estão presentes nas maiores redes de restaurantes e supermercados, chegando a milhões de consumidores em aproximadamente 100 países.

Em 2024, a estrutura de negócios da Companhia era composta por duas operações de bovinos, além de deter participação relevante na BRF, representada no segmento de Aves e Suínos. A soma dessa diversificação resulta em marcas (além das citadas acima) com forte presença no mercado, como Bassi, Sadia, Montana, Perdigão, Parlatore, Banvit, Qualy, Deline, Claybom, Condifence, e nas marcas voltadas para Pets, Balance, Gran Plus, Biofresh Guabi Natural e Bona Pet.

Pontos Fortes

Como resultado de sua história de crescimento orgânico e aquisições estratégicas, a Companhia acredita estar em uma posição única para continuar investindo na construção de sua base de clientes e de aproveitar oportunidades de negócios nos segmentos de varejo, atacado e *food service*. Além disso, a Companhia acredita que possui os seguintes pontos fortes:

- **Grande produtora multinacional de alimentos.** A Companhia é uma multinacional diversificada com operações estrategicamente localizadas na América do Sul e na América do Norte e oferece amplo portfólio de produtos no segmento de proteínas bovinas. A Companhia acredita que a diversidade de seus produtos, sua capacidade de produção e a natureza global de suas operações as tornam um dos líderes mundiais no setor, com atividades em um setor que considera particularmente promissor considerando as tendências globais de aumento de consumo diário de proteína.
- **Produtos com alto valor agregado.** A Companhia possui plantas de processados com produção de carne enlatada, quibe, almôndegas, molhos dentre outros, essas operações estão alinhadas com a estratégia da Companhia de dar maior foco em produtos com maior valor agregado. Cada uma de suas instalações de processamento foi projetada (ou está sendo aprimorada) para produzir uma ampla gama de produtos de carne bovina, aves, suínos, cordeiro e peixe, incluindo produtos de alto valor agregado, como cortes especializados e carnes congeladas pré-cozidas. As instalações modernas da Companhia oferecem a oportunidade de atender clientes, como cadeias globais de supermercados que exigem os mais altos padrões de qualidade de seus fornecedores. Dessa forma, a Companhia acredita que os investimentos atuais em suas plantas industriais, aliados a um foco maior na expansão de seu negócio principal, devem lhe proporcionar uma lucratividade constante e crescente à medida

que mais marcas e produtos são incluídos em seu portfólio.

- **Plataforma Global Diversificada e Oferta de Produtos e Rede de Distribuição Global.** A plataforma global da Companhia consiste em plantas de abate, centros de distribuição e escritórios na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia, juntamente com uma rede de distribuição que lhe permite acessar aproximadamente 100 países. A Companhia acredita que esses fatores a ajudarão a obter boas margens. O volume de vendas da Companhia, que inclui vendas nos mercados interno e de exportação, fornece a escala necessária para manter e expandir suas atividades em mercados competitivos. Além disso, por meio de seu portfólio diversificado, a Companhia pode oferecer aos clientes uma ampla variedade de produtos, que acredita resultar em maior fidelização do cliente. Por fim, a estratégia de diversificação geográfica e de produtos de maior valor agregado cria uma proteção natural contra os riscos do setor.
- **Sólida reputação com seus clientes.** A Companhia acredita que ao longo do tempo construiu uma sólida reputação de manutenção de níveis de serviço e processamento de alta qualidade, o que contribuiu para um forte relacionamento com alguns dos mais importantes operadores globais de food service, atacadistas e varejistas. A Companhia acredita que, no negócio de carne bovina é considerada como um fornecedor de alta qualidade no mercado interno e externo.
- **Gestão experiente e empreendedora.** A administração da Companhia possui vasta experiência no setor de alimentos, o que proporcionou vantagens significativas na exploração de oportunidades no mercado e nos ajustes no plano de negócios da Companhia para atender demandas. A Companhia acredita que possui gerentes locais com experiência relevante no setor em cada uma de suas operações internacionais.

Estratégia

Os principais objetivos da Companhia são: (i) posição financeira sólida, focada na geração de fluxo de caixa livre lucro líquido, (ii) excelência operacional para obter sinergias e integração entre operações, gestão, desempenho e segurança alimentar, (iii) sustentabilidade, priorizando a responsabilidade social e ambiental, parcerias com produtores e organizações de terceiros e bem-estar animal, (iv) priorizar produtos e clientes, concentrando-se em produtos de maior valor agregado, alavancando suas vendas e portfólio e aumentando o valor de sua marca; e (v) governança corporativa, implementando melhores práticas, maior transparência e aprimorando constantemente seu sistema de compliance. Para atingir esses objetivos, a Companhia implementou e continuará a perseguir os seguintes objetivos estratégicos:

- **Capturar oportunidades de negócios no mercado global de proteínas.** Desde 2018, ano que marcou uma mudança importante na direção estratégica da Companhia, com o foco na expansão dos negócios de proteína. O desinvestimento na Keystone Foods e as aquisições da National Beef, Quickfood e do complexo Várzea Grande, e posteriormente, em 2021, com a aquisição do controle da BRF, solidificaram o portfólio de produtos da Companhia e sua posição como plataforma diversificada de proteínas na América do Sul e América do Norte, com capacidade para atender os principais e mais rentáveis mercados de consumo do mundo. A Companhia continuará focada no crescimento sustentável, apoiado a uma sólida estrutura de capital e geração consistente de lucro e fluxo de caixa livre.
- **Fortalecer sua estrutura de capital e disciplina financeira.** A Companhia está focada em manter baixo os seus índices de alavancagem e melhorar ainda mais seu perfil de dívida por meio de transações de gerenciamento de passivos. A Companhia continuará concentrando esforços na maximização de valor, buscando os canais mais lucrativos e capturando a eficiência operacional no mercado sem abandonar seu compromisso com a disciplina financeira.
- **Manutenção de taxa alta de utilização de seus ativos.** Desde 2015 a Companhia encerrou e abriu diversas fábricas, dependendo de suas necessidades e condições de mercado para melhor alinhar sua capacidade. Essa flexibilidade possibilitou o aumento das taxas de utilização dos ativos da Companhia, melhorando sua eficiência operacional e diluindo os custos fixos sem perder a diversificação geográfica ou a base de clientes. A Companhia pretende manter essa estratégia de ajustar sua capacidade às condições de mercado e manter sua lucratividade.

- **Foco nos canais de varejo e food service.** A Companhia pretende continuar aumentando sua participação de mercado nos canais de varejo e food service, onde tem a capacidade de entregar uma ampla diversidade de produtos. Além disso, a Companhia está buscando novas oportunidades por região e divisão de negócios e explorando novos mercados ao passo em que continua investindo na expansão e fortalecimento de sua posição nos diversos mercados domésticos onde opera.

Sustentabilidade

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha 100% dos fornecedores diretos monitorados por satélite e obteve 88,8% de controle de fornecedores indiretos na Amazônia e 79,6% no Cerrado.

Em 2024, alcançamos a pontuação máxima (nota A) nas três categorias do CDP: “Mudanças Climáticas”, “Segurança Hídrica” e “Florestas”. Agora somos parte de um seleto grupo de empresas no mundo a conquistar a classificação Triplo A, entre as empresas “A-List” do CDP, uma seleção exclusiva de empresas que demonstram liderança global em gestão, transparência, e compromisso com a redução de impactos ambientais.

Ainda em 2024, 151 novos produtores cadastrados no Programa Bezerro Sustentável, em parceria com o IDH, na região do Vale do Juruena - MT, que oferece assistência técnica a pequenos pecuaristas, afim de a regularização fundiária e promover a intensificação da produção pecuária e a restauração florestal, com a rastreabilidade individual dos animais desde o nascimento.

Programa de reinclusão: mais de 630 fazendas foram reincluídas nesse ano com base no programa Verde+. São fornecedores que voltaram a operar de acordo com nossos compromissos – demonstrando uma forte aderência ao princípio da inclusão dentro deste programa. Mais de 4.190 fazendas foram reincluídas de 2021 a 2024. Além disso, mais de 2.270 novos fornecedores aderiram ao programa Marfrig Club, que dissemina boas práticas de sustentabilidade em toda a cadeia de fornecedores da empresa.

A Marfrig foi avaliada como a melhor empresa do segmento de proteína bovina no mundo no conceituado ranking global da Collier FAIRR Protein Producer Index 2024/25, entre as 60 maiores empresas de capital aberto no setor de proteína animal em todo o mundo avaliada pelo índice e única classificada como de baixo risco em sustentabilidade entre as empresas de proteína bovina. A FAIRR Initiative é amplamente reconhecida como a rede de investidores focada em ESG de maior crescimento global e reúne mais de 400 membros ao redor do mundo, representando um total superior a 75 trilhões de dólares em ativos combinados.

(a) produtos e serviços comercializados

Desde a venda da Keystone, aquisição da National Beef e da BRF, a estrutura organizacional da Companhia foi dividida em três grandes unidades de negócios: América do Norte, América do Sul e BRF.

Adicionalmente, para melhor avaliação e análise do desenvolvimento operacional de seus segmentos (América do Norte e América do Sul), a Companhia apresenta uma nova estrutura, composta pela sede corporativa e entidades não operacionais, que denomina como Corporate.

A Companhia apresenta abaixo informações relevantes sobre os seus principais segmentos.

América do Norte

A operação da Companhia na América do Norte consiste principalmente da National Beef, que é a 4ª (quarta) maior empresa de processamento de carnes e uma das mais lucrativas, rentáveis e eficientes empresa do setor nos EUA, considerando sua análise de mercado. A National Beef possui 3 plantas de abate com capacidade de 13.100 animais/dia, representando aproximadamente 14% da participação do abate nos EUA, 5 unidades de processamento e conta com cerca de 9.849 colaboradores.

Com aproximadamente 90% de suas vendas destinadas ao mercado doméstico, seus produtos são comercializados nos canais de varejo, atacado e food service, bem como exportados para diversos mercados, sendo também a principal exportadora de carne bovina resfriada dos EUA, focada nos mercados do Japão e Coreia.

Além da comercialização de produtos aliados/complementares e os subprodutos originários do processo, operação de curtume e de logística, e venda de produtos online direto para o consumidor. Com um portfólio de alto valor agregado, a operação oferece produtos com as melhores especificações e qualidade, além de marcas amplamente reconhecidas.

Destaques da América do Norte

Possuímos duas plantas de abate de bovinos localizadas em Liberal e Dodge City, Kansas, que podem processar aproximadamente 6.000 cabeças de gado por dia cada uma, e uma terceira instalação de processamento de carne bovina em Tama, Iowa, que pode processar aproximadamente 1.200 cabeças por dia. A National Beef também possui cinco instalações de produtos prontos para o consumo, em Hummels Wharf, Pensilvânia, Moultrie, Geórgia e Kansas City. Adicionalmente a Companhia possui uma planta de hambúrgueres em North Baltimore, Ohio; e por fim, um curtume em St. Joseph, Missouri.

América do Sul

Somos na América do Sul uma das principais produtoras de carne bovina. Nossa Operação é reconhecida pela qualidade de seus produtos, a América do Sul tem capacidade para produzir 147.000 toneladas de hambúrgueres por ano e 244.000 toneladas de processados por ano, com foco nos canais de varejo e foodservice.

No Uruguai, somos o maior produtor e exportador de carne orgânica, com capacidade para produzir 6.000 toneladas de hambúrgueres de carne por ano, além de possuímos 1 planta de abate e sermos líderes na exportação de carne com certificação orgânica. Na Argentina, possuímos 1 planta de abate, somos o principal produtor e vendedor de hambúrgueres de carne, com capacidade para produzir 39.000 toneladas de hambúrgueres por ano, e possuímos 2 das marcas mais valiosas e reconhecidas da região. No Brasil nosso negócio tem capacidade para produzir 102.000 toneladas de hambúrgueres de carne bovina por ano, com foco nos canais de varejo e foodservice. No Chile, continuamos com nosso complexo de armazenamento, negócios de distribuição e comercialização.

Brasil

A Marfrig possui 2 frigoríficos de abate de gado em operação no Brasil, distribuídos em 2 estados (São Paulo e Mato Grosso do Sul). A Companhia também possui uma capacidade de produção de 160.000 toneladas métricas de produtos industrializados e processados por ano em 4 plantas diferentes. Nossas plantas são capazes de produzir carne cozida congelada, carne em porções, carnes enlatadas, refeições prontas, carne seca e alimentos para animais de estimação.

Nossas plantas estão estrategicamente localizadas próximas a fornecedores de gado e perto dos maiores mercados consumidores e canais de exportação. Essa diversidade geográfica é importante para mitigar os riscos relacionados a restrições e barreiras comerciais impostas por países importadores.

Acreditamos ser reconhecidos pela nossa alta qualidade e marcas reconhecíveis, que incluem Bassi e Montana.

Acreditamos ser um dos líderes no segmento de foodservice, com um portfólio diversificado de produtos. Acreditamos ser um dos líderes na importação e distribuição de cortes de carne premium e outros produtos alimentícios (cortes de cordeiro, cortes de carne premium (como picanha, ancho, bife de chorizo), salmão e peixes, etc.) para varejistas, além de sermos um dos maiores distribuidores de batatas pré-cozidas e congeladas. Fornecemos uma variedade de produtos, com forte presença nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e no Sul e Nordeste do Brasil. Nossa base de clientes nessa unidade de negócios inclui restaurantes e redes de fast-food.

Uruguai

Começamos a diversificação geográfica em 2006 no Uruguai, quando adquirimos Tacuarembó, que produz carne cozida congelada, carne seca, bresaola (um produto feito para a comunidade italiana nos Estados Unidos e também na Itália) e carne orgânica (um produto certificado produzido para atender à demanda principalmente dos Estados Unidos). Também em 2006, fortalecemos essa unidade de negócios com a aquisição da Inaler para iniciar nossas operações de cordeiro no Uruguai.

Nossa expansão continuou em 2007 com as aquisições da La Caballada, um armazém refrigerado, para o abate de gado e cordeiro, e de Colonia. Em 2008, começamos a produzir produtos industrializados enlatados e carne seca em uma nova unidade alugada de Fray Bentos no Uruguai.

A operação uruguaia possui 2 instalações no Uruguai. A capacidade de industrialização é de 12.000 toneladas métricas por ano.

As excelentes condições sanitárias no Uruguai dão ao país, e consequentemente a nós, o status de produtor capaz de exportar carne fresca da América do Sul para praticamente todos os lugares do mundo.

Nossas principais marcas no Uruguai são Tacuarembó, Viva e Bernina.

Além disso, vale destacar que somos líderes na exportação de carne com certificação orgânica USDA no Uruguai.

Argentina

Com foco em produtos de maior valor agregado, em dezembro de 2018 anunciamos nossa decisão de adquirir a Quickfood, uma importante produtora de alimentos à base de carne bovina na Argentina e proprietário das marcas Vieníssima! e Paty, marca líder no mercado local de hambúrgueres de carne bovina, com 100% de seus produtos vendidos no mercado interno.

A operação argentina possui três instalações de processamento e a capacidade de industrialização é de 72.000 toneladas métricas por ano

Chile

No Chile, continuamos com nosso complexo de armazenamento, negócios de distribuição e comercialização. A operação chilena possui quatro centros de distribuição, entre eles Santiago, Punta Arenas, Concepción e Puerto Montt.

No segmento BRF

A BRF é uma das maiores produtoras mundiais de proteína animal in natura e congelados em termos de capacidade de produção, de acordo com a WattAgNet com um portfólio de aproximadamente 6.400 unidades SKUs (Stock Keeping Unit ou, em português, Unidade de Manutenção de Estoque) até 31 de dezembro de 2024. Os produtos processados da Companhia incluem frango marinado e congelado, frango Chester® e carnes de peru, carnes especiais, carnes processadas congeladas, pratos prontos congelados, produtos fracionados e fatiados e produtos à base de vegetais. A BRF vende também margarina, manteiga, requeijão, doces especiais, sanduíches, produtos à base de plantas e ração para animais. A BRF é proprietária de marcas como Sadia, Perdigão, Qualy, Perdix, Confidence e Hilal.

A estratégia de portfólio da BRF é baseada na criação de produtos que a Companhia considera inovadores, convenientes, práticos e saudáveis para os consumidores, de acordo com as suas necessidades e estilo de vida. A BRF busca atingir esse objetivo por meio de um sólido processo de inovação, que tem por objetivo gerar produtos de elevado valor agregado, diferenciando sua atuação em relação aos seus concorrentes, fortalecendo sua marca e estimulando a fidelidade de seus clientes.

No segmento de Pet Food, a BRF opera 4 fábricas distribuídas entre São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Paraguai, e um amplo portfólio de produtos e marcas como Biofresh, Guabi Natural, Gran Plus, Balance, Three Dogs, Three Cats, PrimoCão, PrimoGato, Faro, Bônos, Apolo e Átila.

Brasil

O segmento Brasil representou 47,0% da receita em 2024. Com uma participação de mercado nas categorias de alimentos processados de 40,8% no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia possui uma plataforma de vendas digitais na qual sugere pedidos aos clientes, e acordo com as características do ponto de venda, aumentando a eficiência.

Com uma forte capilaridade, a Companhia possuía mais de 320 mil clientes, em 31 de dezembro de 2024, e uma taxa de cobertura de 75% no Autos serviço, segmento que representa 40,4% da Receita Líquida total, enquanto Rota representa 56,6%, e Food Service 3,0%.

Outros países

O segmento internacional representou 47,5% da Receita Líquida total em 2024. A Companhia atende aproximadamente 92 mil clientes em mais de 120 países, incluindo os países do Gulf Cooperation Council ("GCC"), Turquia, China, Japão, Cingapura e Chile.

Tendo em vista o movimento da Companhia para cada vez mais incluir produtos de valor agregado em seu portfólio, cujas margens são maiores, é importante destacar que na Turquia e nos países do GCC, tais produtos já correspondem a aproximadamente 23,2% e 12,8% das vendas da Companhia, em 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia operava, através de suas subsidiárias ou controladas no mercado internacional, 7 instalações industriais para o processamento de carne e de ração para animais de estimação. Além disso, a Companhia operava com 44 centros de distribuição e pontos de trânsito, assim como escritórios comerciais em 4 continentes.

Nos países do GCC e Turquia, a Companhia também dispõe de uma robusta capacidade logística e de distribuição, composta por aproximadamente 770 caminhões, 44 centros de distribuição e pontos de trânsito, que realizam a entrega de aproximadamente 71,5 mil toneladas de produtos por mês para mais de 92 mil clientes. Além disso, a Companhia possui aproximadamente 95% de cobertura dos promotores de vendas, tanto no Autoserviço como na Rota.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

No período findo em 31 de dezembro de 2024 a receita líquida de vendas foi de R\$ 148.861,0 milhões, um crescimento de 12,6% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2023, os principais fatores foram o crescimento na receita de vendas em todos os seguimentos- principalmente na BRF e

o maior preço médio na Operação América do Norte;

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Beef América do Norte			
Mercado interno	60.411,4	53.531,7	54.206,4
Exportação	6.510,1	6.020,0	7.167,0
Total Beef América do Norte	66.921,5	59.551,7	61.373,4
Beef América do Sul			
Mercado interno	8.390,3	7.363,3	5.869,4
Exportação	12.415,0	11.859,7	16.502,0
Total Beef América do Sul	20.805,3	19.223,0	22.371,4
Aves, Suínos e Industrializados - BRF			
Mercado interno	31.295,5	28.955,4	22.922,0
Exportação	29.838,7	24.487,9	18.704,5
Total Aves, Suínos e Industrializados - BRF	61.134,2	53.443,3	41.626,5
Marfrig Consolidado			
Mercado interno	100.097,2	89.850,4	82.997,8
Exportação	48.763,8	42.367,6	42.373,5
Total Marfrig Consolidado	148.861,0	132.218,0	125.371,3

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não divulga o lucro líquido por segmento, sendo assim, o quadro abaixo representa o lucro operacional.

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Beef América do Norte	399,4	1.626,0
Beef América do Sul	1.396	1.313,4
Aves, Suínos e Industrializados - BRF	6.840	836,1
Corporativo	(2.697)	(2.714,3)
Total Marfrig Consolidado	5.937,2	1.061,2

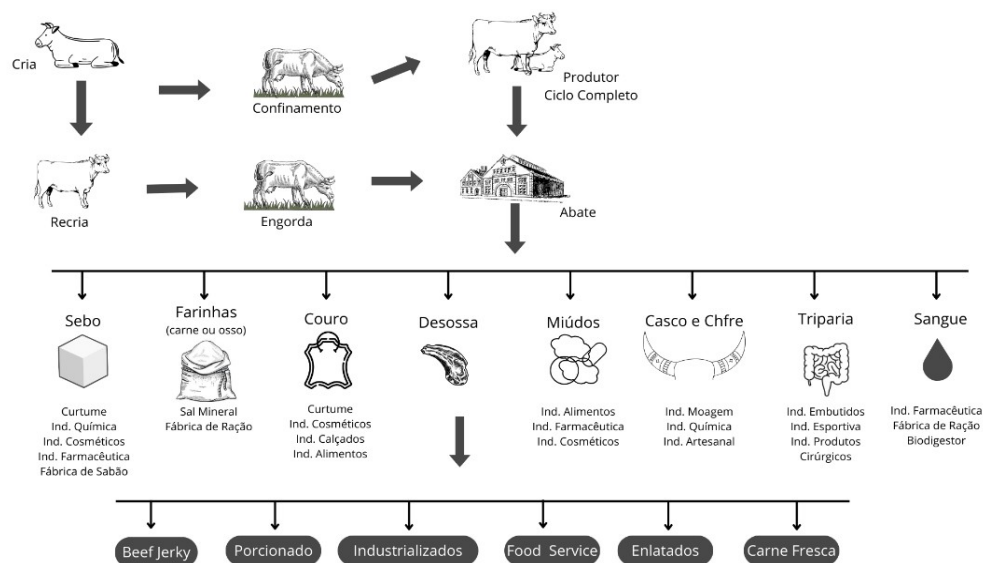
(a) **características do processo de produção**

A Companhia conta com unidades de abate de bovinos distribuídos na América do Norte e América do sul.

A Companhia também é uma das líderes mundiais na produção de hambúrgueres, com plataforma de produção em todos os países com unidades de abate de bovinos. A Companhia conta com 16 unidades de processamento, que geram produtos como carne enlatada, quibes, almôndegas, molhos entre outros que fazem parte estratégia de focar em produtos com maior valor agregado.

Matéria Prima

A figura abaixo ilustra o processo de produção da indústria de bovinos:



A aquisição de matéria-prima e outros custos de produção representou aproximadamente 81% do custo de produtos vendidos na operação de bovinos em 2024. A Companhia compra gado de mais de 15 mil criadores nos Estados Unidos e na América do Sul, os animais são transportados em veículos terceirizados para as plantas da Companhia, onde são abatidos, desossados, processados.

Operação América do Norte

A principal matéria-prima para as plantas de processamento de carne bovina é o gado vivo. Os preços do gado vivo mudam diariamente com base na oferta e demandapor carne bovina e outras proteínas, níveis de estoque de gado, clima e outros fatores. As principais plantas de processamento de carne bovina da operação estão localizadasno sudoeste do Kansas. A principal área de mercado para a compra de gado para essas plantas inclui Kansas, Texas e Oklahoma. Uma parcela significativa do fornecimento está localizada nessa região. A proximidade da operação com grandes fornecedores de gado permite que os compradores visitem os confinamentos regularmente, o que permite que a Companhia desenvolva relações sólidas com seus fornecedores.

Outro destaque da Operação América do Norte é o contrato de longo prazo com a USPB (U.S. Premium Beef), modelo único com uma associação de produtores de animais, que também detém uma participação na Companhia, um relacionamento que garante para operação o fornecimento adequado e constante e gado de qualidade, em 2023 e 2024 a USPB forneceu aproximadamente 23% do gado, com quase 70% de carne certificada Black Angus, dos quais geraram 87% de cortes premium.

Pelos termos e condições do Contrato, a USPB é obrigada a fornecer uma quantidade mínima de gado para National Beef. O preço de compra é determinado pela raça e grades de preços alinhados aos praticados em mercado e em termos competitivos.

Operação América do Sul

Os compradores de gado da Companhia estão localizados ao longo das principais regiões produtoras, visitam pastos de engorda para comprar gado no mercado aberto - spot. Eles são treinados para selecionar animais de alta qualidade, livres de doença, e seu desempenho é continuamente monitorado pela Companhia. A compra de gado é feita com base em rigoroso processo de seleção de animais, buscando sempre fornecedores seletos e registrados, que são obrigados a fornecer documentação quanto à qualidade de suas atividades e garantir que o uso de antibióticos e produtos químicos agrícolas seguem a recomendação padrão dos fabricantes.

A compra de gado possui duas formas de negociação quanto a prazos: (i) a prazo, cujo pagamento deve ser realizado em 30 dias a partir da entrega, e (ii) spot, com pagamento contra entrega com um desconto que pode variar de 2% a 4% do preço negociado, dependendo das condições do mercado na época da compra. Historicamente, os preços do gado têm sofrido variações substanciais. A oferta e preço do gado são afetados por fatores como os preços de terra, condições climáticas e acesso dos criadores a capital. A oferta também é afetada por períodos cíclicos, onde há uma elevada taxa de abate de matrizes causando uma menor oferta de bezerras no período subsequente. Nesses períodos, há uma tendência de elevação dos preços do gado e inicia-se um processo de recomposição do rebanho bovino, até atingir um ponto de equilíbrio novamente.

A Companhia também desenvolve operações de confinamento de terminação de gado Uruguaí. Nessa operação, o gado é adquirido magro, cerca de três meses antes do abate. O animal permanece confinado durante esses três meses, alimentando-se de ração até atingir o peso ideal para ser abatido. Os confinamentos garantem uma melhor oferta de gado e um melhor controle de preços durante os períodos de estiagem, que é quando há uma redução nas áreas de pastagem e, consequentemente, redução na oferta de gado gordo para abate.

Além disso, a Companhia adquire carcaça bovina de terceiros. Nessa operação, o gado é abatido por terceiros e a Marfrig adquire somente a carcaça do animal. Essa decisão é essencialmente econômico-financeira, onde se avalia qual é a alternativa mais rentável.

A Companhia acredita poder repassar aumentos nos preços do gado para o consumidor final em cada um de seus mercados, uma vez que os preços de seus produtos de origem bovina são correlatos às variações dos preços do gado.

Instalações de Produção

A Companhia encerrou o ano de 2024 com 7 plantas de abate de bovinos em operação, distribuídas geograficamente na América do Norte e América do Sul. As plantas da Companhia utilizam equipamentos modernos ou em fase de modernização com capacidade para customizar a produção e embalagem de seus produtos. Atualmente, a Companhia oferece produtos customizados para grandes clientes domésticos e internacionais. Os projetos das plantas da Companhia são focados na segurança do trabalhador e desenhadas para garantir que estejam de acordo com todas as normas para reduzir os riscos de acidente do trabalho, para reduzir desperdício de produtos e adequar seu descarte às regras ambientais aplicáveis.

Toda a produção de proteína animal da Companhia está sujeita ao controle na criação dos animais e aos procedimentos de segurança alimentar. Suas plantas operam de acordo com normas restritas de

segurança alimentar e exigências de garantia de qualidade em cada estágio do processo de produção, tendo como compromisso tratar adequadamente os animais no momento do abate. Dessa forma, a Companhia sempre atende às exigências dos seus clientes domésticos e internacionais e os padrões de segurança brasileiros e dos governos estrangeiros. A Companhia possui rigorosas medidas de controle de qualidade em cada estágio do processo de produção, tendo como compromisso tratar adequadamente os animais no momento do abate.

Instalações na América do Norte

A Companhia possui 3 plantas de abate localizadas em Liberal e Dodge City, em Kansas e Tama, no estado de Iowa, que podem processar aproximadamente 13.100 cabeças de gados por dia. A Companhia possui 5 unidades de processamento distribuídas entre Hummels Wharf, Pensilvânia, Moultrie, Geórgia e Kansas City, Kansas. A instalação de couro acabado (wet blue) fica em St. Joseph, Missouri.

Instalações na América do Sul

Carne Bovina

A Companhia é uma das principais produtoras de carne bovina da região na América do Sul, sendo reconhecida pela qualidade de produtos nos mercados local e internacional, e é um dos principais exportadores da região.

Com capacidade de produzir 244.000 toneladas de alimentos processados e com foco no negócio de varejo e food service no mercado local, seus clientes incluem as principais redes de restaurantes e churrascarias. No Uruguai, é a maior empresa do setor e se distingue pela produção e comercialização de carne in natura, principalmente para exportação. Na Argentina, além de possuir duas unidades, é a principal produtora e detém uma das marcas mais reconhecidas de hambúrgueres, a Paty. No Chile, é uma das principais importadoras de carne bovina do país.

A Companhia acredita que sua atuação geograficamente diversificada ajuda a limitar o potencial impacto adverso em suas fontes de receita que pode ser causado pelas restrições impostas por eventuais barreiras sanitárias e comerciais.

As plantas de processamento (abate) são projetadas para desempenhar as atividades relacionadas aos produtos de carne in natura: abate, desossa, preparação de cortes (tradicionais, especial e para exportação), embalagem e transporte, que pode ser realizada tanto para os centros de distribuição como diretamente para os clientes da Companhia. Além disso, as fábricas são capazes de produzir carne bovina cozida congelada, carnes porcionadas, enlatados, pratos prontos e carne desidratada (beef jerky).

As unidades de abate da Companhia permitem ainda o aproveitamento do couro do gado abatido, que são então vendidas para curtumes locais.

A capacidade de produção das plantas da Companhia resulta da capacidade de abate, desossa, armazenamento e disponibilidade de trabalhadores treinados. Tipicamente, uma planta pode ter sua produção aumentada não apenas aumentando sua capacidade de desossa, mas também aumentando a capacidade de abate, comprando carcaças de terceiros e adicionando ou reduzindo a força de trabalho.

A produção de carne bovina segue os requisitos do sistema de monitoramento do MAPA. Este sistema permite o acompanhamento do gado desde o nascimento até o seu abate. Além disso, o MAPA estabeleceu normas para monitorar de perto cada etapa do processo de produção para garantir que o gado seja vacinado e inspecionado por um veterinário antes de ser transportado para o abate. De acordo com as leis brasileiras, a Companhia deve ter inspetores do MAPA permanentemente instalado em cada uma das fábricas. Estes inspetores são responsáveis por verificar as condições sanitárias

mínimas exigidas, incluindo aquelas relativas às condições da carne e à vedação de contêineres para exportação, a fim de agilizar os procedimentos legais de exportação nos portos.

Todas as plantas da Companhia possuem unidades de geração de vapor, que fornecem a água quente necessária para sua produção. As unidades de geração de vapor não produzem eletricidade, mas reduzem o seu consumo. A Companhia pretende instalar geradores de eletricidade que queimam gases de subprodutos de sua produção em todas as fábricas, o que reduziria sua dependência de distribuidores de eletricidade local.

Além da carne bovina in natura e industrializada produzida para comercialização no mercado interno e externo, a Companhia utiliza todas as outras partes do boi. Os produtos que a Companhia comercializa, incluem:

- sebo (gordura): curtume, indústrias química, cosmética e farmacêutica e fábrica de ração;
- farinha (carne ou osso): sal mineral e fábrica de ração;
- miúdos: indústrias de cosméticos, de calçados e alimentícia;
- casco e chifre: Indústrias de moagem, química e artesanal;
- tripas: Indústrias de embutidos, esportiva e de produtos cirúrgicos;
- sangue: Indústria farmacêutica; fábrica de ração; biodigestor; e
- pet toys: ossos naturais mastigáveis para cães.

(b) características do processo de distribuição

Como uma das maiores empresas de alimentos do mundo, a estratégia de vendas da Companhia visa alavancar sua liderança nos segmentos de food service e pequeno e médio varejo por meio da disponibilização de alimentos inovadores, seguros e saudáveis, serviço de alta qualidade e a produção produtos premium.

As divisões de negócios na América do Norte e América do Sul desenvolvem estratégias personalizadas para atender às demandas de seus mercados específicos.

América do Norte

A Companhia conta com uma frota própria de caminhões e trailers e transporta seus produtos e de terceiros em todos os 48 estados do território continental dos Estados Unidos. A frota é composta por 700-800 caminhões e 1.200 reboques refrigerados para o transporte de gado - todos os caminhões são equipados com recursos de rastreamento por satélite.

O acesso à frota da empresa reduz os custos de transporte e serve como um facilitador de vendas para os clientes, devido à maior flexibilidade na entrega dos produtos. Atualizações recentes para as frotas de tratores e reboques contribuem para uma redução nos custos de manutenção e de combustível.

Mercado Doméstico (EUA)

A Companhia fornece produtos bovinos de alta qualidade, consistentemente aparados e embalados a partir e mantém um portfólio de programas de valor agregado.

A distribuição no mercado doméstico norte americano conta com uma experiente equipe de vendas, altamente colaborativa centralizada na sede de Kansas City que garante uma coordenação próxima entre os membros da equipe e os clientes, com tempo de resposta rápida para solicitações de preços e informações de cargas e descargas.

Para exportação a Operação América do Norte, a Companhia possui um escritório central em Chicago, dedicada à coordenação de todos os aspectos das vendas de exportação, preços e envio. O grupo de exportação é complementado por escritórios de representação locais em outras cidades ao redor do mundo, como Tóquio e Seul.

B2B

Na América do Norte, a Companhia comercializa seus produtos para varejistas nacionais e regionais, incluindo redes de supermercados, mercearias independentes, lojas de clubes, atacadistas e distribuidores, prestadores de food services e outros processadores. Além disso, a Companhia vende subprodutos de carne bovina para as indústrias médica, de processamento de alimentos, fertilizantes e alimentos para animais. A Companhia exporta produtos para mais de 30 países. Em 2024 e em 2023, as vendas de exportação representaram aproximadamente 13,4% e 13,1% da receita, respectivamente.

A Companhia enfatiza a venda de produtos com maior valor agregado e margem maior, que incluem carne bovina de marca (branded box beef), carne bovina e suína pronta para o consumo, carne bovina de controle de porções e couro acabado (wet blue). A Companhia acredita que seus produtos de valor agregado podem obter preços mais altos do que os de commodities, devido à sua capacidade de atender consistentemente às especificações do produto, com base na qualidade, acabamento, peso, tamanho, raça ou outros fatores, adaptados às necessidades de seus clientes. Além das marcas de valor agregado, a Companhia licenciou o uso da Certified Angus Beef®, marca registrada da Certified Angus Beef LLC, e Certified Hereford Beef®, marca registrada da Certified Hereford Beef LLC.

América do Sul

Além da distribuição realizada diretamente pelas plantas operacionais, em algumas regiões a Companhia opera centros de distribuição (CDs), por onde os produtos também são embarcados para seus clientes. Os caminhões, a serviço da Companhia são equipados com sistemas logísticos modernos de otimização das rotas e alocação de produtos baseadas na programação de entregas.

B2B e B2C

Na América do Sul, os produtos da Companhia são vendidos no Brasil por meio do varejo, incluindo redes de supermercados, canais de atacado e food service, além de serem exportados para diversos outros mercados. Além disso, no Brasil, a Companhia é pioneira em uma plataforma online onde os clientes podem adquirir toda sua linha de produtos a qualquer momento. Os clientes do segmento de food service e pequenos clientes de varejo podem comprar todos os produtos da Companhia de forma segura e pagar com cartão de crédito.

O setor de serviços de alimentação do Brasil vem registrando taxas de crescimento anuais de dois dígitos. Para atender a esse crescimento, a estratégia de marketing de negócios de carne bovina da Companhia se concentra no desenvolvimento de soluções abrangentes para clientes corporativos que envolvem oferta de cortes especiais de carne para a distribuição de produtos complementares, como legumes e peixe congelados, sob um único modelo de vendas.

A Companhia é reconhecida mundialmente pela qualidade premium de seus produtos e como referência em desenvolvimento sustentável por seus sistemas abrangentes e integrados de gerenciamento de produção e fornecimento de gado, a estratégia de marketing da Companhia também se baseia em atribuir maior valor a seus produtos, melhorando a sustentabilidade de suas operações, um aspecto que acredita estar se tornando cada vez mais importante para os consumidores em todo o mundo.

Essa estratégia levou o negócio de carne bovina da Companhia a se tornar o primeiro produtor mundial de carne e de couro a ter uma unidade de produção certificada pela Rainforest Alliance para a produção de alimentos e produtos.

A Companhia também produz carne bovina orgânica no Uruguai e possui parceria com produtores de raças especiais de gado bovino, como Angus e Hereford, para promover e disseminar a produção e o consumo de carne bovina de qualidade premium.

Com estratégias que também visam o crescimento por meio do canal de varejo e de marcas próprias, a Beef desenvolve linhas de produtos especiais sob as marcas Bassi, voltada ao segmento gourmet, e Montana, especializada em carnes para grelhar.

Mercado Doméstico (Brasil)

A Companhia possui força de vendas própria, complementada pela contratação de representantes comerciais especificamente no Nordeste brasileiro. Adicionalmente, a Companhia possui mesa de captação de pedidos (telemarketing) para clientes de menor volume.

No Brasil, a Companhia tem grande representatividade nos mercados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com portfólio de marcas reconhecidas e prestigiadas, em especial com relação às operações de food service (distribuição para restaurantes e redes de fast food). Adicionalmente, a Companhia importa e distribui um grande volume de cortes especiais de bovino e de outros produtos alimentícios para varejo, incluindo cortes de cordeiros, cortes especiais de bovinos (e.g. picanha, bife ancho, bife de chorizo), salmão e pescados, e batatas pré-cozidas congeladas.

As plantas da Companhia estão totalmente integradas e projetadas para realizar o abate, desossa, açougue (cortes tradicionais, premium e de exportação), embalagem e transporte, tanto para seus próprios centros de distribuição quanto diretamente para seus clientes.

As plantas da Companhia estão estrategicamente localizadas perto de fornecedores de gado e perto dos maiores mercados consumidores e canais de exportação. Essa diversidade geográfica é importante na mitigação dos riscos relacionados às restrições e barreiras comerciais impostas pelos países importadores.

Além da distribuição realizada diretamente pelas fábricas operacionais, a Companhia possui uma mistura de centros de distribuição próprios e parceiros logísticos terceirizados, o que permite com que a Companhia utilize uma variedade de soluções de entrega, de acordo com as necessidades de seus clientes. Os caminhões da Companhia são equipados com sistemas logísticos modernos de otimização das rotas e alocação de produtos baseadas na programação de entregas.

A Companhia contrata transportadores terceirizados para entregar contêineres com seus produtos nas instalações portuárias para exportação. As exportações são feitas através do porto de Santos no Estado de São Paulo e, em menor escala, através dos portos de Paranaguá e Itajaí nos Estados do Paraná e Santa Catarina, respectivamente.

Mercado de Exportação

Para o mercado externo, parte da distribuição é feita através de contratação de transportadores terceirizados para entregar contêineres com nossos produtos nas instalações portuárias para exportação. As exportações são feitas através dos principais portos das regiões em que a Companhia atua.

A Companhia exporta seus produtos para aproximadamente 100 países. Sua diversificação geográfica lhe permite minimizar riscos sanitários e barreiras comerciais. A unidade possui força de vendas própria e especializada que comercializa seus produtos no exterior.

A Companhia comercializa seus produtos no exterior através de diversos canais de distribuição, incluindo varejistas nacionais e regionais dos países importadores (cadeias de supermercados, varejistas independentes, clubes de compras e distribuidores), processadores de alimentos e empresas do setor de serviços alimentícios (distribuidores de produtos alimentícios, cadeias de fast food, restaurantes e hotéis, dentre outros clientes institucionais).

(c) características dos mercados de atuação Setor Mundial de Carne Bovina e de Vitela Consumo

A carne bovina é uma fonte de nutrição rica em proteínas e é o terceiro tipo de carne mais consumido no mundo, depois de carne de porco e aves. Segundo o United States Department of Agriculture ("USDA"), em 2024, consumiram-se mundialmente cerca de 60,1 milhões de toneladas de carne bovina e de vitela. O maior consumidor de carne bovina do mundo são os Estados Unidos, seguido pela China e Brasil.

O crescimento da população mundial e o aumento da renda em países em desenvolvimento devem impulsionar o consumo mundial de carne bovina nos próximos anos já que o consumo per capita de

carne bovina é fortemente correlacionado com o crescimento econômico. Além disso, a Companhia acredita que o consumo de carne bovina aumentará em todo o mundo conforme diminuem, de modo geral, as preocupações sanitárias com o produto, incluindo Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida como a “doença da vaca louca” (“**BSE**”) e a febre aftosa, devido às melhorias das condições sanitárias dentre os produtores. Os consumidores estão cada vez mais conscientes sobre a qualidade e origem da carne e, portanto, os países exportadores tomaram as medidas apropriadas para garantir a melhor qualidade e continuidade dos negócios.

A tabela a seguir ilustra o consumo e a produção de carne bovina e de vitela de 2021 até expectativa de 2025 nos países indicados:

Beef and Veal Production - Top Countries Summary						
1,000 Metric Tons (Carcass Weight Equivalent)						
	2021	2022	2023	2024	2025 Oct	2025 Apr
Production						
Brazil	9,750	10,350	10,950	11,850	11,750	11,900
China	6,980	7,180	7,530	7,790	7,780	7,740
European Union	6,883	6,722	6,461	6,630	6,500	6,550
India	4,195	4,350	4,470	4,565	4,635	4,635
Argentina	3,000	3,140	3,280	3,180	3,175	3,080
Australia	1,895	1,878	2,224	2,584	2,615	2,650
Mexico	2,129	2,177	2,215	2,260	2,305	2,285
Russia	1,380	1,350	1,365	1,440	1,385	1,450
Canada	1,385	1,412	1,326	1,310	1,310	1,305
South Africa	996	979	999	1,040	1,028	1,070
Others	7,008	6,900	6,856	6,716	6,601	6,728
Total Foreign	45,601	46,438	47,676	49,365	49,084	49,393
United States	12,734	12,890	12,286	12,292	11,811	12,158
Total	58,335	59,328	59,962	61,657	60,895	61,551
Total Dom. Consumption						
China	9,987	10,662	11,089	11,515	11,587	11,547
Brazil	7,492	7,524	8,108	8,267	8,210	8,210
European Union	6,529	6,468	6,200	6,349	6,195	6,275
India	2,798	2,908	2,918	3,041	2,990	3,075
Argentina	2,350	2,422	2,512	2,338	2,317	2,316
Mexico	1,938	1,945	2,080	2,197	2,220	2,220
Russia	1,628	1,597	1,592	1,692	1,636	1,710
Japan	1,263	1,228	1,227	1,213	1,217	1,206
United Kingdom	1,132	1,156	1,146	1,186	1,140	1,190
South Africa	953	937	956	986	971	1,009
Others	8,140	7,941	7,858	8,272	8,019	8,384
Total Foreign	44,210	44,788	45,686	47,056	46,502	47,142
United States	12,717	12,799	12,637	13,050	12,657	13,154
Total	56,927	57,587	58,323	60,106	59,159	60,296

Fonte: USDA.

Os Estados Unidos são o maior produtor mundial de carne bovina e de vitela, seguido pelo Brasil.

Rebanho

Segundo o USDA, em 2024, o Brasil tinha um rebanho de cerca de 193 milhões de cabeças de gado e estima-se que o Brasil terá aproximadamente 187 milhões de cabeças de gado em 2025.

Cattle Stocks - Top Countries Summary						
(in 1,000 head)						
	2021	2022	2023	2024	2025 Oct	2025 Apr
Total Cattle Beg. Stks						
India	305,500	306,700	307,400	307,420	307,490	307,490
Brazil	193,195	193,780	194,365	192,572	186,875	186,875
China	95,621	98,172	102,160	105,090	104,000	104,900
European Union	76,551	75,705	74,808	73,745	72,300	71,822
Argentina	53,540	53,400	54,100	52,800	53,200	52,370
Australia	23,021	23,944	25,800	27,080	27,020	27,260
Mexico	17,000	17,314	17,763	17,840	17,735	17,965
Russia	17,953	17,798	17,435	17,285	16,650	17,050
Uruguay	11,966	11,646	11,795	11,366	11,805	11,805
Canada	11,515	11,515	11,245	11,015	10,935	10,940
Others	38,040	38,309	38,055	29,097	28,681	28,639
Total Foreign	843,902	848,283	854,926	845,310	836,691	837,116
United States	93,587	91,789	88,841	87,157	86,000	86,662
Total	937,489	940,072	943,767	932,467	922,691	923,778
Production (Calf Crop)						
India	69,800	70,000	70,200	70,580	71,030	71,030
China	50,525	53,240	54,138	52,000	52,000	50,000
Brazil	46,550	47,836	48,000	47,500	47,800	47,250
European Union	25,050	24,650	23,720	23,350	23,300	23,200
Argentina	14,460	15,100	14,700	14,500	14,800	14,700
Australia	8,200	8,760	9,500	9,800	10,000	10,300
Mexico	8,150	8,350	8,475	8,600	8,700	8,700
Russia	6,600	6,525	6,600	6,650	6,300	6,600
New Zealand	5,460	5,159	5,120	5,000	5,000	5,000
Canada	4,482	4,427	4,316	4,296	4,280	4,270
Others	11,974	11,871	11,099	9,693	9,305	9,440
Total Foreign	251,251	255,918	255,868	251,969	252,515	250,490
United States	35,131	34,440	33,563	33,530	32,700	33,300
Total	286,382	290,358	289,431	285,499	285,215	283,790

Exportação

Segundo o USDA, em 2024, o Brasil foi o maior exportador de carne bovina do mundo. A tabela a seguir os maiores exportadores de carne bovina e de vitela do mundo no período entre 2021 até expectativa para 2025:

Beef and Veal Trade - Top Countries Summary						
1,000 Metric Tons (Carcass Weight Equivalent)						
	2021	2022	2023	2024	2025 Oct	2025 Apr
Total Imports						
China	3,024	3,502	3,577	3,743	3,825	3,825
Japan	807	777	702	736	720	730
Korea, South	588	595	595	577	575	575
United Kingdom	393	400	384	403	415	445
Chile	464	350	356	398	350	400
European Union	321	372	363	391	355	395
Russia	298	295	275	300	295	310
Egypt	300	270	245	270	250	285
Philippines	221	256	197	276	226	285
Malaysia	201	262	246	265	250	275
Others	1,801	1,612	1,691	1,976	1,912	2,072
Total Foreign	8,418	8,691	8,631	9,335	9,173	9,597
United States	1,517	1,538	1,690	2,103	2,007	2,204
Total	9,935	10,229	10,321	11,438	11,180	11,801
Total Exports						
Brazil	2,320	2,898	2,897	3,638	3,600	3,750
Australia	1,291	1,238	1,560	1,898	1,900	1,960
India	1,397	1,442	1,552	1,524	1,645	1,560
Argentina	658	725	771	845	860	770
New Zealand	685	643	682	647	685	675
European Union	675	626	624	672	660	670
Canada	593	583	572	562	580	560
Paraguay	434	462	441	472	450	500
Uruguay	556	513	483	473	485	485
Mexico	363	398	338	301	310	315
Others	822	783	742	596	590	602
Total Foreign	9,794	10,311	10,662	11,628	11,765	11,847
United States	1,555	1,608	1,378	1,362	1,179	1,218
Total	11,349	11,919	12,040	12,990	12,944	13,065

Fonte: USDA.

Atualmente, China, Estados Unidos e Japão são os maiores importadores de carne bovina e de vitela do mundo. Segundo o USDA, a China alcançou a primeira posição, superando os Estados Unidos, devido a aumentos contínuos no consumo e das transações comerciais com o Brasil e a Argentina. Por outro lado, é provável que a demanda da região do Oriente Médio e do Norte da África sofra o impacto dos preços mais baixos do petróleo, que pressionam o crescimento econômico.

Competitividade

A competitividade de um produtor de carne bovina no mercado internacional é significativamente afetada por sua estrutura de custos. Os dois principais componentes da estrutura geral de custos são: custos de matérias-primas e de industrialização. O custo efetivo líquido de um produtor leva em conta a receita gerada pela venda dos subprodutos da produção de carne bovina, tais como o couro acabado (wet blue) e miúdos. A competitividade de uma planta que atende ao mercado internacional também é afetada pelos custos de transporte e distribuição.

As receitas geradas pelas vendas dos subprodutos comestíveis e não comestíveis extraídos do gado após o abate é um fator importante de redução de custos operacionais líquidos de produtores de carne bovina. A receita dessas vendas, geralmente chamadas “quinto quarto”, pode ser substancial e, em certos casos, pode cobrir grande parte dos custos fixos de operação de abatedouro. Os produtos do “quinto quarto” podem ser divididos nas seguintes categorias: carne de linguiça branca, carne de linguiça vermelha (fígado, coração e língua), outras carnes de linguiça (pâncreas, intestino e estômago), gorduras e outros (sangue, ossos e peles).

Restrições comerciais e riscos sanitários

O mercado internacional de carne bovina é dividido entre o bloco do Pacífico (América do Norte e Central, Oceania e Extremo Oriente) e bloco do Atlântico (Europa, África, Oriente Médio e América do Sul). Essa divisão reflete laços históricos e geográficos e também certos critérios sanitários. O bloco Pacífico proíbe a importação de carne bovina (exceto produtos industrializados e pré-cozidos) de países ou regiões onde há programas ativos de vacinação contra febre aftosa. A Europa permite a importação de carne *in natura* de determinadas regiões de países que já foram afetados pela febre aftosa, desde que as regiões exportadoras desses países não tenham sido diretamente afetadas. Contudo, a União Europeia restringiu o livre comércio de carne *in natura* mediante um sistema de cotas de importação e também banuiu a importação de carne bovina dos Estados Unidos tratada com hormônios e esteroides anabolizantes usados para promover o crescimento, citando preocupações com questões de saúde.

Riscos sanitários envolvem surtos de doenças no gado. Os acordos bilaterais sanitários variam de entre países. Surtos de doenças podem provocar barreiras comerciais entre as nações. Os consumidores estão cada vez mais conscientes sobre a qualidade e origem da carne. Principais surtos de doenças em bovinos são:

- **Febre Aftosa** (Foot and Mouth Disease ou doença F&M): a doença da febre aftosa é um tipo de doença contagiosa que afeta bovinos e suínos, além de ovelhas, cabras e outros ruminantes com cascos fendidos. O vírus é transmitido pelo ar, água e comida. Os animais afetados têm febre alta e feridas na boca e nas patas. Apesar de não afetar os humanos, o surto de febre aftosa, quando detectado, pode provocar a imposição, por alguns países, de barreiras sanitárias.
- A febre aftosa é endêmica em várias partes da Ásia, na maior parte da África e no Oriente Médio. Na América Latina, a maioria dos países aplicaram zoneamento de acordo com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde Animal (“OMS”) e são reconhecidos como livres de febre aftosa com ou sem vacinação. Ademais, a doença permanece endêmica em apenas alguns países. O território do Brasil é dividido em zonas de acordo com o status da vacinação. Atualmente, Austrália, Nova Zelândia e Indonésia, América Central e do Norte e Europa Ocidental continental carregam o status de livre de febre aftosa. No entanto, a febre aftosa pode ocorrer esporadicamente em áreas livres de contaminação.
- **Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE)**: a BSE é uma doença progressiva e fatal que afeta o sistema nervoso do gado. A doença tem um longo período de incubação e, atualmente, não existe tratamento ou vacina para a doença. O OIE estabeleceu um reconhecimento oficial para o status sanitário de países e zonas. Segundo a OIE, o risco de países como Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil contraírem BSE é

desprezível.

Setor de Carne Bovina nos Estados Unidos: Consumo

Durante as últimas décadas, a demanda do consumidor por produtos de carne bovina nos Estados Unidos tem sido impulsionada pelo crescimento da população, que é o principal motivo da demanda agregada. Historicamente, a demanda do consumidor por produtos de carne bovina nos Estados Unidos manteve-se relativamente estável durante as crises econômicas.

Produção

Em 2025, estima-se que os Estados Unidos produzirão cerca de 11,8 milhões de toneladas de carne bovina. A indústria de carne bovina nos Estados Unidos é caracterizada por oscilações diárias de preços com base nos padrões de consumo sazonal e sobre a oferta e demanda de carne bovina e de outras fontes de proteínas nos Estados Unidos e em outros países. Os preços do gado variam com o tempo e são influenciados pelos níveis de estoque, ciclos de produção, clima e custos de alimentação do gado, entre outros fatores.

Processadores de carne bovina incluem empresas verticalmente integradas, que possuem e criam gado em alimentação para uso em suas instalações de processamento, e processadores puros, que não possuem gado em alimentação. Processadores puros de carne bovina dos Estados Unidos geralmente compram gado criado em confinamento no mercado à vista ou de acordo com contratos de fornecimento a preço de mercado. Eles processam o gado em suas próprias instalações e vendem a carne à vista. O gado é normalmente comprado a preços de mercado e mantido por menos de um dia antes do abate. Assim, os processadores são normalmente expostos a oscilações nos preços de mercado por menos de duas semanas. Processadores puros de carne bovina são principalmente operadores de “spread”, e seu lucro operacional é em grande parte determinado pela eficiência operacional de suas instalações e não por flutuações nos preços de mercado de gado e carne.

Exportações e Importações

Os Estados Unidos têm sido o maior produtor de carne bovina do mundo, o país foi o segundo maior importador em 2024, com 2.1 milhão de toneladas de carne bovina, atrás da China, que atingiu 3.8 milhões de toneladas. Os Estados Unidos estão bem- posicionados para expandir sua participação nos principais mercados, quais sejam, Japão e Coreia do Sul, já que a Austrália, principal concorrente da carne bovina dos Estados Unidos na Ásia, está enfrentando problemas de produção causados pelas condições climáticas, levando a menores suprimentos exportáveis.

Destaques operacionais da América do Norte

A Companhia está entre as líderes em produtos de maior valor agregado e em eficiência operacional, que resulta em maior lucratividade e entre as líderes no segmento de carne de exportação de carne resfriada. A Companhia possui plantas de abate em Kansas, nos Estados Unidos, que possuem uma capacidade de abate de aproximadamente 6.000 cabeças/dia em cada planta.

Setor de Carne Bovina no Brasil

Consumo

O consumo de carne bovina geralmente se manteve estável, inclusive em meio a crises econômicas e recentes aumentos dos preços médios.

Produção

Com uma estimativa de 192 milhões de cabeças de gado em 2024, de acordo com a USDA, o Brasil possui o maior rebanho de gado do mundo para fins comerciais. A Índia, apesar de ter o maior rebanho de gado do mundo, não cria um número significativo de cabeças de gado para fins comerciais por

razões religiosas. Prevê-se que as expansões recentes do gado, bem como melhorias genéticas e de pastagens poderão gerar um aumento nos estoques de gado do Brasil, impulsionando o fornecimento de gado pronto para abate.

Exportação

A indústria brasileira de carne bovina passou por um intenso processo de internacionalização. A participação do Brasil no total de exportações mundiais de carne bovina aumentou de aproximadamente 5% no início dos anos 90 para aproximadamente 20% em 2024.

Vantagens competitivas

O Brasil oferece várias vantagens competitivas na produção de carne bovina, quando comparado aos seus concorrentes no mercado internacional, entre elas:

- Pecuária extensiva: ao contrário da maioria dos outros grandes produtores de carne bovina (incluindo os Estados Unidos e países da União Europeia), o gado brasileiro é alimentado principalmente com capim, o que é um dos fatores que eliminam o risco de uma epidemia de BSE no gado brasileiro.
- Vantagens em saúde e qualidade: a criação de gado em pastos, que é a prática mais comum no Brasil, tem sido vista como uma das práticas mais nutritivas de criação de gado, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne ("ABIEC"). A carne de gado criado em pastos possui menos gorduras do que a de gado criado em confinamento.
- O Brasil é um dos poucos países que ainda possui grandes áreas para agricultura e pecuária a custos atrativos, o que possibilita a expansão com baixo impacto ambiental e baixo número de animais por hectare.

Restrições comerciais e riscos sanitários

Países como Canadá, Japão e Coreia do Sul estão entre os mercados mais importantes onde a carne bovina brasileira (*in natura*) ainda não é vendida. Esses países aplicam restrições à importação de carne bovina *in natura* de países ou regiões com um programa ativo de vacinação contra a febre aftosa. Esses países aceitam apenas a importação de carne processada.

Atualmente, o Brasil possui regulamentos sanitários que levam em consideração as distinções regionais. Esse método de regulamentação é chamado de zoneamento (ou regionalização) e estabelece que, no caso de ocorrência de uma doença no território de um dado país, a localização geográfica da doença é colocada em quarentena e todo o movimento de animais é proibido até o término do episódio do surto, para que o país possa continuar exportando produtos (de fontes animais e vegetais) de outras regiões livres da doença. O conceito de zoneamento (ou regionalização) é sugerido pela OIE e aceito na maior parte dos países.

A União Europeia permite a importação de carne bovina *in natura* de certas regiões nos países afetados pela febre aftosa, desde que essas regiões não sejam diretamente afetadas pela doença.

No entanto, a União Europeia restringe o livre comércio de carne bovina *in natura*, impondo um sistema de cotas de importação e altas tarifas de importação "extra cota". Além da União Europeia, outros grandes importadores de carne *in natura* tendem a seguir as diretrizes da OIE, mas têm autonomia para estabelecer suas próprias regras para importação de carne bovina.

Em 2008, a União Europeia restringiu a importação de carne bovina brasileira, controlando o número de fazendas de gado brasileiras elegíveis para exportação, alegando problemas no sistema de rastreabilidade, no sistema de registro e identificação de rebanhos bovinos e de búfalo no território nacional. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), no final de 2011, aproximadamente 2.200 fazendas estavam qualificadas para fornecer carne *in natura* para exportação para a União Europeia, número muito menor de fazendas do que exportava antes do embargo (mais de 20.000 explorações). A principal razão para o volume de exportações para a União Europeia foi uma oferta reduzida de gado para abate. Em fevereiro de 2012, a União Europeia decidiu permitir que o Brasil gerenciasse a listade fazendas capazes de exportar para a União Europeia. Esta nova decisão reduziu a burocracia no processo de aprovação e aumentou o número de animais elegíveis para fornecer

carne à União Europeia.

Em agosto de 2014, o governo russo anunciou barreiras comerciais à importação de carne bovina, suína e de frango dos Estados Unidos e da União Europeia. Ao mesmo tempo, o governo russo autorizou a importação de tais produtos de várias plantas no Brasil.

Em maio de 2015, o governo chinês suspendeu as proibições de importação impostas à carne bovina brasileira devido a casos atípicos de BSE desde dezembro de 2012, aplicáveis a 8 abatedouros. Os abatedouros restritos passaram por revisões técnicas completas pelas agências sanitárias chinesas e, em junho de 2015, 17 instalações foram autorizadas a exportar carne bovina para a China. No Brasil, a Companhia e seu grupo econômico possuem um total de 3 fábricas autorizadas a exportar para a China. Em 2016, a Arábia Saudita e os Estados Unidos também abriram seu mercado para o Brasil.

Mais recentemente, em 2017, o governo russo impôs proibições à importação de carne bovina e suína brasileira, tais restrições foram parcialmente revogadas no final de 2018. Além disso, em 2017, os Estados Unidos anunciaram restrições à importação de carne *in natura*; no entanto, o Serviço de Inspeção e Segurança Alimentar do USDA agendou uma visita técnica em junho de 2019 para auditar o sistema de inspeção de carne bovina do Brasil, um passo importante para autorizar o Brasil a reexportar carne *in natura* para os Estados Unidos.

Em setembro de 2019, uma nova remessa de plantas brasileiras obteve habilitações concedidas para exportações para China. Ao todo o país habilitou 25 novos frigoríficos brasileiros para exportação - 17 de bovinos, seis de frango, uma de suínos e uma de asininos (asno). Com isso, o Brasil, que antes tinha 64 plantas habilitadas a exportar para país asiático, passa a ter 89. Recentemente entre 2020 e 2022 a China voltou a autorizar de maneira esporádicas novas plantas no Brasil.

Em setembro de 2021, o MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, notificou a OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) sobre casos atípicos de EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina) em dois animais nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso. Estes casos resultaram na auto suspensão temporária de emissões de certificados sanitários para exportação de carne bovina do Brasil para a China. De acordo com o MAPA, essa auto suspensão teve como base um protocolo bilateral de inspeção entre os dois países. Por se tratar de casos de EEB atípicos, a OIE manteve inalterado o status do Brasil, que atualmente possui status de risco insignificante, encerrando o episódio. Em 15 de dezembro do mesmo ano, de acordo com o MAPA, os certificados sanitários para exportação para República Popular da China começaram a ser emitidos normalmente e as exportações de carne bovina brasileira foram retomadas normalmente a partir daquela data.

Febre aftosa

O Brasil é dividido em zonas de acordo com o status de vacinação da febre aftosa. Nos últimos anos, o Brasil progrediu muito em seu controle da febre aftosa, principalmente considerando-se que praticamente todo o território brasileiro foi afetado pela doença em 1998. Segundo o MAPA, quase 90% do gado brasileiro está livre da febre aftosa. Tal êxito se deve a esforços governamentais de aumentar a vacinação. O MAPA desenvolveu o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, com o objetivo de manter zonas livres de febre aftosa e eliminar a febre aftosa na América do Sul, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela OIE. As exportações de carne *in natura* são limitadas durante surtos a fim de evitar prejuízos econômicos no mercado externo.

Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Acre e Rondônia são os únicos estados brasileiros classificados como livres de febre aftosa sem vacinação, enquanto estados e o Distrito Federal são considerados livres de febre aftosa com vacinação.

Setor de Carne Bovina na Argentina:

Consumo

Segundo o USDA, a Argentina é o sexto maior consumidor de carne bovina do mundo, ficando apenas atrás de Estados Unidos, Brasil, União Europeia, China e Índia.

Produção

De acordo com os dados do USDA, o rebanho de gado da Argentina tem fins substancialmente comerciais, com aproximadamente 52,8 milhões de cabeças de gado em 2024, atrás apenas da Índia, Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia. A Argentina é um ator importante no mercado internacional de carne bovina há muitos anos. Segundo a OIE, atualmente o gado argentino está atualmente classificado como livre de febre aftosa com vacinação. O preço do gado tem aumentado nos últimos anos devido à inflação global no preço das commodities.

Exportação

O volume de exportação é estimado em 860 mil toneladas em 2025, em linha com o volume de 2024.

Vantagens Competitivas

Cota Hilton: A União Europeia aprovou uma cota de 30 mil toneladas para a Argentina. Isto permite que o país envie carne para a UE-27 a cada ano com baixos direitos de importação. 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Restrições comerciais e riscos sanitários

- **Riscos sanitários:** O surto de doenças como febre aftosa pode provocar barreiras comerciais e causar impactos nas exportações do país; e
- **Barreiras comerciais:** A crise econômica tem provocado ações de alguns governos no sentido de aumentar o protecionismo com o intuito de proteger a economia local. Barreiras comerciais e subsídios ao setor por parte de países importadores podem afetar as exportações da Argentina e diminuir a vantagem competitiva de seus produtos.

Setor de Carne Bovina no Uruguai:

Consumo

A produção do Uruguai é substancialmente orientada para o mercado de exportação.

Exportações

Segundo o USDA, o volume exportado de carne bovina uruguaia foi de 473 mil toneladas em 2024, uma queda comparado ao volume registrado em 2023.

Vantagens Competitivas

- Livre de febre aftosa (sem vacinação) e
- O país pode exportar carne in natura para os principais mercados consumidores do mundo.

Restrições comerciais e riscos sanitários

- **Riscos sanitários:** O surto de doenças como febre aftosa pode provocar barreiras comerciais e causar impactos nas exportações do país; e
- **Barreiras comerciais:** A crise econômica tem provocado ações de alguns governos no sentido de aumentar o protecionismo com o intuito de proteger a economia local. Barreiras comerciais e subsídios ao setor por parte de países importadores podem afetar as exportações do Uruguai e diminuir a vantagem competitiva de seus produtos.

(d) eventual sazonalidade

Para a América do Norte, a demanda por carne bovina é geralmente maior nos meses de primavera e verão devido à ampla disponibilidade de gado e geralmente diminui durante os meses de inverno. Na América do Sul, em geral, a demanda no primeiro trimestre é mais baixa, e aumenta nos terceiro e quarto trimestres, devido à demanda relativa nesses trimestres por produtos da Companhia.

Os mercados de exportação da Companhia, como um todo, não são materialmente afetados pela sazonalidade, em parte porque a sazonalidade varia em todos os mercados de exportação da Companhia. No entanto, as vendas líquidas em mercados de exportação específicos sofrem eventuais variações de acordo com a estação do ano.

Em termos gerais, a Companhia vivencia as seguintes variações sazonais:

Gado

Em países onde o gado é criado livremente em pastos, como no Brasil, na Argentina e no Uruguai, o período sazonal geralmente está ligado às condições climáticas. Durante os meses de seca, normalmente há uma diminuição na oferta de gado para abate devido à redução da área de pastagem, ocasionando a redução do custo do produtor em relação à alimentação do animal seguido por uma oferta maior nos meses de estiagem. Essa diminuição de demanda foi parcialmente compensada pelo uso de gado engordado em confinamento. Embora exista sazonalidade na compra de matéria-prima, tal sazonalidade não afeta as vendas da Companhia de forma relevante.

(e) principais insumos e matérias-primas, informando:

i. Descrição das relações com fornecedores

MATERIA PRIMA

América do Norte

Gado

Em geral a Companhia não cria seu próprio gado. Na Operação América do Norte, a principal matéria-prima para as plantas de processamento de carne bovina é o gado vivo. Os preços do gado vivo mudam diariamente com base na oferta e demanda por carne bovina e outras proteínas, níveis de estoque de gado, clima e dentre outros fatores.

A Companhia é parte de um contrato de fornecimento de gado com a U.S. Premium Beef, LLC ("**USPB**"), o atual proprietário de uma participação de 15,1% na National Beef. A USPB concordou em fornecer, e a Companhia concordou em comprar, através da USPB, de membros da USPB, 735.385 cabeças de gado por ano (sujeito a ajuste), com base nas tabelas de preços que a National Beef forneceu à USPB. As tabelas de preços são baseadas em termos que podem ser obtidos de uma parte não afiliada. Em 2023 e em 2024, a Companhia adquiriu aproximadamente 23% do total de gado processado dos membros da USPB, de acordo com o contrato de fornecimento de gado. A Companhia também comprou gado adicional de certos membros da USPB fora do contrato de fornecimento de gado, bem como de centenas de outros fornecedores de gado.

América do Sul

Gado

A Companhia compra apenas o gado para abate, exceto em caso de atividades de confinamentos de terminação (confinamento usado para engordar gado nos últimos três ou quatro meses antes do abate).

A Companhia compra gado de pecuaristas no Brasil, Argentina e Uruguai. O gado é então transportado em uma combinação de caminhões próprios e de terceiros para as plantas da Companhia, onde são abatidos, desossados, processados e industrializados.

O gado é comprado de fazendeiros localizados em um raio de cerca de 300 km de nossas instalações de abate para minimizar os custos de transporte e melhorar a qualidade da carne, reduzindo o estresse sobre o gado.

Os compradores de gado da Companhia estão localizados em todas as principais áreas produtoras de gado na América do Sul. Esses compradores visitam fazendas e compram gado no mercado à vista aberto. Os compradores são treinados para selecionar animais livres de doenças de alta qualidade e seu desempenho é regularmente monitorado pela Companhia. A Companhia compra gado apenas de produtores selecionados e registrados, com base em um rigoroso processo de seleção de animais. Os fornecedores de gado da Companhia devem documentar a qualidade de suas operações e verificar se o uso de antibióticos e produtos químicos agrícolas segue os padrões do fabricante.

As compras de gado são pagas dentro de um período de 30 dias a partir da entrega, ou à vista, em dinheiro na entrega, com um desconto sobre o preço, dependendo das condições do mercado no momento da compra. A estratégia da Companhia é reduzir seus custos de compra, favorecendo as compras feitas com dinheiro, desde que o desconto aplicado lhe seja financeiramente atraente. De

acordo com a prática do setor, a Companhia não celebra acordos de longo prazo com seus fornecedores para a compra de gado.

Historicamente, os preços do gado estão sujeitos a flutuações substanciais. O fornecimento de gado e os preços são afetados por fatores como preços da terra, clima e acesso dos agricultores ao capital. A oferta também é afetada por períodos cíclicos, onde há uma elevada taxa de abate de matrizes causando uma menor oferta de bezerros no período subsequente. Durante esses períodos, há uma tendência de aumento dos preços do gado e inicia-se um processo de recomposição do rebanho bovino, até atingir um ponto de equilíbrio novamente.

A Companhia também desenvolve operações de confinamento de terminação de gado na América do Sul. Nesta operação, o gado é adquirido magro, cerca de três meses antes do abatido. O animal permanece confinado durante esses três meses, alimentando-se de ração até atingir o peso ideal para ser abatido. Os confinamentos garantem uma maior oferta de gado e melhor controle de preços durante os períodos de estiagem, que é quando há uma redução nas áreas de pastagem e, conseqüentemente, redução na oferta de gado gordo para abate.

Além disso, a Companhia adquire carcaças de gado de terceiros. Nesta operação, o gado é abatido por um terceiro e a Companhia adquire apenas a carcaça do animal. A decisão de adquirir carcaças de terceiros é essencialmente uma decisão econômico-financeira que a Companhia quando se avalia que essa é a opção mais lucrativa.

A Companhia acredita que é capaz de repassar o aumento dos preços do gado ao consumidor final em cada um de seus mercados, uma vez que os preços de seus produtos de origem bovina tendem a variar proporcionalmente às variações dos preços do gado.

ii - Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia possui mais de 13 mil fornecedores, e, desta forma, não possui nenhum risco de concentração de fornecedores em nenhum mercado onde está presente.

iii - Eventual volatilidade em seus preços

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado doméstico e internacional.

No tocante ao milho, trigo e farelo de soja, os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras.

No intuito de diminuir o impacto das commodities, a Companhia administra os níveis de estoque e, eventualmente, pode negociar gado em bolsa de mercadorias.

A Companhia saliente que, por ser uma empresa geograficamente diversificada, outros fatores não mencionados, tais como benefícios fiscais, monopólio ou oligopólio, subsídios, dependência de tecnologia e legislação especial, não influenciam suas operações e/ou mercados de atuação.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades de abate e processamento de carnes no Brasil da Companhia estão sujeitas a ampla regulamentação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“**MAPA**”) e outras autoridades estaduais ou locais em relação ao processamento, embalagem, armazenamento, distribuição, publicidade e rotulagem de produtos, incluindo sua aderência a padrões de segurança. Nos últimos anos, as práticas e procedimentos de saneamento na indústria de processamento de carne têm sido submetidos a escrutínio e supervisão mais intensivos pelo MAPA. Cada um dos seus sítios em que essas atividades são realizadas deve ser previamente licenciado pelas autoridades e a Companhia deve manter um técnico responsável por cada sítio. Os rótulos de produtos de origem animal devem ser registrados no MAPA. A Companhia está sujeita a uma extensa legislação e regulamentações governamentais nos Estados Unidos, no Brasil e nos mercados internacionais nos quais opera, bem como em países para os quais a Companhia exporta seus produtos. Os produtos exportados são inspecionados com frequência pelas autoridades competentes em segurança alimentar e qualquer violação constatada durante as inspeções poderá resultar na devolução e/ou destruição parcial ou total do lote e em custos decorrentes de atrasos na entrega de produtos a clientes da Companhia.

A Companhia está sujeita a extensas leis e regulamentos ambientais. Como produtor de produtos derivados de animais que usam uma ampla gama de processos industriais, incluindo abate de animais e processamento de carne, as fábricas da Companhia estão sujeitas a licenças operacionais e outorgas de água para usar os recursos hídricos. Além disso, a Companhia está obrigada a observar as regulamentações aplicáveis a áreas protegidas, como áreas de preservação permanente, unidades de conservação, áreas indígenas e áreas de reserva legal (“**Reserva Legal**”).

Licenciamento Ambiental

As leis e regulamentações ambientais brasileiras exigem a obtenção de licença ambiental para qualquer atividade considerada efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, cause degradação do meio ambiente. Essas licenças ambientais são necessárias para a aprovação, instalação, operação e qualquer ampliação ou alteração significativa de suas atividades e devem ser periodicamente renovadas, em tempo hábil.

Além disso, as licenças estabelecem condicionantes técnicas que devem ser cumpridas pela Companhia para que permaneçam válidas. De acordo com as Resoluções 1/1986 e 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), as licenças para determinadas atividades específicas que são consideradas de alto impacto no meio ambiente estão sujeitas a um procedimento mais complexo e exigem a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (“**EIA**”), seguida de Relatório de Impacto Ambiental (“**RIMA**” e, em conjunto, “**EIA/RIMA**”), que corresponde a uma avaliação ambiental multidisciplinar.

Além disso, a Lei nº 9.985/00 regula o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. De acordo com essa lei e com os Decretos Federais nº 4.340/02 e nº 6.848/09, certas atividades consideradas como causadoras de impacto ambiental significativo, efetivo ou potencial, devem contribuir para a manutenção de unidades de conservação, por meio do pagamento de valor proporcional ao impacto causado por tal atividade, que varia de 0 a 0,5% dos custos totais previstos para a sua implantação do empreendimento, com base nas informações fornecidas no EIA/RIMA.

A Resolução nº 237/97 do CONAMA e a Lei Complementar nº 140/11 determinam qual autoridade (federal, estadual ou municipal) é responsável por conceder a licença pertinente. Geralmente, as licenças ambientais são concedidas da seguinte forma: (i) pelo IBAMA, em casos de certas atividades predeterminadas, listadas para uma regulamentação específica, ou se a atividade envolver ou

apresentar impacto ambiental em mais de um Estado ou em determinadas áreas ambientalmente protegidas;

(ii) pela agência ambiental municipal, se a atividade envolver ou apresentar impacto ambiental local; e
(iii) pelo órgão ambiental estadual, caso a atividade não atenda aos parâmetros para licenças federais ou municipais. O processo de obtenção de uma licença ambiental envolve, em regra, três licenças com termos determinados: a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. Cada licença é concedida de acordo com a fase da atividade e sua validade dependerá do cumprimento das condicionantes técnicas impostas pelo órgão competente. Operar uma atividade potencialmente poluente sem a licença ambiental competente ou em violação às condicionantes de operação aplicáveis pode levar a responsabilidades criminais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar quaisquer danos na esfera civil. As penalidades administrativas variam de simples advertências a suspensão total ou parcial das atividades, além da imposição de multas que podem variar de R\$500,00 a R\$10 milhões, de acordo com o artigo 66 do Decreto nº 6.514/2008, dependendo da gravidade dos fatos, da capacidade econômica do infrator e seus antecedentes. Alguns Estados, no entanto, possuem legislação mais rígida e as multas por exercício de atividades sem as respectivas licenças ou em desacordo com as mesmas pode alcançar valores superiores.

Outras Autorizações Ambientais

Além do licenciamento ambiental, a legislação brasileira exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) autorização para uso de produtos perigosos/controlados; (iii) autorização para intervenção em áreas de preservação permanente; e (iv) outorgas para uso de recursos hídricos (tais com poços artesianos, barragens ou lançamento de efluentes em rios e lagos). A não obtenção de tais autorizações pode sujeitar a Companhia às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

Responsabilização Ambiental

Existem três tipos de responsabilidade ambiental decorrentes da legislação ambiental brasileira, que podem ser aplicados separada e cumulativamente: (i) civil, (ii) criminal e (iii) administrativa.

A responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva e se aplica a qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que direta ou indiretamente cause danos ao meio ambiente ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo. A evidência de um nexo causal entre a ação (ou omissão) e o dano é suficiente para estabelecer a responsabilidade. A pessoa física ou jurídica responsável por causar danos ambientais não pode invocar em sua defesa causas de excludentes de ilicitude, tais como culpa exclusiva de terceiros, caso fortuito ou força maior. Tal responsabilidade obriga à reparação dos danos e/ou ao pagamento de indenização. Além disso, a responsabilidade civil por danos ambientais não está sujeita à prescrição, uma vez que se refere a interesses difusos e coletivos, que devem ser amplamente protegidos. No entanto, ações judiciais movidas por terceiros afetados por danos ambientais (ações indenizatórias individuais) estão sujeitas a um prazo de prescrição de 3 anos a partir do conhecimento dos danos. A responsabilidade civil também se aplica de forma conjunta e solidária àqueles direta ou indiretamente responsáveis por atividades que causam degradação ambiental.

Como resultado, a parte que ajuíza a ação de reparação de danos ambientais pode escolher livremente quem processar. Nos últimos anos, tem havido uma tendência a se buscar indenização da parte com maior capacidade de pagamento, o que é conhecido como a *Deep Pocket Doctrine*. A parte que está

sendo processada pode ser responsabilizada por reparar todos os danos causados. Entretanto, tal parte pode, por sua vez, mover uma ação judicial de regresso contra a parte que foi diretamente responsável pelo dano, a fim de recuperar quaisquer quantias pagas para efetuar a reparação. Não há limite para o valor que os tribunais brasileiros podem fixar para cobrir os custos de reparação do dano ou do pagamento de uma indenização e/ou compensação.

Além disso, tanto as atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente desenvolvidas pela Companhia, assim como a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço em seus empreendimentos, incluindo, por exemplo, a supressão de vegetação, a realização de terraplanagens e a destinação final de resíduos sólidos, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

A Lei Federal nº 9.605/98 (“**Lei de Crimes Ambientais**” ou “**LCA**”) permite a atribuição de responsabilidade criminal a pessoas jurídicas quando (i) a decisão de cometer o ato for tomada pelo representante legal ou contratual ou de seu órgão colegiado; e (ii) a infração for cometida em benefício ou interesse da empresa. A responsabilidade criminal ambiental é subjetiva, pessoal e intransferível (isto é, depende da evidência de culpa e a sucessão não é aplicada). As pessoas físicas estão sujeitas a multas e pena privativa de liberdade, a qual é geralmente substituída, em certas circunstâncias, por penas restritivas de direitos.

Pessoas jurídicas estão sujeitas a multas, suspensão parcial ou total de atividades e embargos, entre outras penalidades. Há uma presunção refutável de negligência por parte da pessoa jurídica, uma presunção que pode ser difícil de se afastar. A responsabilidade da pessoa jurídica não isenta a responsabilidade das pessoas físicas que concorreram para a prática do crime. Isso inclui membros de pessoas jurídicas que participaram da decisão ou que, tendo conhecimento da conduta criminosa, não conseguiram impedir sua ocorrência quando poderiam tê-lo feito. A LCA também prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica na reparação de danos ambientais quando essa representar um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Nesses casos, os acionistas e diretores podem ser pessoalmente responsabilizados a recuperar quaisquer danos causados ao meio ambiente.

De acordo com o Decreto Federal nº 6.514/08, penalidades administrativas também podem ser impostas sempre que uma violação da legislação ambiental for identificada, resultando na imposição de penalidades (tais como advertências, multas variando de R\$50,00 a R\$50 milhões e suspensão de atividades) por agências de proteção ambiental.

Se as multas não forem pagas, os respectivos valores são inscritos em dívida ativa, sujeitos a processos de execução fiscal.

A aplicação de penalidades e/ou despesas com reparações ou indenizações por danos ambientais pode impactar, ou até mesmo suspender, a instalação e operação dos empreendimentos da Companhia.

A regulamentação ambiental impõe à Companhia outros ônus adicionais, incluindo a exigência de destinação adequada aos seus resíduos sólidos gerados, a realização de monitoramento das emissões atmosféricas e a obtenção de outorgas para captação de água e descarte de efluentes em corpos hídricos, com a observância dos parâmetros legais.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Uma das principais prioridades da Companhia é o cumprimento estrito de todas as leis ambientais nos níveis federal, estadual e municipal em todas as jurisdições em que a Companhia opera. Isso inclui manter suas licenças, alvarás, outorgas e autorizações atualizadas e em conformidade com as respectivas condicionantes técnicas.

A Companhia avalia periodicamente o impacto ambiental de seus produtos, processos, operações e serviços para identificar aqueles que causam ou podem causar danos ambientais significativos. Por meio de seus programas de gestão ambiental, busca identificar oportunidades para melhorar os processos de produção, além de impedir a ocorrência de impactos ambientais negativos e ações judiciais.

Em relação à responsabilidade ambiental, a Companhia busca seguir regras rígidas sobre a aquisição de gado apenas de fazendas—não constantes na lista de áreas embargadas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e ou também não estejam presentes na “lista suja” de mão de obra escrava do Secretaria do Trabalho. A Companhia age proativamente quando os produtores não cumprem a lei, removendo-os imediatamente de sua lista de fornecedores autorizados de animais para abate.

Os procedimentos adotados pela Companhia incluem a verificação de certidão negativa junto ao IBAMA para garantir que as propriedades não estejam com pendências ambientais registradas junto ao órgão, verificando o formulário de registro de propriedade rural e outros documentos ambientais quando necessário, bem como estabelecer comitês ambientais internos em todas as suas unidades que operam com o princípio de acesso à informação e prevenção de problemas ambientais.

Além disso, a Companhia implementou um Código de Ética que estabelece diretrizes para seu relacionamento com fornecedores e inclui verificação detalhada de sua implementação. A Companhia realiza reuniões periódicas com funcionários e fornecedores, bem como reuniões com comitês de avaliação, para garantir que essas regras sejam conhecidas e cumpridas. Também criou uma linha direta para relatar problemas como uma maneira adicional de monitorar seu relacionamento comercial com seus parceiros.

A Companhia busca manter conformidade com todas as leis e regulamentos ambientais brasileiros e se esforça ao máximo para manter todas as licenças ambientais necessárias às suas operações.

Para cada compra de gado, a Companhia verifica o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do fornecedor ou o Cadastro de Pessoa Física (CPF) nas listas publicadas pela Secretaria do Trabalho. A Companhia também está em conformidade nas seguintes áreas:

- fornecedores relacionados a áreas embargadas pelo IBAMA;
- fornecedores relacionados a áreas indígenas declaradas ou em fase administrativa posterior;
- fornecedores envolvendo situações de trabalho escravo;
- fornecimento de animais oriundos de áreas de ambientalmente protegidas (Unidades de Conservação); e
- fornecimento de animais oriundos de áreas desmatadas (indicadas pelo sistema Prodes/INPE).

Mudanças Climáticas

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à

preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. A atual regulamentação sobre GEE, ou, ainda, a regulamentação que eventualmente venha a ser aprovada, poderá aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Companhia busca implementar em todas suas unidades, de forma eficiente, planos de gerenciamento para os resíduos sólidos gerados em suas operações, com o objetivo de viabilizar segregação de materiais passíveis de reciclagem e destinar de forma adequada os resíduos perigosos e não reutilizáveis, por meio de parceiros devidamente licenciados.

Com relação às licenças ambientais, a Companhia mantém todas as autorizações necessárias para que possa operar e exercer suas atividades. Para informações sobre as práticas socioambientais e de sustentabilidade da Companhia, veja o item 7.8 deste Formulário de Referência.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

A Companhia e suas controladas são titulares de diversos pedidos de registro e marcas registradas junto ao INPI, bem como de marcas registradas no exterior (incluindo na Argentina, no Uruguai e nos Estados Unidos), conforme indicado no item 9.1(b) deste Formulário de Referência. Adicionalmente, a Companhia também é titular de nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, tal como "marfrig.com.br".

As principais marcas da Companhia estão devidamente registradas nas classes de serviços e produtos que se referem às suas atividades (especialmente na classe 29). As marcas registradas e os pedidos de registro de marcas são criteriosamente acompanhados pela Companhia. A Companhia não possui dependência de marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

(a) **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Companhia não divulga, em suas demonstrações financeiras, a abertura da receita proveniente por país e sim por segmento operacional América do Norte e América do Sul.

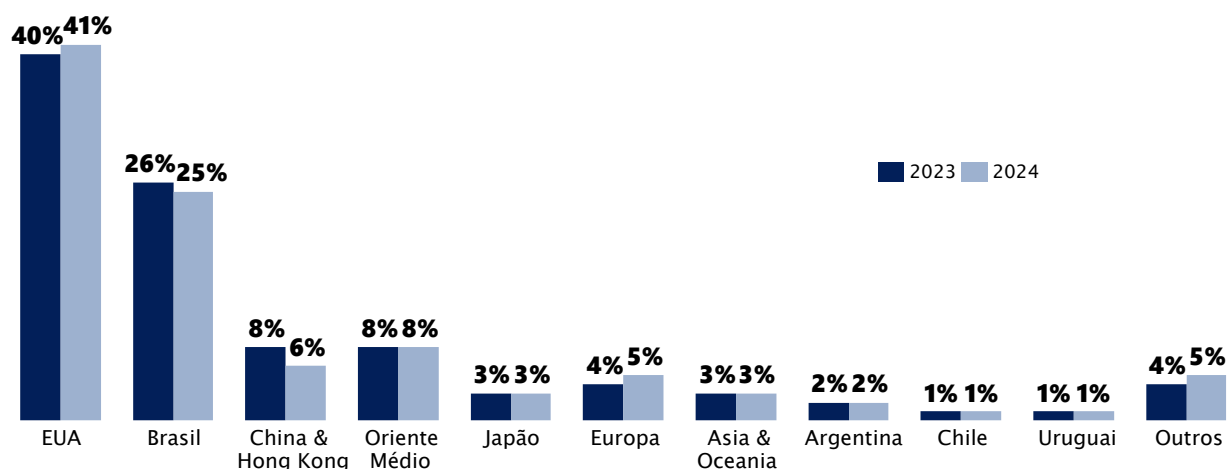
Em bases fiscais, de acordo com as demonstrações financeiras publicadas e no formato atual de abertura das operações:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Beef América do Norte			
Mercado interno	60.411,4	53.531,7	54.206,4
Exportação	6.510,1	6.020,0	7.167,0
Total Beef América do Norte	66.921,5	59.551,7	61.373,4
Beef América do Sul			
Mercado interno	8.390,3	7.363,3	5.869,4
Exportação	12.415,0	11.859,7	16.502,0
Total Beef América do Sul	20.805,3	19.223,0	22.371,4
Aves, Suínos e Industrializados - BRF			
Mercado interno	31.295,5	28.955,4	22.922,0
Exportação	29.838,7	24.487,9	18.704,5
Total Aves, Suínos e Industrializados - BRF	61.134,2	53.443,3	41.626,5
Marfrig Consolidado			
Mercado interno	100.097,2	89.850,4	82.997,8
Exportação	48.763,8	42.367,6	42.373,5
Total Marfrig Consolidado	148.861,0	132.218,0	125.371,3

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A Companhia conta com um portfólio diversificado e abrangente, seus produtos estão presentes nas maiores redes de restaurantes e supermercados, além das casas dos consumidores em aproximadamente 100 países. Em razão do elevado número de países, e em base proforma apresentamos a seguir a abertura do percentual da receita líquida da Companhia por região no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:



(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme mencionado nos itens acima, a Companhia não divulga, em suas demonstrações financeiras, a abertura da receita proveniente por país, as informações por região estão indicadas nos subitens (a) e (b) acima.

Aspectos Regulatórios

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa regulamentação pelo United States Department of Agriculture (“**USDA**”), incluindo o Serviço de Inspeção e Segurança Alimentar do USDA – *Food Safety and Inspection Service* (“**FSIS**”), Serviço de Inspeção de Saúde Animal e Vegetal – *Animal and Plant Health Inspection Service* (“**APHIS**”) e Inspeção de Grãos, Empacotadores e Administração de Estocagem – *Food and Drug Administration* (“**GIPSA**”); a *Food and Drug Administration* (“**FDA**”); a Agência de Proteção Ambiental dos EUA – *U.S. Environmental Protection Agency* (“**EPA**”) e outras autoridades federais, estaduais, locais e estrangeiras em relação ao abate, processamento, embalagem, armazenamento, segurança, distribuição, publicidade e rotulagem de seus produtos. A Companhia também está sujeita à Lei de *Packers and Stockyards* de 1921 (“**PSA**”).

As instalações de Dodge City e do Liberal estão sujeitas ao Título V, de acordo com o Federal Clean Air Act e o Kansas Air Quality Act. A instalação de St. Joseph está sujeita a uma autorização secundária de ar que está em vigor. As instalações de Dodge City, Liberal, Hummels Wharf e Moultrie estão sujeitas aos requisitos do Plano de Gerenciamento de Riscos (Risk Management Plan) do Clean Air Act, relacionados ao uso de amônia como refrigerante.

Todas as plantas da Companhia são descartadoras indiretas de águas residuais para obras de tratamento de propriedade pública e estão sujeitas a exigências de acordo com a Lei Federal da Água Limpa (*Federal Clean Water Act*), leis estaduais e municipais, bem como acordos ou permissões com autoridades municipais ou de condados. Após a renovação desses acordos e permissões, a Companhia é obrigada a, de tempos em tempos, realizar investimentos para atualizar ou expandir instalações de tratamento de águas residuais para atender novos requisitos de descarga mais rigorosos impostos no momento da renovação. As descargas de águas pluviais das plantas da Companhia também são reguladas pelas autoridades estaduais e locais.

Todas as instalações da Companhia geram fluxos de resíduos sólidos, incluindo pequenas quantidades de resíduos perigosos. A Companhia está sujeita a leis que estabelecem a responsabilidade estrita e, em determinadas circunstâncias, solidária, pela remediação de substâncias perigosas em locais contaminados; entretanto, não recebeu nenhuma indicação de que possui qualquer responsabilidade oriunda de violação da *Comprehensive Environmental Response, Compensation and Liability Act* (“**Superfund**”) ou contrapartes estaduais. Todas as plantas estão sujeitas ao direito da comunidade de conhecer os requisitos de relatório sob o Superfund Amendments and Reauthorization Act de 1986, que exige registros anuais das substâncias usadas nas facilidades das instalações.

Regulamentação Sanitária

As atividades da Companhia de abate e produção nos Estados Unidos estão sujeitas a ampla regulamentação pelo FSIS do USDA, pelo FDA e por outras autoridades governamentais em relação ao processamento, embalagem, armazenamento, distribuição, rotulagem e conformidade com os padrões de segurança federais. Práticas e procedimentos sanitários na indústria de processamento de carne estão sujeitos a escrutínio e supervisão pelo USDA FSIS. As plantas da Companhia nos EUA estão sujeitas à supervisão do USDA FSIS está em conformidade com os programas HACCP, GMPs e SOPs estabelecidos que são implementados e monitorados pela gerência local e pela equipe local de Serviços Técnicos.

Os rótulos dos produtos são autorizados pelo USDA FSIS e gerenciados pelo Departamento de Serviços Técnicos da empresa. A indústria de processamento de alimentos dos EUA está sujeita a extensas legislações e regulamentações governamentais nos Estados Unidos e nos mercados internacionais para os quais a Companhia fornece produtos.

Licenças Ambientais

A indústria alimentícia dos EUA está sujeita a extensas leis e regulamentos ambientais. Como produtor de produtos derivados de animais que requerem uma ampla gama de processos industriais, incluindo abate de animais e processamento de carne, as fábricas da Companhia estão sujeitas a licenças operacionais e monitoramento de direitos de água, ar, limites de descarga de água e água apropriada para processamento.

Todas as leis e regulamentos ambientais locais, estaduais e federais a que a Companhia está sujeita exigem permissões para qualquer atividade que possa impactar o meio ambiente. Essas autorizações são necessárias para aprovação, instalação, operação, expansão ou emendas de cada local, com todas as suas atividades sendo revisadas periodicamente para conformidade. Além disso, as licenças estabelecem condições técnicas que devem ser cumpridas para que a licença permaneça válida.

As entidades federais, estaduais e municipais são responsáveis pela concessão de permissões relevantes para os negócios da Companhia. As licenças ambientais são concedidas para operações ou atividades específicas. O processo de aquisição de uma licença ambiental envolve a aplicação na entidade apropriada, o desenvolvimento de um programa para conformidade e controle, o monitoramento da conformidade e as revisões periódicas pelo poder concedente. Operar sem a licença ambiental relevante ou violar as condições operacionais pode resultar em ações administrativas. As ações administrativas e/ou as penalidades variam de simples advertências, suspensão total ou parcial de atividades ou multas.

Cumprimento da Regulação Estrangeira e Política Ambiental

A Companhia está comprometida em garantir que está conduzindo todas as suas operações e atividades de acordo com as melhores práticas. A Companhia se envolve ativamente com agências locais, estaduais e nacionais para monitorar todos os mandatos aplicáveis, e utiliza auditorias independentes de terceiros para ajudá-la a fazer *benchmark* de suas operações e identificar oportunidades e inovações que melhorarão seus processos.

A Companhia mantém todas as concessões necessárias de inspeção que a autorizam a operar e a exercer suas atividades. A Companhia não tem conhecimento de nenhum processo administrativo relevante em andamento contra si por não conformidade com relação aos regulamentos do USDA FSIS.

A Companhia mantém todas as concessões necessárias de inspeção que a autorizam a operar e a exercer suas atividades. A Companhia não tem conhecimento de nenhum processo administrativo relevante em andamento contra si por não conformidade com relação aos regulamentos do USDA FSIS.

Para controlar o impacto ambiental de suas operações nos Estados Unidos, a Companhia implementou sistemas de controle, captura, tratamento e/ou monitoramento necessários para alcançar a conformidade ambiental. Além disso, a Companhia possui e mantém todas as permissões e autorizações ambientais necessárias para cumprir a conformidade com as leis ambientais aplicáveis nas jurisdições em que opera. Adicionalmente, a Companhia mantém um programa ativo de manutenção preventiva, que audita seus processos e corrige todas as deficiências para atender à conformidade. A Companhia cumpre rigorosamente todos os requisitos de relatórios periódicos exigidos em nossas licenças de operação ambiental.

A Companhia audita seus produtos, processos e operações quanto à conformidade ambiental. Por meio

de seus programas de gestão ambiental, busca identificar oportunidades para melhorar os processos de produção, além de impedir a ocorrência de problemas ambientais negativos.

A Companhia mantém um processo de manutenção preventiva de seus equipamentos e filtros, bem como programas para o uso eficiente da água, em um esforço para controlar o impacto ambiental de suas operações.

Uruguai

As carnes processadas no Uruguai seguem normas rígidas de certificação orgânica, por meio de um sistema de produção ambientalmente correto, no qual os animais são tratados com medicamentos fitoterápicos e homeopáticos, e alimentados em pastos sem agrotóxicos. O resultado é uma carne totalmente isenta de resíduos químicos. O Uruguai também é pioneiro com o Viva Grass Fed Beef, programa de produção sustentável e implantação de carnes certificadas. O gado é alimentado apenas por pasto e criado sem a utilização de antibióticos, hormônios de crescimento e ração, atendendo à demanda do mercado norte-americano.

A Marfrig possui uma plataforma de gestão da sustentabilidade que endereça todos os temas relevantes da cadeia de valor da pecuária, estruturado em seis pilares. O controle da origem da matéria-prima; a tecnologia e a inovação para a redução das emissões de gases de efeitos estufa; práticas que assegurem o bem-estar animal; uso racional e otimizado de recursos naturais, em especial água e energia, buscando sempre fontes de geração renováveis; redução da geração de resíduos e efluentes e sua destinação adequada e por fim, e muito importante, a responsabilidade social nas comunidades e povos tradicionais nas regiões nas quais a empresa origina e produz.

Seguimos avançando em melhorias e aprimoramentos, jornada que culminará no alcance de compromissos e metas assumidas em relação a governança ambiental, social e corporativa (ESG, na sigla em inglês). Em 2024, registramos evoluções e resultados importantes nas práticas de controle de origem de matérias primas e de bem-estar animal. Outras questões que permeiam nossas estratégias são as mudanças climáticas, tema ao qual temos dedicado esforços para controlar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em nossas operações e na cadeia de fornecimento, além do consumo de água e energia e a gestão de efluentes e resíduos. As boas práticas que temos adotado nessas frentes permitiu que elevássemos ainda mais o destaque da Marfrig em importantes rankings internacionais de sustentabilidade.

A Marfrig divulga, anualmente, seu desempenho em sustentabilidade no Relatório de Sustentabilidade, o qual é instrumento para o relato da estratégia de negócios e dos aspectos econômicos, sociais e ambientais relacionados às suas atividades, bem como para a prestação de contas sobre seu desempenho a todos os stakeholder relacionados. O documento é disponibilizado em três línguas: inglês, português e espanhol. Além do Relatório de Sustentabilidade, também contamos com um site de Sustentabilidade contendo mais informações sobre políticas, práticas de gestão e desempenho da companhia: <https://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade>

Reforçamos que a publicação do Relatório de Sustentabilidade é uma prática que nos acompanha há mais de 17 anos, desde 2007, quando a Marfrig Global Foods listou suas ações no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 2010, esse relato passou a ser feito com base na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB), referência internacional para a elaboração de materiais voltados à prestação de contas sobre avanços em práticas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês). Esse documento fornece detalhes sobre a natureza do negócio, o modelo de gestão integrado da empresa e suas subsidiárias, bem como seu desempenho em sustentabilidade. Além disso, também são considerados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Todas as versões do Relatório de Sustentabilidade anualmente divulgado pela Marfrig estão disponíveis para acesso, no website <https://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade/central-conteudo>. No mesmo endereço são divulgadas informações sobre as atuações da empresa no que se refere ao desenvolvimento sustentável, de acordo com a visão e estratégia da Companhia, bem como a sua Política de Sustentabilidade e os compromissos públicos assumidos.

Em 2024, alinhados às Normas GRI, às melhores práticas de relato e às principais referências setoriais, como SASB, ISSB e IFRS, entre outras, revisamos nossa matriz de materialidade e realizamos o primeiro processo de dupla materialidade da Marfrig, resultando em uma lista de temas materiais que orientam a nossa gestão em sustentabilidade, assim como a publicação de nossos resultados no Relatório de Sustentabilidade e outras frentes. Esse conceito engloba tanto os impactos, riscos e oportunidades para o nosso negócio (materialidade financeira) quanto os efeitos que geramos sobre a natureza, sociedade e economia (materialidade de impacto socioambiental), considerando uma perspectiva de 2 a 5 anos.

Os temas materiais selecionados refletem atuais assuntos que são essenciais para gerar e preservar valor para nossa empresa. Esses temas materiais são os seguintes: Mudança do clima, Recursos naturais, Direitos humanos e relações do trabalho, Saúde, segurança e bem-estar, Qualidade e segurança do produto, Comunidades do entorno das operações, Ética, integridade e transparência, Bem-estar animal, Resíduos sólidos e embalagens, Gestão transparência e rastreabilidade da cadeia de valor.

Ademais, importante ressaltar que o Relatório de Sustentabilidade apresenta informações sobre

governança, gestão ambiental e social de forma integrada, alinhando os compromissos e estratégias da empresa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

As ações e iniciativas empreendidas em cada um dos tópicos materiais contribuem, efetivamente, para o alcance de 15 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são: 1 - Erradicação da pobreza, 2 - Fome zero e agricultura sustentável, 3 - Saúde e Bem-Estar, 5 - Igualdade de gênero, 6 - Água potável e saneamento, 7 - Energia limpa e acessível, 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, 10 - Redução das desigualdades, 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, 12 - Consumo e produção responsáveis, 13 - Ação contra a mudança global do clima, 15 - Vida terrestre, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e meios de implementação

Além disso, a empresa estabeleceu objetivos e metas para a gestão ambiental, saúde e segurança no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI), e a área de Meio Ambiente, Saúde e Segurança monitora os indicadores de desempenho associados a esses índices.

As questões sobre o tema de mudanças climáticas são conduzidas em pilar também intitulado “mudanças climáticas”. Com base em processos e metas, temos atuando para minimizar os impactos de nossas operações, tanto por meio da redução de emissões de GEE, como pela compensação dessas emissões e o uso de energia renovável, práticas para as quais há metas estabelecidas.

Com base em nossas práticas de gestão para a sustentabilidade, conseguimos alcançar a maior pontuação no CDP (Carbon Disclosure Project). Em 2024, a Marfrig obteve a pontuação máxima (A) nas três categorias da lista global de transparência ambiental do CDP: Mudanças Climáticas, Segurança Hídrica e Florestas. Além disso, alcançamos a classificação “Triplo A”, uma seleção exclusiva de empresas que demonstram liderança global em gestão, transparência e compromisso com a redução de impactos ambientais. O CDP adota uma metodologia própria para classificar as empresas de A a D-, com base nas melhores práticas ambientais.

A Marfrig foi a primeira empresa de proteína animal a ter suas metas de redução de emissões de GEE aprovadas pela Science Based Targets initiative (SBTi). Entre os compromissos estabelecidos, destaca-se a redução de 68% nas emissões diretas (Escopos 1 e 2) e a diminuição de 33% na intensidade das emissões indiretas (Escopo 3) até 2035. Em 2024, ampliamos o mapeamento de nosso Inventário de GEE, incorporando dados mais completos sobre nossa cadeia de valor. Além disso, iniciamos a revisão de nossas metas climáticas, adotando a metodologia FLAG (Florestal, Agricultura e Uso da Terra) da SBTi, focada nos setores com maior impacto no uso da terra.

Além disso, conquistamos o selo ouro do programa brasileiro GHG Protocol, que reconhece as empresas que atendem a todos os critérios de transparência na divulgação do inventário de emissões de GEE. Esse programa é uma iniciativa importante para orientar as empresas no Brasil a medir, gerenciar e divulgar suas emissões, alinhando-se a padrões globais para a redução de impactos ambientais. A Marfrig também está presente no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da B3, que reúne empresas que adotam medidas eficazes para reduzir suas emissões de GEE.

A Marfrig mantém, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Pecuária (Embrapa) a mais importante e renomada instituição de pesquisa agropecuária no país, os protocolos Carne Carbono Neutro (CCN), proveniente de animais inseridos em um sistema de produção pecuária-floresta que neutraliza as emissões de metano e ainda prevê o lançamento do protocolo Carne Baixo Carbono (CBC), cuja produção reduz o balanço de emissões de gases de efeito estufa decorrente do manejo adequado de pastagens, se comparado a produção convencional.

Historicamente, a Marfrig assumiu o compromisso com uma cadeia livre de desmatamento em 2009 e em 2010 foi a pioneira na implantação de um sistema de geomonitoramento via satélite. Hoje, a Marfrig monitora diariamente 100% de seus fornecedores diretos, distribuídos por uma área equivalente à do Reino Unido.

Também, em 2020, a Marfrig lançou o Plano Verde+, para fortalecer seu compromisso com uma pecuária sustentável e livre de desmatamento ao longo de sua cadeia de fornecimento. Alcançando até 2024 o monitoramento de 81% de seus fornecedores indiretos de animais para abate no Brasil.

No Relatório de Sustentabilidade apresentamos todas as evoluções e resultados importantes em relação a governança ASG, e está disponível no website da Marfrig <https://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade/central-conteudo>.

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 28 de agosto de 2023, seguindo sua estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, celebrou na mesma data, determinados contratos de compra e venda de ações, comprometendo-se a alienar para a Minerva S.A. ("Minerva") determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai ("Ativos da Operação").

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais), sendo um sinal de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) e o saldo de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais) a ser pago no fechamento.

Os Ativos objetos da Transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

Em 09 de agosto de 2024, a Marfrig recebeu do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), o parecer final da Superintendência-Geral do CADE, recomendando, ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, a aprovação da Operação da alienação dos ativos no Brasil, mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações, prevendo diminuição dos limites materiais e geográficos estabelecidos na cláusula de restrição à expansão prevista no Contrato, o qual não alterará os demais termos e condições previstos no Contrato e da Operação ("ACC").

O fechamento da operação foi implementado em 28 de outubro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data, exceto com relação aos Ativos Uruguai. Com o Fechamento, a Companhia recebeu, naquela data, o valor de R\$ 5.680.602.398,44, totalizando o preço de alienação de R\$ 7.180.602.398,44, considerado o valor de R\$ 1.500.000.000,00 recebido a título de sinal, na data de assinatura. O preço ainda está sujeito ao mecanismo de ajuste pósfechamento previsto no Contrato.

Em 30 de outubro de 2024, a Marfrig recebeu da Comisión de Promoción y Defensa de La Competencia ("CPDC") resolução negando o recurso para a autorização de alienação dos Ativos da operação que se encontram no Uruguai cujo preço de alienação atribuído foi de R\$ 675.000.000,00, e está depositado em conta garantia. Em 17 de dezembro de 2024, recebeu resolução do Ministério de Economía Y Finanzas do Uruguai ratificando a decisão anterior da CPDC.

Em 11 de fevereiro de 2025, a Minerva apresentou à autoridade concorrencial uruguaia (Comisión de Promoción Y Defensa de la Competencia – "CPDC") novo pedido de autorização para aquisição de 3 (três) plantas de propriedade de controladas da Marfrig Global Foods S.A. no Uruguai. Tendo em vista o último parecer da CPDC ao pleito original, proposta alternativa foi apresentada – sendo esse negócio jurídico totalmente distinto da Operação, a ser pactuado exclusivamente pela Minerva, sem qualquer participação ou envolvimento da Marfrig.

Os Fatos Relevantes que tratam do assunto podem ser encontrados no site de Relação com os Investidores da Companhia (<https://ri.marfrig.com.br/arquivos-cvm/>)

Em 14 de novembro de 2024, a Companhia comunicou aos seus acionistas que foi ajustada a alienação de sua Planta Industrial de Couros localizada na Rodovia BR 267, s/nº, Km 35, Zona Rural, CEP 79780-000, na cidade de Bataguassu, Estado do Mato Grosso do Sul, para o Grupo Viva (Viposa/Vancouros), pelo valor de R\$ 100 milhões de reais.

Em 21 de março de 2025, a Companhia divulgou ao mercado que, por meio de sua subsidiária Pampeano Alimentos S.A., conclui a aquisição de determinadas unidades de confinamento de gado e produção agrícola, anteriormente pertencentes à própria Companhia e então operacionalizadas pela sociedade MFG Agropecuária Ltda., de propriedade dos acionistas controladores da Marfrig. A transação foi realizada pelo montante de R\$ 48 milhões.

Reestruturação Societária – Reino Unido:

Em dezembro de 2022, a Companhia realizou uma reestruturação societária em seu grupo envolvendo a constituição de duas subsidiárias nos Estados Unidos (MARFRIG US HOLDINGS, LLC e a MFG US Holding, LLC). Em 8 de dezembro, a MARFRIG US HOLDINGS, LLC foi constituída pela Marfrig NBM Holdings Ltd como única sócia. Em 16 de dezembro de 2022, a MFG US Holding, LLC foi constituída pela Marfrig Beef International Ltd como única sócia. Em 29 de dezembro de 2022, MBIL e MBL transferem, a valor contábil, todas as ações que possuem da Marfrig NBM Holdings Ltd para a MFG US Holding, LLC em troca da nova emissão de quotas da MFG US Holding, LLC. Como resultado, a Marfrig Beef International Ltd e a Marfrig Beef UK Ltd passam a deter 75% e 25% das quotas da MFG US Holding, LLC, respectivamente. Em adição, em 20 de dezembro a Beef Holdings Ltd vendeu para a Marfrig NBM Holdings Ltd a sua participação na NBM US Holdings Inc. Em 23 de dezembro de 2022, Marfrig NBM Holdings Ltd vende as ações que possui da NBM US Holdings Inc. para a MARFRIG US HOLDINGS, LLC, que passa a ser a controladora direta da NBM US Holdings Inc.

Reestruturação Societária – Argentina:

Em 30 de março de 2023, os Conselhos de Administração da Quickfood Argentina S.A. ("Quickfood"), da Campo del Tesoro S.A. ("Campo") e da Marfrig Argentina S.A. ("Marfrig" ou ambas em conjunto as "Empresas Absorvidas") celebraram um Compromisso Prévio de Fusão, através do qual foram estabelecidas as bases para a fusão da Quickfood, com a Campo e a Marfrig, através da absorção desta última, nos termos dos artigos 82º e seguintes da Lei Geral das Sociedades ("LGS") (doravante, a "Fusão").

Adicionalmente, em 9 de junho de 2023, foi celebrado o Acordo Definitivo de Fusão da Quickfood, Campo e Marfrig, através da Escritura n.º 441, lavrada a fls. 1.811, do Registro Notarial 2.174 da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

Finalmente, em 2 de outubro de 2023, o Registro Geral de Justiça registrou a fusão sob o nº 16897 do Livro 114, Volume - das Sociedades Anônimas.

Aumento de Capital Privado – Brasil:

Nos termos da reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2023 e dos Avisos aos Acionistas divulgados em 14 de agosto, 19 e 29 de setembro de 2023, a Marfrig realizou aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, para subscrição privada, de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, ao preço de emissão de R\$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por ação, totalizando R\$ 2.163.000.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e três milhões de reais), montante este integralmente destinado à conta de capital social da Companhia. Em decorrência da homologação total do referido aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 8.328.577.961,00 (oito bilhões, trezentos e vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais), dividido em 660.000.000 (seiscentas e sessenta milhões) de ações, para R\$ 10.491.577.961,00 (dez bilhões, quatrocentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais), dividido em 960.000.000 (novecentas e sessenta milhões) de ações.

Cancelamento de Ações de Emissão da Companhia – Brasil:

Conforme Fatos Relevantes publicados nos dias 21 de novembro de 2023, 14 de agosto de 2024, 13 de novembro de 2024 e 25 de fevereiro de 2025, foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração realizadas nas mesmas datas, o cancelamento do total de 102.071.881 (cento e dois milhões, setenta e um mil, oitocentos e oitenta e uma) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, passando o capital social total da Companhia a ser dividido em 857.928.119 (oitocentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e vinte e oito mil, cento e dezenove) ações ordinárias.

Mudança no controle de participação - PlantPlus Foods LLC:

Em 07 de novembro de 2024, a Archer-Daniels-Midland Company ("ADM"), uma das sócias da Plantplus Foods LLC, resolveu ceder a totalidade de suas quotas no montante de 30% à BRF S.A., controlada da

Companhia. A Marfrig manteve a sua participação de 70% na sociedade. A formalização da transferência das units da PlantPlus Foods LLC ocorreu em 23 de janeiro de 2025, após a aprovação sem ressalvas pelo CADE.

Aumento de capital e mudança no controle de participação - Plantplus Brasil:

Em 22 de março de 2024, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Foods Brasil Ltda., no montante de R\$ 4.979.000,00, passando dos atuais R\$ 9.834.542,00 para R\$ 14.813.542,00. O aporte foi efetuado pela sócia PlantPlus Foods LCC. Em 25 de julho de 2024, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Foods Brasil Ltda., no montante de R\$ 14.312.862,00, passando dos R\$ 14.813.542,00 para R\$ 29.126.404,00. O aporte foi também efetuado pela sócia PlantPlus Foods LLC. A participação de 0,3% que pertencia a ADM na Plantplus Brasil passa a ser da controlada BRF a partir de 14 de fevereiro de 2025. Com o aumento de capital da Plantplus Foods LLC, a participação da BRF S.A. e Companhia foram diluídas passando cada uma a ter 0,1% e 0,24%, respectivamente.

Aumento de capital e número de ações – Pampeano Alimentos S.A:

Em 31 de março de 2025, foi deliberado o aumento de capital social da Pampeano Alimentos S.A., no montante de R\$ 2.004.875.829,78, passando dos atuais R\$ 14.696.901,00, dividido em 14.696.901 ações ordinárias, para R\$ 2.019.572.730,00, representado por 2.019.572.730 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital e número de ações – MFG Holding S.A.U:

Em 12 de março de 2025, foi deliberado o aumento de capital social da MFG Holding S.A.U, no montante de AR\$ 200.000,00 e a emissão de 200.000.000 ações ordinárias, passando dos atuais AR\$ 300.000.000,00, divididos em 300.000.000 de ações ordinárias, para AR\$ 500.000.000, dividido em 500.000.000 de ações ordinárias nominativas.

Aumento de capital e número de ações – Quickfoods S.A.:

Em 12 de março de 2025, foi deliberado o aumento de capital social da Quickfoods S.A., no montante de AR\$ 10.637.499.999 e a emissão de 10.637.499.999 ações ordinárias, passando dos atuais AR\$ 83.071.700.036, divididos em 83.071.700.036 ações ordinárias, para AR\$ 93.709.200.035, dividido em 93.709.200.035 ações ordinárias nominativas.

Incorporação de Ações da BRF

Em 15 de maio de 2025, os administradores da Companhia e da BRF celebraram o “Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da BRF S.A. pela Marfrig Global Foods S.A.”, conforme aditado e consolidado em 26 de maio de 2025, que contém os termos, condições gerais e justificativas para a operação de incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da BRF, não detidas pela Companhia na Data de Fechamento (conforme abaixo definido), com a consequente transferência da base acionária da BRF para a Companhia, em conformidade com o artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações (respectivamente, “Incorporação de Ações” e “Protocolo e Justificação”).

A Incorporação de Ações foi aprovada nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da BRF realizadas ou encerradas em 5 de agosto de 2025, condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições suspensivas descritas no Protocolo e Justificação (“Condições”).

Em 22 de setembro de 2025, os Conselhos de Administração das Companhia e da BRF confirmaram a implementação de todas as Condições, nos termos do Protocolo e Justificação, confirmando assim o fechamento da Incorporação de Ações em tal data (“Data do Fechamento”).

A Incorporação de Ações foi consumada mediante a emissão de 602.799.006 ações da Companhia, entregues aos acionistas da BRF na Data do Fechamento (à exceção da própria Companhia), de forma que, a partir do final do pregão da Data do Fechamento, os acionistas da BRF passaram a integrar a base acionária da Companhia.

Adicionalmente, a Incorporação de Ações acarretou aumento do patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ 14.516.413.120,80, sendo o montante de R\$ 4.977.203.352,18 destinado à conta de capital social.

A Companhia não conta atualmente com acordo de acionista.

Em 2024 não houve alteração relevante na forma da condução dos negócios do emissor.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou pelas suas controladas que não estivessem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Destaques Financeiros – Consolidado

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 12,6%, passando de R\$ 132.218,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 148.861,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

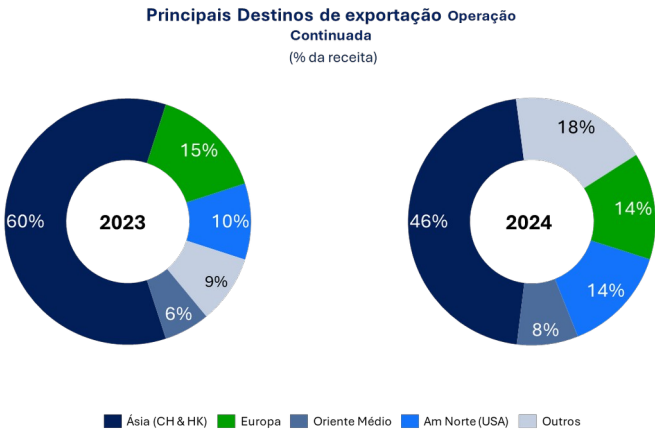
No período findo em 31 de dezembro de 2024 a receita líquida de vendas foi de R\$ 148.861,0 milhões, um crescimento de 12,6% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2023, os principais fatores foram o crescimento na receita de vendas no segmento BRF e o maior preço médio na Operação América do Norte;

A tabela abaixo mostra as vendas líquidas para as unidades de negócios da Companhia:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Beef América do Norte			
Mercado interno	60.411,4	53.531,7	54.206,4
Exportação	6.510,1	6.020,0	7.167,0
Total Beef América do Norte	66.921,5	59.551,7	61.373,4
Beef América do Sul			
Mercado interno	8.390,3	7.363,3	5.869,4
Exportação	12.415,0	11.859,7	16.502,0
Total Beef América do Sul	20.805,3	19.223,0	22.371,4
Aves, Suínos e Industrializados - BRF			
Mercado interno	31.295,5	28.955,4	22.922,0
Exportação	29.838,7	24.487,9	18.704,5
Total Aves, Suínos e Industrializados - BRF	61.134,2	53.443,3	41.626,5
Marfrig Consolidado			
Mercado interno	100.097,2	89.850,4	82.997,8
Exportação	48.763,8	42.367,6	42.373,5
Total Marfrig Consolidado	148.861,0	132.218,0	125.371,3

O total de vendas da operação América do Norte foi de 1.981 mil toneladas em 2024, contra 1.978 em 2023.

O volume de vendas da operação América do Sul foi de 815 mil toneladas, 22,9% superior a 2023.



Lucro bruto

O lucro bruto foi de R\$19.690,7 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2024, uma aumento de 47,2% em relação ao mesmo período em 2023, e a margem bruta atingiu 13,2% no período findo em 31 de dezembro de 2024.

Já no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o lucro bruto foi de R\$ 13.377,5 milhões, uma redução de 18,8 % em relação ao mesmo período em 2022, e a margem bruta atingiu 10,1% no período findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 2024, o lucro bruto do segmento Beef América do Norte foi de R\$ 2.978,7 milhões, uma redução de 24,7% em relação a 2023. A redução é reflexo do momento mais favorável dos produtores de gado e maior custo para a operação.

Em 2024, o indicador geral de mercado do preço médio de venda - USDA Comprehensive - foi de US\$ 306,64/cwt, valor 3,9% superior a 2023, e que compensou parcialmente o impacto do aumento do custo do gado no mesmo período.

Os créditos de abate (Drop Credit) como couro, sebo e outros subprodutos, foram 12,2% menores em 2024 que em 2023, US\$ 11,48/cwt versus US\$ 13,08/cwt no 2023.

Essa combinação fez com que a margem bruta no ano de 2024 fosse de 4,5%, inferior em 2,1 p.p. em comparação ao ano anterior.

Em 2024, o Lucro Bruto da operação Beef América do Sul foi de R\$ 2.965,8 milhões, 8,1% maior em relação a 2023.

Em 2024, o Lucro Bruto da operação Aves, Suínos e Industrializados - BRF foi de R\$ 15.835,2 milhões, 79,3% maior em relação a 2023. O aumento é explicado pela estabilidade no custo da matéria prima e crescimento nas vendas.

Comerciais, administrativas e gerais

As despesas de SG&A totalizaram R\$ 13.453,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 8,5% em relação aos R\$ 12.397,6 milhões registrados no mesmo período em 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas SG&A corresponderam a 9,0% do total da receita líquida de vendas em comparação com 9,4% no mesmo período em 2023.

Em 2024, as despesas comerciais foram de R\$ 11.235,4 milhões. As despesas comerciais em função da receita líquida foram de 7,5%, o percentual 34 pbs inferior ao ano anterior.

As despesas administrativas e gerais somaram R\$ 2.218,4 milhões. As despesas gerais e administrativas em função da receita líquida foram de 1,5% em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A redução no DVGA/Receita Líquida reflete os esforços conjuntos do plano de troca de melhores práticas entre as operações da Marfrig e da BRF, que já capturam reduções das despesas e ganhos comerciais.

Ebitda Ajustado

Em 2024, a Marfrig ficou com EBITDAaj de R\$ 13.766,6 milhões, um aumento de 48,1% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDAaj foi de 9,2%, superior em 2,2 p.p. em relação a margem de 7,0% de 2023. O avanço é explicado pelo desempenho recorde da BRF somado a expansão dos resultados na América do Sul, que compensaram a redução de EBITDA da Operação América Norte

Receitas Financeiras (Despesas)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$ 5.532,2 milhões, uma redução de 1,3% comparado a R\$ 5.602,4 em 2023. As despesas financeiras totalizaram R\$ 18.186,4 milhões e as receitas financeiras totalizaram R\$ 12.654,2 milhões

em 2024.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Var%
	2024	2023	
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	1.490,4	1.474,5	1,1%
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos c/instituições financeiras	(5.669,0)	(5.398,6)	5,0%
Correções monetárias, Desp. Bancárias, amortiz. custo sobre dívida e outros	(1.066,9)	(502,6)	112,3%
Variação cambial ativa e passiva	(286,6)	(1.175,7)	-75,6%
Total	(5.532,2)	(5.602,4)	-1,3%
Receitas financeiras	12.654,2	11.521,1	9,8%
Despesas financeiras	(18.186,4)	(17.123,5)	6,2%
Total	(5.532,2)	(5.602,4)	-1,3%

Dívida Líquida /EBITDA

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Dívida Líquida(1)/EBITDA UDM/(carve-out) (2)	2,21x	3,65x	2,65x
Índice de liquidez corrente (3)	1,28x	1,24x	1,25x
Prazo médio do vencimento da dívida (em meses)	68	69	69
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela não circulante (%)	86,3%	85,4%	79,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em R\$ (%)	38,3%	34,2%	37,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em outras moedas (%)	61,7%	65,8%	62,8%

⁽¹⁾ Dívida líquida corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela circulante e não circulante), menos o somatório dos saldos de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

⁽²⁾ Em função das disposições contratuais (carve-out) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA UDM).

⁽³⁾ Índice de liquidez corrente corresponde ao total do circulante dividido pelo total do passivo circulante, desconsiderando o instrumento mandatário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Marfrig era de R\$ 61.123,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 38,3% denominado em Reais e 61,7% denominado em outras

moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,24% ao ano. O índice de liquidez corrente ficou em 1,28x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 22.519,5 milhões. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,21x em 31 de dezembro de 2024. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 13,7% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 86,3% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 34,2% denominado em Reais e 65,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,30% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 3,65x em 31 de dezembro de 2023, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,24x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 21.878,4 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 14,6% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 85,4% os vencimentos do longo prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 61.172,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 30.325,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 37,2% denominado em Reais e 62,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,48% ao ano. O índice de alavancagem (dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses), ficou em 3,03x, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,25x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2022 de R\$22.492,5 milhões. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,64x em 31 de dezembro de 2022. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 20,9% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 79,1% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 20,2% denominado em Reais e 79,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 5,5% ao ano. O índice de alavancagem (dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses), ficou em 1,51x, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,14x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2021 de R\$8.400,3 bilhões. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 1,32x em 31 de dezembro de 2021. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 22,6% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 77,4% os vencimentos do longo prazo.

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações contábeis consolidadas das operações continuadas da Companhia.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Na avaliação dos diretores da Companhia, a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia reflete o comprometimento com a melhoria de sua estrutura de capital, bem como a busca por um melhor desempenho de nossas atividades.

O direcionamento estratégico da Companhia é pautado no processamento de proteínas, produtos de maior valor agregado e com marca, com uma estrutura de capital adequada, com alavancagem controlada e de menor despesa financeira, sempre atuando de forma sustentável, na geração de valor para todos os nossos *stakeholders*, cadeia pecuária, para as comunidades onde temos presença, para nossos investidores.

Destacamos os principais eventos de 2024:

(i) Aves, Suínos e Industrializados - BRF

Aumento de participação na controlada BRF

Em 28 de fevereiro e 08 de abril de 2024, a Companhia passou a deter o total de 842.547.574 e 849.526.130 ações, respectivamente da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 50,06% para 50,49%. As ações se dividem entre ordinárias e American Depositary Receipts ("ADR's").

Distribuição aos acionistas de juros sobre capital próprio da controlada BRF

Em 13 de novembro de 2024, o Conselho de Administração da controlada BRF aprovou a distribuição aos acionistas de juros sobre capital próprio ("JCP") no valor total de R\$ 995.221, com base no balanço levantado pela controlada BRF em 31 de outubro de 2024.

Em 05 de dezembro de 2024, foi efetuado o pagamento líquido de IRRF de R\$ 821.605, referente aos juros sobre capital próprio aprovados pela Administração da controlada BRF em 13 de novembro de 2024.

E em 30 de dezembro de 2024, foi efetuado o pagamento líquido de IRRF de R\$ 173.616, referente aos juros sobre capital próprio aprovados pela Administração da controlada BRF em 04 de dezembro 2024.

(ii) Beef América do Sul

Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento *Beef* América do Sul para a Minerva S.A.

O preço de alienação dos Ativos da Operação foi de R\$ 7.500.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000, recebidos no dia 28 de agosto de 2023, e o saldo remanescente de R\$ 6.000.000, sobre o qual incidiu a correção do CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Em 21 de maio de 2024, conforme Comunicado ao Mercado, a Companhia recebeu da Comisión de Promoción y Defensa de La Competencia – CPDC do Uruguai, resolução negando autorização para a operação de alienação dos Ativos da Operação que se encontram no Uruguai, nomeadamente as unidades de abate de bovinos de Colônia, Salto e San José, cujo preço de alienação atribuído, conforme contrato, é de R\$ 675.000. Em 30 de outubro de 2024, conforme Comunicado ao Mercado, a CPDC ratificou a posição anterior. Vale destacar que a decisão não é definitiva, e foi realizado pedido de recurso.

Em 09 de agosto de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, a Companhia recebeu do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o parecer final da Superintendência-Geral, recomendando, ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (TADE), a aprovação da operação

mediante a celebração de acordo em controle de concentrações, prevendo diminuição dos limites materiais e geográficos estabelecidos na cláusula de restrição à expansão prevista no contrato, o qual não alterou os demais termos e condições previstos no contrato e da operação.

Em 25 de setembro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, a Companhia recebeu do CADE, em sessão de julgamento realizada nessa data, aprovação do supracitado ato de concentração relativo à operação. A referida decisão de aprovação e os demais documentos públicos relativos ao ato de concentração podem ser consultados no site do CADE.

Em 08 de outubro de 2024, conforme Comunicado ao Mercado divulgado, foi confirmado o trânsito em julgado do Ato de Concentração nº 08700.006814/2023-77, e consumação das demais condições precedentes previstas no Contrato.

Em 28 de outubro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, foi implementado o fechamento da operação, exceto com relação aos Ativos Uruguai. Com o fechamento, a Companhia recebeu, nessa data, o valor de R\$ 5.680.602 totalizando o preço de alienação de R\$ 7.180.602 (considerado o valor de R\$ 1.500.000 recebido como sinal).

De acordo com o Fato Relevante, o preço de venda poderia ter ajustes pós-fechamento, que estão demonstrados a seguir, juntamente com o resultado da operação:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de 2024
Preço de venda	6.825.000
Ajuste de preço de venda ^(a)	340.684
(-) Despesas com assessores jurídicos e consultores externos	(5.836)
(=) Preço de venda ajustado	7.159.848
(-) Baixa líquida dos ativos mantidos para venda	(4.333.025)
(=) Resultado da operação antes dos tributos	2.826.823
(-) Imposto de renda e Contribuição social	(952.965)
(=) Resultado da operação	1.873.858
^(a) O ajuste no preço de venda decorre substancialmente da exclusão da dívida líquida das empresas negociadas, capital de giro, remuneração estimada e outros, conforme previsão contratual.	

Em 11 de fevereiro de 2025, conforme Fato Relevante divulgado, a Minerva S.A. apresentou à CPDC, novo pedido de autorização para a aquisição da “Operação Uruguai”. Tendo em vista o último parecer da CPDC ao pleito original, proposta alternativa foi apresentada pela Minerva S.A. Ressalte-se que proposta apresentada não implicará em nenhuma alteração das condições originalmente pactuadas no contrato de compra e venda de ativos.

Os demais eventos que ocorreram no exercício de 2024 estão detalhados no item 2.4(b) deste formulário de referência.

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida Líquida (1)/EBITDA UDM/(carve-out) (2)	2,21x	3,65x
Índice de liquidez corrente (3)	1,28x	1,24x
Prazo médio do vencimento da dívida (em meses)	68	69
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela não circulante (%)	86,3%	85,4%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em R\$ (%)	38,3%	34,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em outras moedas (%)	61,7%	65,8%

(1) Dívida líquida corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela circulante e não circulante), menos o somatório dos saldos de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

(2) Em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA UDM).

(3) Índice de liquidez corrente corresponde ao total do circulante dividido pelo total do passivo circulante, desconsiderando o instrumento mandatário.

Em 2024, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 61.123,6 milhões. Em 2023, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões.

Em 2024, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 38,3% denominado em Reais e 61,7% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,24% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,21x em 2024, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,28x, considerando as disponibilidades em 2024 de R\$ 22.519,5 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 13,7% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 86,3% os vencimentos do longo prazo.

Em 2023, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 34,2% denominado em Reais e 65,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,30% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 3,65x em 2023, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,24x, considerando as disponibilidades em 2023 de R\$ 21.878,4 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 14,6% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 85,4% os vencimentos do longo prazo.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos indicados. Na avaliação dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia representa, atualmente, uma adequada relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante):

- Em 2024, a estrutura de capital da Companhia era composta de 14,5% de capital próprio e 85,5% de capital de terceiros.
- Em 2023, a estrutura de capital da Companhia era composta de 19,0% de capital próprio e 81,0% de capital de terceiros.

Os Diretores acrescentam que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

A Companhia prosseguiu com aquisições de ações da controlada BRF, aumentando sua participação de 50,06% para 50,49%, passando a deter o total de 849.526.130 ações.

Essas movimentações alteraram a estrutura de capital próprio e de capital de terceiros durante o ano de 2024 e 2023, e estão detalhadas na nota 14.2.1 das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

O principal indicador para monitoramento é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários e a parcela circulante dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	22.519.515	21.878.356
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela circulante	8.352.851	7.509.414
Indicador de liquidez modificado	2,70	2,91

(c) Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a capacidade de pagamento da Companhia frente aos seus compromissos financeiros é considerada confortável levando-se em consideração suas disponibilidades, seu perfil do endividamento que possui e sua expectativa de geração de caixa.

Em 2024, do total do endividamento bruto, apenas 13,7% tinham vencimento no curto prazo enquanto 86,3% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$ 22.519,5 milhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 2,70x.

Em 2023, do total do endividamento bruto, apenas 14,6% tinham vencimento no curto prazo enquanto 85,4% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$ 21.878,4 milhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 2,91x.

Adicionalmente, os Diretores informam que a Companhia constantemente busca um perfil de endividamento com maior equilíbrio nos seus vencimentos, evitando concentrações de pagamentos em um determinado período.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores entendem que no último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) emissão de dívida (*bonds* e debêntures (CRA)).

Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, incluindo o investimento em novas plantas, expansão e/ou modernização das plantas existentes, e (iii) redução do endividamento e das taxas de juros a eles atreladas.

Os Diretores acreditam que essas fontes de financiamento estão adequadas ao perfil de endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 2024, a Companhia tinha R\$ 22.519,5 milhões em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, em comparação com R\$ 8.352,9 milhões em dívida de curto prazo. Considerando o perfil de dívida da Companhia e sua capacidade histórica de levantar capital e gerar caixa em dólares dos EUA e reais, a Companhia espera poder pagar suas dívidas, usando uma combinação de diferentes recursos de capital, tais como as receitas geradas a partir das atividades operacionais da Companhia, emissões de dívida e patrimônio e condições de pagamento estendidas aos seus fornecedores.

A Companhia acredita que o foco em seu negócio principal, juntamente com os investimentos que planejam fazer nos próximos anos, permitirá um aumento na geração de caixa. Isso, por sua vez, pode aumentar gradualmente a capacidade da Companhia de pagar suas obrigações financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir mostra o endividamento consolidado da Companhia em 2024 e 2023, descrito por modalidade, com as taxas médias ponderadas e os prazos médios ponderados de vencimento:

Linha de crédito	Encargos (%a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Em 31 de dezembro de	
				2024 (R\$ mil)	2023 (R\$ mil)
MOEDA NACIONAL:					
NCE/Capital de Giro	CDI + Taxa Fixa	13,73%	2,43	1.266.464	2.361.124
CPR / CCB	CDI	13,14%	1,80	4.599.447	3.805.840
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	CDI + IPCA + Taxa Fixa + Pré Fixado	11,71%	6,24	12.186.259	4.971.440
Incentivos fiscais	Pré-Fixado	-	-	-	6.604
Debêntures	IPCA	10,71%	5,27	5.337.210	6.486.619
Total moeda nacional		11,87%		23.389.380	17.631.627
MOEDA ESTRANGEIRA:					
NCE/Pré-pagamento (US\$) / ACC (US\$)	Taxa Fixa + Sofr / Pré Fixado + V.C	6,51%	3,64	6.975.777	6.003.525
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C / Pré-Fixado	5,07%	8,91	20.525.424	18.891.545
Empréstimo Bancário (US\$)	Taxa Fixa + Sofr + V.C	6,99%	1,51	5.340.520	5.667.881
Linha de Credito Rotativo - Revolving	Taxa Fixa + Sofr	6,75%	3,73	3.057.761	2.452.259
Capital de Giro	Pré-Fixado / Taxa Fixa / Eibor	12,03%	1,03	1.258.761	938.755
CRA	Taxa Fixa + V.C	6,20%	4,04	576.008	-
Total moeda estrangeira		5,99%		37.734.251	33.953.965
Total de empréstimos, financiamento e debêntures		8,24%		61.123.631	51.585.592
Passivo circulante				8.352.851	7.509.414
Passivo não circulante				52.770.780	44.076.178

Os Diretores da Companhia entendem que as modalidades abaixo expressam os empréstimos e financiamentos mais relevantes.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores e em vigor no final do exercício de 2024:

Nota de crédito à exportação – NCE/Capital de Giro

A Companhia emitiu notas de crédito à exportação que visa fortalecer o capital de giro da Companhia, com o objetivo de apoiar a produção destinados à exportação. As notas acumulam uma média de juros anual na taxa de 13,73%.

Cédula de Crédito – CPR & CCB

A Companhia celebrou contratos de Cédula de Crédito entre Crédito de Produtor Rural (CPR) e Cédula de Crédito Bancário (CCB), essas células possuem vencimentos que variam de 1 a 5 anos, e estão em linha com a estratégia de alongamento do prazo médio da dívida. Os contratos acumulam juros a uma taxa anual média de 13,14% a.a.

Debêntures Não Conversíveis - CRA

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a emissão de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), no valor total de R\$ 1.200,0 milhões, emitidas para colocação privada, com vencimento da primeira emissão em 15 de julho de 2028 e a segunda emissão em 15 de julho de 2031, sendo a 8ª (oitava) Emissão de Debêntures da Companhia.

Em 20 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para colocação privada. O valor total de tal emissão é de R\$ 1.500,0 milhões e foram emitidas 1.500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

Em 10 de novembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para colocação pública. O valor total de tal emissão é de R\$ 750,0 milhões e foram emitidas 750.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Em 17 de novembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 12ª (décima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para colocação privada. O valor total de tal emissão é de R\$ 1.000,0 milhões e foram emitidas 1.000.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Em 13 de julho de 2023, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada. No âmbito da oferta pública de distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 273ª emissão da Emissora, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 1.125.000, lastreados em direitos creditórios do agronegócio, CRA, representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia adicional fidejussória (colocação privada). O procedimento de *bookbuilding* foi concluído pelos Coordenadores em 07 de agosto de 2023.

Em 06 de novembro de 2023, por meio de RCA foi aprovada a 14ª escritura para emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública,

em rito de registro automático, no montante de R\$ 500 milhões com prazo total de 5 anos. Os recursos serão usados para recomprar e cancelar dívidas vincendas.

Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada.

No âmbito da oferta pública de distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 318ª emissão da Emissora, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 1.500.000, lastreados em direitos creditórios do agronegócio, representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia adicional fidejussória (colocação privada). A emissão foi concluída em 26 de março de 2024, e o montante total captado foi de R\$ 1.500.000.

Em 27 de junho de 2024, a controlada BRF concluiu sua quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para colocação privada, no valor total de R\$ 2.000.000. No âmbito da distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 332ª emissão da Emissora em 3 (três) séries, com lastro nos direitos creditórios do agronegócio, para distribuição pública destinada ao público em geral.

Em 05 de julho de 2024, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 16ª (décima sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada. No âmbito da oferta pública de distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 343ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 500.000, lastreados em direitos creditórios do agronegócio ("CRA"), representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia adicional fidejussória (colocação privada). A emissão foi concluída em 15 de julho de 2024, e o montante total captado foi de R\$ 500.000.

Em 16 de agosto de 2024, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 17ª (décima sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação pública, sob o rito de registro automático de distribuição. No âmbito da oferta de distribuição, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 500.000, atualizado monetariamente pela variação cambial do dólar dos EUA. A emissão foi concluída em 30 de agosto de 2024, e o montante total captado foi de R\$ 500.000.

Em 04 de outubro de 2024, a Companhia deliberou sobre o resgate antecipado facultativo da distribuição da 10ª (décima) emissão de debêntures simples da totalidade correspondente a 500.000 (quinhentas mil) debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, celebrado em 31 de janeiro de 2022, entre a Companhia e a Vórtex Distribuidora de Títulos e Valores, Mobiliários Ltda.

Em 10 de outubro de 2024, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 18ª (décima oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em até 4 (quatro) séries, para colocação privada, sob o rito de registro automático de distribuição. No âmbito da oferta pública de distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 369ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 2.500.000, lastreados em direitos creditórios do agronegócio ("CRA"), sem garantia adicional fidejussória (colocação privada). A emissão foi concluída em 07 de novembro de 2024, e o montante total captado foi de R\$ 2.000.000.

Debêntures

Foram subscritas pela controlada BRF em 30 de abril de 2019, 750.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando o montante de R\$ 750,0 milhões, sendo emitidas em 3 séries. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com esforços restritos. A 1ª série teve um montante de R\$ 70,0 milhões remunerado a CDI+0,80% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de principal em 2022. A 2ª série tem um montante de R\$ 411,7 milhões remunerado a IPCA+5,50% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2025 e 2026. A 3ª série tem um montante de R\$ 268,3 milhões remunerado a CDI+1,45% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2025 e 2026.

Em 14 de julho de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração da controlada BRF, a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2 (duas) séries, para colocação privada, pela Companhia. As Debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 46ª (quadragésima sexta) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série única, da Securitizadora ("CRA"), com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das Debêntures, os quais foram, em 14 de julho de 2020, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada. Foram subscritas pela Securitizadora, no âmbito da Colocação Privada, 2.200.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o montante de R\$ 2.200,0 milhões. A 1ª série tem um montante de R\$ 705,0 milhões remunerado a IPCA+5,30% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de principal em 2027. A 2ª série tem um montante de R\$1.495,0 milhões remunerado a IPCA+5,60% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2028, 2029 e 2030.

Em 28 de Maio de 2021, foi aprovada a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, pela Companhia. As Debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 60ª (sexagésima) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série única, da Securitizadora ("CRA"), com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das Debêntures, os quais foram, em 02 de junho de 2021, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada. Foram subscritas pela Securitizadora, no âmbito da Colocação Privada, 1.000.000 (um milhão) de Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 1.000,0 milhões.

Em 13 de julho de 2022, foram subscritas pela securitizadora, na controlada BRF, no âmbito da colocação privada, 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 e compostas por 2 (duas) séries, totalizando o montante de R\$ 1.700,0 milhões. A primeira série é composta por 710.000 (setecentos e dez mil) debêntures, com vencimento em 13 de julho de 2027 e indexadas ao DI. A segunda série é composta por 990.000 (novecentos e noventa mil) debêntures com vencimento em 13 de julho de 2032 e indexadas ao IPCA.

A controlada BRF efetuou liquidações antecipadas no 3º trimestre de 2024 das seguintes emissões de Debêntures: Debentures DI da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para colocação privada ("Debentures DI") e Debêntures da 4ª Série da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos ("Debêntures da 4ª Série"). Efetuando o pagamento dos montantes de R\$ 978.268 referente a liquidação do principal, e de R\$ 40.685 referente a juros e custos.

Linha de crédito rotativo – revolving

Em 14 de setembro de 2023, a National Beef celebrou a do contrato de crédito com a Cobank ACB, com a finalidade de concessão de linha de crédito rotativo reduzida em um valor principal agregado de US\$ 510,0 milhões, com taxa de juros 7,17% a.a., com data de vencimento em 14 de setembro de 2028.

Contrato de Financiamento de Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)

A Companhia celebrou Contratos de Financiamentos de Pré-Exportação, esse tipo de contrato é firmado para fortalecer o capital de giro da Companhia, com o objetivo de apoiar a produção destinada à exportação.

Senior Notes 2026 – NBM US Holdings

A décima segunda operação, foi concluída em 14 de maio de 2019, e compreendeu a emissão pela NBM US Holdings, Inc. emitiu US\$ 1.000,0 milhões em valor principal agregado de Senior Notes com vencimento em 14 de maio de 2026 (“2026 Notes”). As notas foram emitidas para financiar ofertas de leilão para as Senior Notes de 2021 e 2023 e pagar taxas e despesas associadas a essas transações, com os recursos líquidos restantes para pagar outras dívidas pendentes (incluindo, entre outras, recompras no mercado aberto de algumas das dívidas pendentes da Companhia). As notas foram oferecidas aos QIBs nos Estados Unidos, com base na isenção de registro fornecida pela Rule 144-A e a certas pessoas não-americanas em transações offshore, com base no Regulation S. As notas rendem juros de 7% ao ano com taxas semestrais devidas em 14 de maio e 14 de novembro de cada ano, com início em 14 de novembro de 2019. As notas são garantidas incondicional e irrevogavelmente pela Marfrig, MARB, Marfrig Holdings e Marfrig Overseas.

Em 10 de março de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 15 milhões do principal. Em 02 de outubro de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 42 milhões do principal.

Em 05 de junho de 2024, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 31,1 milhões do principal. Em 02 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a liquidação parcial antecipada das notas sêniores (bonds) com remuneração de 7,00% ao ano com vencimento em 2026, emitidas em 14 de maio de 2019 pela NBM US Holdings, Inc. Foi realizado o pagamento do montante equivalente a US\$ 500.000.

Senior Notes 2026 – BRF S.A.

Em 29 de setembro de 2016, a controlada BRF, por meio de sua subsidiária integral BRF GmbH, concluiu a oferta de Senior Notes de 10 (dez) anos, no valor total de US\$ 500,0 milhões, com vencimento do principal em 29 de setembro de 2026, emitidos com cupom (juros) de 4,35% a.a. (*yield to maturity* de 4,625%), a serem pagos semestralmente, a partir de 29 de março de 2017.

Em 14 de setembro 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 718,0 mil, sendo o prêmio pago US\$ 28,0 mil (equivalente a R\$ 151,0 mil), líquido de juros. Em 20 de setembro de 2023, a controlada BRF efetuou recompras de Senior Notes 4,350% com vencimento em 2026. Efetuando o pagamento do montante equivalente a R\$ 984.886 pela recompra destes passivos, valor que inclui principal, juros, prêmio e impostos (valor principal agregado de US\$ 200 milhões). Ainda, nesta data, todas as Senior Notes com vencimento em 2024 foram resgatadas por 100% (cem por cento) do seu valor agregado de principal de US\$ 295 milhões acrescido dos juros acumulados e não pagos, efetuando o pagamento do montante equivalente a R\$ 1.521.887.

Senior Notes 2029 – NBM US Holdings

A décima terceira operação, denominada *Sustainable Transition Bond*, foi concluída em julho de 2019 e compreendeu a emissão pela NBM US Holdings, Inc. de US\$ 500,0 milhões de *Sênior Notes*, com

cupom de 6,625% a.a. e pagamento semestral de juros, com vencimento principal em 10 anos (agosto/2029), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira de BB- pela Standard & Poors ("S&P") e BB- pela Fitch Ratings.

Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A., Marb Bondco PLC, Marfrig Overseas Limited e Marfrig Holdings (Europe) B.V. Os recursos captados com a emissão serão investidos no processo de compra de gado proveniente do Bioma Amazônia, mais especificamente nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia e que atendam critérios específicos, visando um controle sobre desmatamento, não utilização de terras indígenas, erradicação do trabalho escravo e infantil, através de um maior controle da rastreabilidade do gado, com inovações desenvolvidas pela Companhia.

Em 10 de março de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 13 milhões do principal. Em 02 de outubro de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 11 milhões do principal. Em 05 de junho de 2024, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 8,5 milhões do principal.

Senior Notes 2030 – BRF S.A.

Em 24 de setembro de 2019, a controlada BRF concluiu oferta de *Senior Notes* no valor total de US\$ 750,0 milhões, com vencimento do principal em 24 de janeiro de 2030, emitidos com cupom (juros) de 4,875% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, havia US\$ 750,0 milhões (equivalente a R\$ 3.897,5 milhões) de principal em aberto desses títulos. Em 2 de junho de 2021, foi iniciada a oferta de recompra das 4,875% *Senior Notes* ("Oferta de Recompra") e, em 30 de junho de 2021, a Companhia divulgou o encerramento e o resultado da Oferta de Recompra das 4,875% *Senior Notes*.

A Oferta de Recompra não estava condicionada à recompra de qualquer valor de principal mínimo das 4,875% *Senior Notes*, mas a obrigação da Companhia de completar a Oferta de Recompra foi condicionada ao montante total de recompra não excedente a US\$ 180,0 (cento e oitenta milhões de dólares dos EUA). Foi pago o montante de principal de US\$ 59,4 (equivalentes a R\$ 297,1 milhões). A Controlada efetuou recompras durante o ano de 2022 no montante de US\$ 102,3 milhões (equivalentes a R\$ 537,9 milhões).

Senior Notes 2031 – Marb

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia concluiu uma oferta no exterior de bônus (*bonds*), no valor total de US\$ 1.500,0 milhões. A emissão teve demanda 4,5 vezes superior à oferta. Os *bonds* com vencimentos em 2031, foram emitidos com taxa de juros de 3,95% a.a., menor valor histórico da Companhia. A operação recebeu classificação de risco em moeda estrangeira de "BB-" pela *Standard & Poors* ("S&P") e "BB" pela Fitch Ratings. A operação tem como garantidoras a Marfrig Global Foods S.A., NBM US Holdings, Marfrig Holdings (Europe) B.V. and Marfrig Overseas Limited.

A emissão faz parte do processo de *Liability Management*, cujo objetivo é o de alongar o perfil e reduzir o custo da estrutura de capital da Companhia foi utilizada no processo de *Tender Offer* das *Senior Notes*, com remuneração de 7% a.a. e vencimento em 2024 e *Senior Notes*, com remuneração de 6,875% a.a. e vencimento em 2025.

Em 10 de março de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 24 milhões do principal. Em 02 de outubro de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 28 milhões do principal. Em 05 de junho de 2024, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 60,7 milhões do principal.

Senior Notes 2050 – BRF S.A.

Em 21 de setembro de 2020, a controlada BRF concluiu oferta de *Senior Notes* no valor total de US\$ 500,0 milhões, com vencimento do principal em 21 de setembro de 2050, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano. Em 26 de outubro de 2020, foi feita uma captação adicional de US\$ 300,0 milhões, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano.). A Controlada efetuou recompras durante o ano de 2022 no montante de US\$ 128,8 milhões (equivalentes a R\$ 676,9 milhões).

Empréstimo Bancário (US\$)

A Companhia mantém um saldo em aberto de R\$ 5.340,5 milhões de empréstimo bancário em dólar dos EUA, a uma taxa média de 6,99% a.a., esse tipo de crédito é utilizado para gerar capital de giro nas empresas do grupo localizadas fora do Brasil.

Contratos de financiamento firmados com os compradores ou suas afiliadas

Na data deste formulário de referência, e exceto pelas facilidades de capital de giro celebradas no curso normal dos negócios da Companhia e conforme divulgado acima, a Companhia não tem outros contratos de financiamento celebrados com os compradores iniciais ou suas afiliadas.

Cronograma consolidado de vencimento do endividamento em todas as moedas:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
2024	-	7.509.414
2025	8.352.851	7.114.288
2026	10.004.959	11.385.522
2027	5.364.504	4.159.849
2028	7.381.965	2.640.775
2029 em diante	30.019.352	18.775.744
Total	61.123.631	51.585.592

(ii) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores confirmam que a Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras que não em decorrência dos financiamentos, empréstimos e garantias acima descritos.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia esclarece ainda que, no último exercício social, não existiu grau de subordinação entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(iv) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os Diretores entendem que as principais restrições impostas à Companhia em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário estão descritas a seguir.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas nos contratos de dívida que evidenciam ou governam seu endividamento pendente, tais como, limitações à assunção de novas dívidas, gravames, pagamentos e investimentos restritos, dentre outras cláusulas restritivas que são padrão nos tipos de instrumentos de dívida celebrados, incluindo o seguinte:

- Não incorrer em nenhum novo endividamento (conforme definido em tais contratos) que, na data de tal ocorrência, considerando seu efeito *proforma*, levaria a relação dívida líquida/EBITDA (conforme definida em tais contratos) a ser superior a 4,75 ou, no caso de financiamentos bancários, manter uma relação dívida líquida financeira/EBITDA (conforme definido em tais contratos), que não exceda 4,75;
- Não restringir a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de: (i) pagar dividendos/outras distribuições entre grupos, (ii) incorrer ou pagar dívidas/adiantamentos entre empresas, ou (iii) transferir propriedades ou ativos entre eles;
- Não vender quaisquer ativos, a menos que: (i) a venda do ativo seja pelo valor justo de mercado; (ii) pelo menos 75% da contraprestação consista em dinheiro ou ativos/propriedades relacionados aos negócios da Companhia; e (iii) dentro de 360 dias após a recebimento de tais recursos, eles sejam usados para pagamento de dívidas ou aquisição de ativos adicionais em negócios relacionados aos negócios da Companhia; e
- Não emitir, vender ou transferir ações ordinárias de subsidiárias, exceto se para a própria Companhia ou suas subsidiárias ou em conformidade com as cláusulas que previam limitação na venda de ativos ou limitação de pagamentos restritos.

Além disso, certos contratos contêm cláusulas de *cross default*, em caso de inadimplência da Companhia ou de suas subsidiárias. A Companhia continua a pagar suas dívidas e efetuar pagamentos programados de principal e juros.

Limites de endividamento

A Companhia possui determinados contratos de empréstimos e financiamentos que registram cláusulas de manutenção de seu nível de endividamento consolidado, por meio de *covenants*.

Estes *covenants* tratam da relação entre a Dívida Líquida e o LAJIDA (EBITDA) dos últimos doze meses da Companhia (LTM), e possuem limite de 4,75x. O não cumprimento dos mesmos pode implicar em solicitação por parte dos credores, no vencimento antecipado da dívida da Companhia.

Em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA Ajustado – últimos doze meses), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA Ajustado), ficou em 2,21x.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de
	2024
Dívida bruta consolidada	61.483.041
(-) Disponibilidade consolidada	22.640.985
(-) Efeito de variação cambial (<i>carve-out</i>)	8.359.681
Dívida Líquida Consolidada Ajustada	30.482.375
LAJID Aj. do exercício de 2024	13.766.605
Indicador de alavancagem para <i>covenants</i> financeiros	2,21

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 2024.

Restrição à alienação de ativos

Existem restrições a alienação de ativos que possam levar ao descumprimento de obrigações previstas no âmbito de certos Adiantamentos a Contratos de Câmbio – ACC.

Restrição à alienação de Controle

Há restrições a alienação de controle da beneficiária dos créditos nos financiamentos provenientes de NCEs, Finame, NPRs, CCBs e alguns ACCs.

(g) Comentários dos Diretores sobre os limites de utilização de financiamentos já contratados

Os Diretores informam que todos os contratos de financiamento foram liberados integralmente após a respectiva aprovação e formalização com a contraparte credora.

(h) Comentários dos Diretores a respeito de alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Nas tabelas abaixo, “AH” e “AV” constantes das colunas significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia, e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.marfrig.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados, relativos aos exercícios sociais de 2024 e 2023.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 2024 E 2023

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 2024 comparado com 2023.

ATIVO	31-dez-24	AV	31-dez-23	AV	AH
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.516.687	3,3%	6.460.212	4,9%	-30,1%
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	18.002.828	13,1%	15.418.144	11,8%	16,8%
Valores a receber de clientes	9.175.814	6,7%	7.213.646	5,5%	27,2%
Estoques	11.482.938	8,4%	10.113.118	7,7%	13,5%
Ativos biológicos	2.926.421	2,1%	2.756.684	2,1%	6,2%
Tributos a recuperar	3.235.325	2,4%	2.920.641	2,2%	10,8%
Despesas do exercício seguinte	425.830	0,3%	302.499	0,2%	40,8%
Títulos a receber	59.452	0,0%	96.770	0,1%	-38,6%
Adiantamentos a fornecedores	2.739.402	2,0%	913.428	0,7%	199,9%
Instrumentos financeiros derivativos	84.969	0,1%	126.921	0,1%	-33,1%
Caixa Restrito	276.025	0,2%	13.814	0,0%	1898,2%
Dividendos a Receber	851	0,0%	851	0,0%	0,0%
Outros valores a receber	586.066	0,4%	664.869	0,5%	-11,9%
	53.512.608	38,9%	47.001.597	35,9%	13,9%
Ativos mantidos para venda	1.422.058	1,0%	5.099.203	3,9%	-72,1%
Total do Ativo Circulante	54.934.666	39,9%	52.100.800	39,8%	5,4%
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	323.811	0,2%	319.995	0,2%	1,2%
Valores a receber de clientes	22.620	0,0%	5.897	0,0%	283,6%
Depósitos judiciais	487.501	0,4%	463.528	0,4%	5,2%
Tributos a recuperar	10.141.498	7,4%	9.089.563	6,9%	11,6%
Títulos a receber	8.635	0,0%	2.130	0,0%	305,4%
Caixa restrito	60.790	0,0%	72.395	0,1%	-16,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.476.955	3,3%	2.586.765	2,0%	73,1%
Instrumentos financeiros derivativos	251.582	0,2%	625.851	0,5%	-59,8%
Outros valores a receber	249.999	0,2%	229.725	0,2%	8,8%
Ativos biológicos	1.787.237	1,3%	1.858.316	1,4%	-3,8%
Investimentos	224.843	0,2%	654.638	0,5%	-65,7%
Propriedades para investimento	116.794	0,1%	115.165	0,1%	1,4%
Imobilizado	41.246.113	30,0%	40.646.704	31,0%	1,5%
Direito de uso	4.049.362	2,9%	3.631.190	2,8%	11,5%
Intangível	19.127.733	13,9%	18.551.974	14,2%	3,1%

Total do Ativo não Circulante	82.575.473	60,1%	78.853.836	60,2%	4,7%
TOTAL DO ATIVO	137.510.139	100,0%	130.954.636	100,0%	5,0%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31-dez-24	AV	Reclassificado 31-dez-23	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	20.261.845	17,2%	16.706.980	15,8%	21,3%
Pessoal, encargos e benefícios a funcionários	2.351.893	2,0%	1.669.658	1,6%	40,9%
Impostos, taxas e contribuições	1.236.661	1,1%	763.562	0,7%	62,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.352.851	7,1%	7.509.414	7,1%	11,2%
Antecipações de clientes	6.089.060	5,2%	4.614.640	4,4%	32,0%
Arrendamentos a pagar	1.204.466	1,0%	1.080.298	1,0%	11,5%
Títulos a pagar	220.653	0,2%	196.697	0,2%	12,2%
Provisão para contingências	784.296	0,7%	720.187	0,7%	8,9%
Instrumentos financeiros derivativos	450.945	0,4%	121.443	0,1%	271,3%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) a pagar	2.792	0,0%	810	0,0%	244,7%
Outras obrigações	1.242.969	1,1%	729.346	0,7%	70,4%
	42.198.431	35,9%	34.113.035	32,2%	23,7%
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	767.344	0,7%	8.057.838	7,6%	-90,5%
Total do Passivo Circulante	42.965.775	36,5%	42.170.873	39,8%	1,9%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.755.947	7,5%	9.553.512	9,0%	-8,3%
Fornecedores	11.767	0,0%	422	0,0%	2688,4%
Pessoal, encargos e benefícios a funcionários	467.127	0,4%	454.398	0,4%	2,8%
Impostos, taxas e contribuições	258.302	0,2%	346.661	0,3%	-25,5%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	52.770.780	44,9%	44.076.178	41,6%	19,7%
Arrendamentos a pagar	3.691.734	3,1%	3.158.263	3,0%	16,9%
Títulos a pagar	39.156	0,0%	63.239	0,1%	-38,1%
Provisão para contingências	6.607.415	5,6%	5.461.632	5,1%	21,0%
Instrumentos financeiros derivativos	1.415.527	1,2%	94.247	0,1%	1401,9%
Outras obrigações	588.497	0,5%	685.376	0,6%	-14,1%
Total do Passivo não Circulante	74.606.252	63,5%	63.893.928	60,2%	16,8%
TOTAL DO PASSIVO	117.572.027	85,5%	106.064.801	81,0%	10,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	10.367.391	7,5%	10.367.391	7,9%	0,0%
Reserva de capital e ações em tesouraria	(2.141.436)	-1,6%	(515.881)	-0,4%	315,1%
Reserva legal	624.664	0,5%	484.848	0,4%	28,8%
Reserva de incentivo fiscal	964.286	0,7%	229.403	0,2%	320,3%
Reserva de lucros	2.637.330	1,9%	2.927.390	2,2%	-9,9%
Outros resultados abrangentes	(9.628.091)	-7,0%	(5.861.827)	-4,5%	64,3%
Patrimônio líquido de controladores	2.824.144	2,1%	7.631.324	5,8%	-63,0%

Participação de não controladores	17.113.968	12,4%	17.258.511	13,2%	-0,8%
Total do Patrimônio Líquido	19.938.112	14,5%	24.889.835	19,0%	-19,9%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	137.510.139	100,00%	130.954.636	100,0%	5,0%

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 54.934,7 milhões em 2024 em comparação com R\$ 52.100,8 milhões em 2023, o que representa um aumento de 5,4%. Como percentual do ativo total, o ativo circulante representava 39,9% e 39,8% em 2024 e 2023, respectivamente.

Disponibilidades: As disponibilidades da Companhia totalizavam R\$ 22.519,5 milhões em 2024, o que representa um acréscimo de 2,9% em relação ao montante de R\$ 21.878,4 milhões em 2023. Em termos percentuais do ativo total, as disponibilidades totalizavam 16,4% em 2024 comparado a 16,7% em 2023. O aumento é explicado, principalmente, pelo recebimento dos recursos da venda dos ativos na Operação América do Sul.

Valores a Receber de Clientes: Os valores a receber de clientes da Companhia totalizavam R\$ 9.175,8 milhões em 2024, o que representa um acréscimo de 27,2% em relação ao montante de R\$ 7.213,6 milhões em 2023. Em termos percentuais do ativo total, os valores a receber de clientes totalizavam 6,7% em 2024 comparado a 5,5% em 2023. Os Diretores da Companhia entendem que esse acréscimo é justificado principalmente pelo maior volume de vendas durante o ano.

Estoques e Ativo biológico: Os Estoques e os ativos biológicos da Companhia totalizavam R\$ 14.409,4 milhões em 2024 em comparação com R\$ 12.869,8 milhões em 2023, o que representa um acréscimo de 12,0%. Como percentual do ativo total, os estoques e ativo biológicos representavam 10,5% e 9,8% em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar da Companhia totalizavam R\$ 3.235,3 milhões em 2024 em comparação com R\$ 2.920,6 milhões em 2023, o que representa um acréscimo de 10,8%. Como percentual do ativo total, os tributos a recuperar representavam 2,4% e 2,2% em 2024 e 2023, respectivamente.

Ativo Não Circulante

O ativo não-circulante totalizava R\$ 82.575,5 milhões em 2024, o que representa um acréscimo de 4,7% em relação ao montante de R\$ 78.853,8 milhões em 2023, em termos percentuais do ativo total, o ativo não-circulante totalizava 60,1% em 2024 comparado a 60,2% em 2023.

Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar totalizavam R\$ 10.141,5 milhões em 2024 em comparação com R\$ 9.089,6 milhões em 2023, o que representa um acréscimo de 11,6%. Como percentual do ativo total, tributos a recuperar representavam 7,4% em 2024 comparado a 6,9% em 2023.

Imobilizado e Direito de Uso: O imobilizado e direito de uso totalizavam R\$ 45.295,5 milhões em 2024 em comparação com R\$ 44.277,9 milhões em 2023, o que representa um acréscimo de 2,3%. Como percentual do ativo total, o imobilizado e direito de uso representavam 32,9% em 2024 comparado a 33,8% em 2023.

Intangível: O ativo intangível da Companhia era de R\$ 19.127,7 milhões em 2024 em comparação com R\$ 18.552,0 milhões em 2023, o que representa um acréscimo de 3,1%. Como percentual do ativo total, o ativo intangível representava 13,9% e 14,2% em 2024 e 2023, respectivamente.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta um acréscimo de 1,9%, passando para R\$ 42.965,8 milhões em 2024, em comparação a R\$ 42.170,9 milhões em 2023. Em termos percentuais, o passivo circulante representava 36,5% do passivo total em 2024 comparado a 39,8% em 2023.

Fornecedores: Em 2024, as contas a pagar com fornecedores totalizavam R\$ 20.261,9 milhões, o que representa um aumento de 21,3% em relação ao montante de R\$ 16.707,0 milhões em 2023. Em termos percentuais do passivo total, as contas a pagar junto a fornecedores totalizavam 17,2% em 2024 comparado a 15,8% em 2023. O aumento é explicado, principalmente, pelo maior volume de vendas em todos os segmentos da Companhia.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 2024, o montante de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 8.352,9 milhões, o que representa um acréscimo de 11,2% em relação ao montante de R\$ 7.509,4 milhões em 2023. Do passivo total, a linha de empréstimos, financiamentos e debêntures representou 7,1% em 2024 e 2023.

Passivo Não Circulante

O passivo não-circulante totalizava R\$ 74.606,2 milhões em 2024, o que representava um acréscimo de 16,8% em relação ao montante de R\$ 63.893,9 milhões em 2023. Em termos percentuais, o passivo não-circulante representava 63,5% do passivo total em 2024 comparado a 60,2% em 2023.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 2024, o imposto de renda e contribuição social diferidos totalizavam R\$ 8.755,9 milhões, que representou um decréscimo de 8,3% em relação ao montante de R\$ 9.553,5 milhões em 2023. Em termos percentuais do passivo total, o imposto de renda e contribuição social diferidos totalizavam 7,4% em 2024 comparado a 9,0% em 2023.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 2024, os empréstimos totalizavam R\$ 52.770,8 milhões, que representou um acréscimo de 19,7% em relação ao montante de R\$ 44.076,2 milhões em 2023. Em termos percentuais do passivo total, os empréstimos e financiamentos totalizavam 44,9% em 2024 comparado a 41,6% em 2023.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um decréscimo em 19,9%, passando para R\$ 19.938,1 milhões em 2024 ante R\$ 24.889,8 milhões em 2023. A redução é explicada, principalmente pelo decréscimo na rubrica de outros resultados abrangentes, onde transitam principalmente a variação cambial de parte da dívida em moeda estrangeira.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa das operações continuadas da Companhia, relativos aos exercícios de 2024 e 2023.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2024 E 2023

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		AH(%)
	2024	2023	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	12.766,3	11.056,4	15,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.540,3)	(6.120,4)	6,9%
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamentos	(15.490,6)	(3.911,2)	296,1%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 15,5% no exercício de 2024 comparado com 2023, passando de R\$ 11.056,4 milhões em 2023 para R\$ 12.766,3 milhões em 2024. A variação é explicada pela melhora operacional, principalmente nos segmentos Beef -América do Sul e Aves, Suínos e Industrializados - BRF.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um acréscimo de 6,9% no exercício de 2024 comparado com 2023, passando de R\$ (6.120,4) milhões de 2023 para R\$ (6.540,3) milhões em 2024.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou uma redução de 296,1% no exercício de 2024 comparado com 2023, passando de R\$ (3.911,2) milhões em 2023 para R\$ (15.490,6) milhões em 2024. Explicado, principalmente, pelo recebimento dos recursos oriundos da venda dos ativos na Operação da América do Sul e melhora operacional de nossos segmentos de negócio, o que permitiu o pré-pagamento de dívidas, maiores recompras, dividendos e JCP.

Análise comparativa dos exercícios findos em 2024 e 2023

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios de 2024 e 2023.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	12M24	%RL	12M23	%RL	Var(%)	Var(R\$)
Receita de vendas	148.861,0	100,0%	132.218,0	100,0%	12,6%	16.642,9
Custo de produtos e mercadorias vendidas	(129.170,3)	-86,8%	(118.840,5)	-89,9%	8,7%	(10.329,7)
Lucro Bruto	19.690,7	13,2%	13.377,5	10,1%	47,2%	6.313,2
Receitas (despesas) operacionais	(13.753,4)	-9,2%	(12.316,3)	-9,3%	11,7%	(1.437,1)
Comerciais	(11.235,4)	-7,5%	(10.431,1)	-7,9%	7,7%	(804,3)
Administrativas e gerais	(2.218,4)	-1,5%	(1.966,5)	-1,5%	12,8%	(251,9)
Resultado com equivalência patrimonial	(34,6)	0,0%	(63,5)	0,0%	-45,5%	28,9
Outras receitas (despesas) operacionais	(265,0)	-0,2%	144,8	0,1%	-283,0%	(409,8)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	5.937,3	4,0%	1.061,2	0,8%	459,5%	4.876,1
Resultado financeiro	(5.532,2)	-3,7%	(5.602,4)	-4,2%	-1,3%	70,3
Receitas financeiras	12.654,2	8,5%	11.521,1	8,7%	9,8%	1.133,1
Despesas financeiras	(18.186,4)	-12,2%	(17.123,5)	-13,0%	6,2%	(1.062,8)
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	405,1	0,3%	(4.541,2)	-3,4%	-108,9%	4.946,3
Imposto de renda e contribuição social	2.391,3	1,6%	1.089,6	0,8%	119,5%	1.301,7
Imposto de renda e contribuição social corrente	(319,9)	-0,2%	(223,0)	-0,2%	43,4%	(96,9)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.711,2	1,8%	1.312,6	1,0%	106,5%	1.398,6
Resultado líquido no exercício das operações continuadas	2.796,4	1,9%	(3.451,6)	-2,6%	-181,0%	6.248,0
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas	1.084,5	0,7%	(169,6)	-0,1%	-739,4%	1.254,1
Resultado líquido no exercício antes das participações	3.880,9	2,6%	(3.621,2)	-2,7%	-207,2%	7.502,1
Resultado líquido atribuído a:						
Participação do acionista controlador - operação continuada	1.710,6	1,2%	(1.348,4)	-1,0%	-226,9%	3.059,0
Participação do acionista controlador - operação descontinuada	1.084,8	0,7%	(169,4)	-0,1%	-740,4%	1.254,2
Participação do acionista controlador - Total	2.795,4	1,9%	(1.517,8)	-1,1%	-284,2%	4.313,2
Resultado líquido atribuído a:						
Participação do acionista não-controlador – operação continuada	1.085,8	0,7%	(2.103,2)	-1,6%	-151,6%	3.189,0
Participação do acionista não-controlador – operação descontinuada	(0,3)	0,0%	(0,2)	0,0%	39,6%	(0,1)
Participação do acionista não-controlador - Total	1.085,5	0,7%	(2.103,5)	-1,6%	-151,6%	3.188,9
Lucro Básico por Ação - Ordinária	3,0939		(2,3663)		-230,7%	5,5
Lucro Diluído por Ação - Ordinária	3,0939		(2,3663)		-230,7%	5,5

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 12,6%, passando de R\$ 132.218,0 em 2023 para R\$ 148.861,0 milhões em 2024. O aumento é explicado, principalmente, pela excelente performance da controlada BRF e expansão da Operação América do Sul.

A tabela abaixo mostra as vendas líquidas para as unidades de negócios:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Beef América do Norte		
Mercado interno	60.411,4	53.531,7
Exportação	6.510,1	6.020,0
Total Beef América do Norte	66.921,5	59.551,7
Beef América do Sul		
Mercado interno	8.390,3	7.363,3
Exportação	12.415,0	11.859,7
Total Beef América do Sul	20.805,3	19.223,0
Aves, Suínos e Industrializados - BRF		
Mercado interno	31.295,5	28.955,4
Exportação	29.838,7	24.487,9
Total Aves, Suínos e Industrializados - BRF	61.134,2	53.443,3
Marfrig Consolidado		
Mercado interno	100.097,2	89.850,4
Exportação	48.763,8	42.367,6
Total Marfrig Consolidado	148.861,0	132.218,0

Apresentamos abaixo informações sobre a receita líquida de vendas da Companhia por unidade de negócios, conforme demonstrado na tabela acima.

Beef América do Norte

A receita líquida de vendas no segmento *Beef* América do Norte aumentou para R\$ 66.921,5 milhões no exercício de 2024, em comparação com a receita líquida de vendas em 2023 que foi de R\$ 59.551,7 milhões, explicada pelo maior preço médio de venda (US\$6,25/kg em 2024 vs US\$6,05/kg em 2023) e pelo efeito de tradução cambial.

Quando observada em dólares, a Receita Líquida da Operação América do Norte foi de US\$ 12.372 milhões em 2024, aumento de 3,5% em comparação a 2023.

Mercado interno: A receita líquida de vendas no segmento *Beef* América do Norte aumentou de R\$ 53.531,7 milhões em 2023, para R\$ 60.411,4 milhões em 2024. Quando comparada em dólar, moeda corrente da operação, a receita líquida no mercado interno foi de US\$ 11.164 milhões, um crescimento de 3,9%, explicado principalmente pelo maior preço médio de vendas.

Mercado de exportação: A receita líquida de vendas de exportação nas operações do segmento *Beef* América do Norte aumentou de R\$ 6.020,0 milhões em 2023, para R\$ 6.510,1 milhões em 2024. Em dólares, a receita líquida de exportações foi de US\$ 1.207 milhões, estável em comparação ao ano de 2023.

Beef América do Sul

A receita líquida de vendas no segmento *Beef* América do Sul aumentou 8,2%, de R\$ 19.223,0 milhões no exercício de 2023 para R\$ 20.805,3 milhões em 2024. Este crescimento é explicado pela adição de capacidade de abate e desossa, ainda em processo de *ramp-up* e otimização nos complexos industriais da Companhia.

Mercado interno: A receita líquida de vendas do mercado interno no segmento *Beef* América do Sul aumentou 13,9%, de R\$ 7.363,3 milhões em 2023 para R\$ 8.390,3 milhões em 2024.

Mercado de exportação: A receita líquida de vendas na operação do segmento *Beef* América do Sul aumentou 4,7%, de R\$ 11.859,7 milhões em 2023 para R\$ 12.415,0 milhões em 2024, explicado principalmente pelo maior volume e pelo maior preço médio na exportação

Aves, Suínos e Industrializados - BRF

A receita líquida de vendas no segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF aumentou 14,4%, de R\$ 53.443,3 milhões em 2023 para R\$ 61.134,2 milhões em 2024.

Mercado interno: A receita líquida de vendas no segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF aumentou 8,1%, de R\$ 28.955,4 milhões em 2023 para R\$ 31.295,5 milhões em 2024.

Mercado de exportação: A receita líquida de vendas de exportação na operação do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF aumentou 21,9%, de R\$ 24.487,9 milhões em 2023 para R\$ 29.838,7 milhões em 2024.

Custo de produtos e mercadorias vendidas

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 8,7%, de R\$ 118.840,5 milhões em 2023 para R\$ 129.170,3 milhões em 2024. O crescimento do custo é explicado pelo maior volume de vendas na América do Sul e controlada BRF e pelo maior custo de matéria prima em todas as operações.

A tabela abaixo mostra a composição do custo dos produtos vendidos:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2024	%	2023	%
Mão de obra direta e indireta	11.457,2	8,9%	10.164,6	8,6%
Matérias-primas	65.716,9	50,9%	72.227,2	60,8%
Custos de produção	51.996,2	40,2%	36.448,7	30,6%
Total	129.170,3	100,0%	118.840,5	100,0%

As matérias-primas, que incluem animais, continuaram sendo o principal componente do custo dos produtos vendidos, representando 50,9% do custo total dos produtos vendidos em 2024, comparado a 60,8% em 2023.

Lucro bruto

O lucro bruto foi de R\$ 19.690,7 milhões em 2024, um aumento de 47,2% em relação a 2023, e a margem bruta atingiu 13,2% em 2024.

Em 2024, o lucro bruto do segmento *Beef* América do Norte foi de R\$ 2.978,7 milhões, uma redução de 24,7% em relação a 2023. A redução é reflexo do momento mais favorável dos produtores de gado e maior custo para a operação.

Em 2024, o indicador geral de mercado do preço médio de venda - *USDA Comprehensive* - foi de US\$ 306,64/cwt, valor 3,9% superior a 2023, e que compensou parcialmente o impacto do aumento do custo do gado no mesmo período.

Os créditos de abate (*Drop Credit*) como couro, sebo e outros subprodutos, foram 12,2% menores em 2024 que em 2023, US\$ 11,48/cwt versus US\$ 13,08/cwt no 2023.

Essa combinação fez com que a margem bruta no ano de 2024 fosse de 4,5%, inferior em 2,1 p.p. em comparação ao ano anterior.

Em 2024, o Lucro Bruto da operação *Beef* América do Sul foi de R\$ 2.965,8 milhões, 8,1% maior em relação a 2023.

Em 2024, o Lucro Bruto da operação Aves, Suínos e Industrializados - BRF foi de R\$ 15.835,2 milhões, 79,3% maior em relação a 2023. O aumento é explicado pela estabilidade no custo da matéria prima e crescimento nas vendas.

Comerciais, administrativas e gerais

As despesas de SG&A totalizaram R\$ 13.453,8 milhões em 2024, um aumento de 8,5% em relação aos R\$ 12.397,6 milhões registrados em 2023.

Em 2024, as despesas SG&A corresponderam a 9,0% do total da receita líquida de vendas em comparação com 9,4% no mesmo período em 2023.

Em 2024, as despesas comerciais foram de R\$ 11.235,4 milhões. As despesas comerciais em função da receita líquida foi de 7,5%, o percentual 34 pbs inferior ao ano anterior.

As despesas administrativas e gerais somaram R\$ 2.218,4 milhões. As despesas gerais e administrativas em função da receita líquida foi de 1,5% em 2024 e 2023.

A redução no DVGA/Receita Líquida reflete os esforços conjuntos do plano de troca de melhores práticas entre as operações da Marfrig e da controlada BRF, que já capturam reduções das despesas e ganhos comerciais.

Ebitda Ajustado

Em 2024, a Companhia ficou com EBITDAaj de R\$ 13.766,6 milhões, um aumento de 48,1% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDAaj foi de 9,2%, superior em 2,2 p.p. em relação a margem de 7,0% de 2023. O avanço é explicado pelo desempenho recorde da controlada BRF somado a expansão dos resultados na América do Sul, que compensaram a redução de EBITDA da Operação América Norte.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas, reduziram R\$ 409,8 milhões, passando de uma receita líquida de R\$ 144,8 milhões em 2023 para uma despesa líquida R\$ 265,0 milhões em 2024.

Resultado Financeiro

Em 2024, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$ 5.532,2 milhões, uma redução de 1,3% comparado a R\$ 5.602,4 em 2023. As despesas financeiras totalizaram R\$ 18.186,4 milhões e as receitas financeiras totalizaram R\$ 12.654,2 milhões em 2024.

A tabela abaixo inclui um detalhamento do resultado financeiro:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Var%
	2024	2023	
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	1.490,4	1.474,5	1,1%
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(5.669,0)	(5.398,6)	5,0%
Correções monetárias, despesas bancárias, amortizações, custo sobre dívida e outros	(1.066,9)	(502,6)	112,3%
Variação cambial ativa e passiva	(286,6)	(1.175,7)	-75,6%
Total	(5.532,2)	(5.602,4)	-1,3%
Receitas financeiras	12.654,2	11.521,1	9,8%
Despesas financeiras	(18.186,4)	(17.123,5)	6,2%
Total	(5.532,2)	(5.602,4)	-1,3%

A Companhia somente pratica operações com derivativos ou instrumentos similares que objetivem proteção máxima a moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de *commodities*, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira. A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024 e 2023, a Companhia registrou tributos no resultado no valor de R\$ 2.391,3 milhões e R\$ 1.089,6 milhões, respectivamente, devido aos impostos diferidos, provisão de contingência de IRPJ/CSLL e os impostos pagos no exterior.

Resultado líquido das operações

O lucro líquido das operações em 2024 foi de R\$ 3.880,9 milhões, comparado ao prejuízo líquido das operações de R\$ 3.621,2 milhões em 2023. A margem líquida em 2024 foi positiva em 2,6%, comparada com 2,7% negativos em 2023.

Resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia possui unidades de produção, centros de distribuição e escritórios, localizados na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. As receitas da Companhia, portanto, são provenientes tanto dos mercados internos onde possui operações quanto das exportações para diversos países que a Companhia acessa através de sua rede de distribuição.

Os principais fatores que afetaram a receita da Companhia foram os seguintes:

- (a) Segmento *Beef* America do Norte gerou um grande volume de faturamento através da subsidiária National Beef que foi adquirida em junho de 2018;
- (b) Disponibilização de parte dos ativos da América do Sul para venda;
- (c) Variação cambial, inflação e oscilações das taxas de juros;
- (d) Variações nos preços médios de vendas nos mercados nacional e internacional, decorrentes, em grande parte, de alterações na relação oferta x demanda e do aproveitamento das oportunidades em cada mercado que a Companhia atua;
- (e) Variação nos preços dos principais insumos;
- (f) Eficiência do processo de produção e taxa de utilização da capacidade fabril; e
- (g) Desempenho da economia mundial e dos países nos quais a Companhia possui produção.

Abaixo comentamos um pouco mais sobre os pontos acima listados.

Oferta e demanda dos nossos produtos

Do lado da oferta, podemos citar a disponibilidade e preços das matérias primas aos quais a Companhia está exposta, dentre elas gado e grãos nos países em que a Companhia concentra sua produção. A baixa disponibilidade de matéria-prima pode elevar os custos de aquisição comprometendo as margens, caso a Companhia não possua ou não tenha condições de repassar a elevação do custo para os preços dos produtos finais.

Do lado da demanda, podemos citar, por exemplo, uma crise econômica mundial, causando uma retração nos níveis de emprego e, conseqüentemente, o impacto na renda disponível e no consumo das famílias, esses fatores podem afetar significativamente as operações da Companhia. Por outro lado, a abertura de novos mercados aos produtos comercializados pela Companhia poderia influenciar positivamente seu resultado.

Os Diretores informam que surtos de doenças em animais podem resultar em barreiras comerciais e sanitárias por parte de outros países e, dessa forma, impactar o acesso aos mercados internacionais e, conseqüentemente, as vendas da Companhia.

Crescimento do PIB global e dos países onde temos operações e demanda por nossos produtos

Os Diretores entendem que o crescimento no consumo de alimentos e proteínas animais está diretamente ligado ao crescimento populacional e a renda da população. O desempenho do PIB nos países onde a Companhia vende seus produtos pode afetar os resultados operacionais.

Efeitos das oscilações de preços de matéria-prima

Os Diretores informam que os principais componentes dos custos de produção da Companhia são as compras de matérias-primas, o que inclui a compra de animais (gado, aves e suínos) e insumos para

ração (grãos). As oscilações dos preços do gado e dos grãos nos mercados interno e externo afetam significativamente a receita operacional líquida e os custos das mercadorias vendidas. A Companhia não tem controle sobre esses preços, os quais variam de acordo com a dinâmica da oferta e demanda.

Preços de venda nos mercados internos e externo

De acordo com os Diretores, o preço dos produtos da Companhia nos mercados interno e externo são geralmente estabelecidos pelas condições do mercado, sobre as quais a Companhia não tem controle. Os preços no mercado interno também são afetados pelos preços que a Companhia consegue cobrar dos diversos clientes atacadistas e varejistas que revendem seus produtos.

Reflexos da volatilidade cambial e da política monetária

Conforme opinião dos Diretores, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia têm sido e continuarão sendo afetados pela volatilidade das moedas com as quais a Companhia opera. Boa parte das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o real. Além disso, parte das dívidas é denominada em dólar dos EUA, o que exige que a Companhia faça pagamentos de principal e juros nessa moeda.

Os Diretores informam que as exportações brasileiras e as relevantes operações internacionais, que possibilitam à Companhia gerar contas a receber em moeda estrangeira, tendem a ter aproximadamente a participação do endividamento em moedas estrangeiras, o que propicia o que chamamos de "*hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* natural" em relação à parte significativa das obrigações da dívida em dólar dos EUA.

Na opinião dos Diretores, a inflação e as medidas adotadas pelos governos dos países onde atuamos para combatê-la podem ter efeitos consideráveis sobre a economia desses países e, consequentemente, sobre os negócios da Companhia. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção dos governos sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia e para os seus clientes. Ademais, no caso da Companhia enfrentar altas taxas de inflação nos países onde opera, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação na estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso em seus resultados.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A administração da Companhia monitora várias métricas e indicadores que afetam as operações em seus negócios, incluindo os seguintes:

Efeitos de aquisições e alienações

Exercício de 2024

Aumento de participação na controlada BRF

Em 28 de fevereiro e 08 de abril de 2024, a Companhia passou a deter o total de 842.547.574 e 849.526.130 ações, respectivamente da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 50,06% para 50,49%. As ações se dividem entre ordinárias e American Depositary Receipts ("ADR's").

Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de

bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento *Beef* América do Sul para a Minerva S.A.

O preço de alienação dos Ativos da Operação foi de R\$ 7.500.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000, recebidos no dia 28 de agosto de 2023, e o saldo remanescente de R\$ 6.000.000, sobre o qual incidiu a correção do CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Em 21 de maio de 2024, conforme Comunicado ao Mercado, a Companhia recebeu da *Comission de Promoción y Defensa de La Competencia* – CPDC do Uruguai, resolução negando autorização para a operação de alienação dos Ativos da Operação que se encontram no Uruguai, nomeadamente as unidades de abate de bovinos de Colônia, Salto e San José, cujo preço de alienação atribuído, conforme contrato, é de R\$ 675.000. Em 30 de outubro de 2024, conforme Comunicado ao Mercado, a CPDC ratificou a posição anterior. Vale destacar que a decisão não é definitiva, e foi realizado pedido de recurso.

Em 09 de agosto de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, a Companhia recebeu do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o parecer final da Superintendência-Geral, recomendando, ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (TADE), a aprovação da operação mediante a celebração de acordo em controle de concentrações, prevendo diminuição dos limites materiais e geográficos estabelecidos na cláusula de restrição à expansão prevista no contrato, o qual não alterou os demais termos e condições previstos no contrato e da operação.

Em 25 de setembro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, a Companhia recebeu do CADE, em sessão de julgamento realizada nessa data, aprovação do supracitado ato de concentração relativo à operação. A referida decisão de aprovação e os demais documentos públicos relativos ao ato de concentração podem ser consultados no site do CADE.

Em 08 de outubro de 2024, conforme Comunicado ao Mercado divulgado, foi confirmado o trânsito em julgado do Ato de Concentração nº 08700.006814/2023-77, e consumação das demais condições precedentes previstas no Contrato.

Em 28 de outubro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, foi implementado o fechamento da operação, exceto com relação aos Ativos Uruguai. Com o fechamento, a Companhia recebeu, nessa data, o valor de R\$ 5.680.602 totalizando o preço de alienação de R\$ 7.180.602 (considerado o valor de R\$ 1.500.000 recebido como sinal).

De acordo com o Fato Relevante, o preço de venda poderia ter ajustes pós-fechamento, que estão demonstrados a seguir, juntamente com o resultado da operação:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de 2024
Preço de venda	6.825.000
Ajuste de preço de venda ^(a)	340.684
(-) Despesas com assessores jurídicos e consultores externos	(5.836)
(=) Preço de venda ajustado	7.159.848
(-) Baixa líquida dos ativos mantidos para venda	(4.333.025)
(=) Resultado da operação antes dos tributos	2.826.823
(-) Imposto de renda e Contribuição social	(952.965)
(=) Resultado da operação	1.873.858

^(a) O ajuste no preço de venda decorre substancialmente da exclusão da dívida líquida das empresas negociadas, capital de giro, remuneração estimada e outros, conforme previsão contratual.

Em 11 de fevereiro de 2025, conforme Fato Relevante divulgado, a Minerva S.A. apresentou à CPDC, novo pedido de autorização para a aquisição da “Operação Uruguai”. Tendo em vista o último parecer da CPDC ao pleito original, proposta alternativa foi apresentada pela Minerva S.A. Ressalte-se que

proposta apresentada não implicará em nenhuma alteração das condições originalmente pactuadas no contrato de compra e venda de ativos.

Exercício de 2023

BRF S.A.

Em 03 de julho de 2023 foi realizada pela controlada BRF S.A. a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aprovando a alteração do limite de autorização para aumento de capital, passando de 1.325.000.000 ações ordinárias para 1.825.000.000 de ações ordinárias.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, foram adquiridas 200.323.582 ações pela Marfrig Global Foods S.A., totalizando 560.457.162 ações, desta forma, aumentando sua participação de 33,27% para 33,31% na respectiva data. Todas as novas ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, tendo a fixação do preço unitário em R\$ 9 (nove reais).

Em 19 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 601.890.861 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 33,31% para 35,77% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 25 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 673.879.961 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 35,77% para 40,05% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 757.225.906 ações, desta forma, aumentando sua participação de 40,05% para 45,01% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

No período compreendido entre 14 de outubro de 2023 até o dia 29 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 41.322.600 novas ações, portanto a participação após esse movimento passou a ser de 798.548.506 ações ou 47,46% do capital da controlada BRF.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 842.165.702 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 47,46% para 50,06% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Crescimento do PIB e demanda por produtos

As vendas nos mercados domésticos em cada país em que a Companhia opera representaram 67,2% de suas vendas líquidas totais no exercício encerrado em 2024. Em 2023, as vendas nos mercados domésticos representaram 68,0% de vendas líquidas totais. Dessa forma, a Companhia é significativamente afetada pelas condições econômicas em seus principais mercados domésticos. A situação financeira da Companhia e das suas vendas foi e continuará sendo afetada pelo crescimento do PIB e pela demanda por produtos da Companhia em seus principais mercados domésticos.

Efeitos das flutuações nos preços das matérias-primas

As flutuações nos preços de gado e insumos para ração (grãos) nos mercados doméstico e internacional em que a Companhia opera afeta significativamente suas vendas líquidas e o custo dos produtos vendidos.

Efeitos nas vendas líquidas

Os preços domésticos e internacionais dos produtos da Companhia geralmente são determinados por condições de mercado fora de seu controle. Esses preços também são afetados pela marcação adicional que os varejistas cobram dos consumidores finais, alguns dos quais a Companhia negocia caso a caso. Entre os principais fatores que influenciam os preços de seus produtos estão preços de gado, surtos de doenças e restrições sanitárias, comerciais e aduaneiras impostas no Brasil, Estados Unidos e no exterior.

Efeitos no custo dos produtos vendidos

O gado e os insumos para ração (grãos) são as principais matérias-primas da Companhia. As compras de matérias-primas representaram 50,9% do seu custo total de mercadorias vendidas em 2024, e 60,8% em 2023.

Entre outros custos de material estão mão de obra direta e indireta, custos industriais diretos e indiretos, materiais de embalagem e energia elétrica.

A Companhia não controla os preços do gado, o custo do gado varia de acordo com os preços do mercado interno e de exportação, que variam dependendo da oferta e demanda. Geralmente a Companhia compra gado para ser entregue a cada 30 dias, em média, e o preço que pagam é baseado nos preços de mercado no momento da compra. Como resultado, flutuações no preço de mercado afetam diretamente o custo dos produtos vendidos.

Além disso, os preços das matérias-primas de insumos para ração, incluindo milho, farelo de soja e soja (em grão), geralmente são afetados por mudanças na conjuntura econômica, condições climáticas, doenças na lavoura e custos atrelados a taxas de câmbio.

Os preços do milho e do farelo, grão e óleo de soja estão expostos aos riscos de preços decorrentes de compras futuras. A gestão deste risco, é feita por meio de estoques físicos, saldos de pedidos a preço fixo e por meio de instrumentos financeiros derivativos.

A Política de Riscos da Companhia estabelece limites para proteção de fluxo de compra de milho, farelo de soja, soja grão e óleo de soja, com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento de preço destas matérias-primas, e compreende a possível utilização de instrumentos derivativos ou da administração de estoques.

A controlada BRF efetua compras de *commodities* com preços a fixar nos mercados futuro e *spot* e, para proteger tal exposição, contrata instrumentos derivativos em posição ativa (compra) para fixar antecipadamente tais preços.

Efeito dos níveis de exportação no desempenho financeiro

Nas operações do segmento *Beef* América do Sul, a Companhia geralmente obtém preços e margens mais altos nos mercados de exportação para seus produtos do que aqueles que obtêm nos mercados domésticos. A diferença de preços e margens entre os mercados interno e de exportação resulta, em parte, da demanda geralmente mais alta por produtos de maior valor agregado nos mercados de exportação, principalmente no que diz respeito a cortes premium e produtos processados, e ao maior poder de compra nos países mais desenvolvidos.

As vendas de exportação do segmento *Beef* América do Sul representaram 59,7% e 61,7% das suas vendas líquidas em 2024 e 2023, respectivamente.

Os valores líquidos de vendas externas aumentaram 4,7%, passando de R\$ 11.859,7 milhões em 2023 para R\$ 12.415,0 milhões em 2024.

No segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF as vendas de exportação representaram 48,8% das vendas líquidas desse segmento, totalizando o montante de R\$ 29.838,7 milhões em 2024.

Efeitos das variações cambiais

Os resultados operacionais e condição financeira foram e continuarão sendo afetados pela taxa de depreciação ou valorização do real em relação ao dólar.

Uma parte substancial da receita líquida da Companhia é atrelada ao dólar. Todos os resultados obtidos por subsidiárias no exterior e a receita de exportação é dolarizada. Qualquer depreciação ou valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode afetar as receitas da Companhia, causando um aumento ou diminuição monetária, desde que as outras variáveis permaneçam inalteradas.

Além disso, uma parcela substancial dos empréstimos e financiamentos da Companhia é realizada em moedas estrangeiras, principalmente em dólares. Por esse motivo, qualquer depreciação do real em relação a moedas estrangeiras pode aumentar significativamente as despesas financeiras e os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes não denominados em reais. Por outro lado, qualquer valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode diminuir significativamente as despesas financeiras e empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes realizadas em moedas que não seja o Real.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Com 75,6% e 75,2% das vendas líquidas sendo feitas em moedas diferentes do real em 2024 e 2023, respectivamente. A Companhia possui uma Política de Riscos para gestão da exposição de resultado operacional, tendo como objetivo proteger as receitas e custos indexados a moedas estrangeiras. A controlada BRF possui modelos internos para mensuração e acompanhamento destes riscos e contrata instrumentos financeiros para proteção, designando as relações como *hedge accounting* de fluxo de caixa.

A controlada BRF possui mais receitas denominadas em moeda estrangeira do que gastos e, portanto, contrata instrumentos financeiros derivativos para reduzir tal exposição. Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa e valor justo para proteção da exposição cambial de resultado operacional.

Efeito do nível de dívida

Em 2024, a dívida total da operação continuada da Companhia era de R\$ 61.123,6 milhões, sendo 38,3% (ou R\$ 23.389,4 milhões) em reais e 61,7% (ou R\$ 37.734,2 milhões) em outras moedas. A Companhia tinha R\$ 8.352,8 milhões em dívida de curto prazo (que inclui a parcela atual de empréstimos e financiamentos, juros sobre debêntures e debêntures a pagar) e R\$ 52.770,8 milhões em dívida de longo prazo (que inclui a parcela não circulante de empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar) em 2024. O nível da dívida da Companhia resulta em despesas financeiras

significativas, que consistem em despesa de juros, variações cambiais de dívida em moeda estrangeira e outros itens.

Em 2024, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$ 5.532,2 milhões, consistindo em R\$ 18.186,4 milhões em despesas financeiras e R\$ 12.654,2 milhões em receitas financeiras.

(a) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme mencionado acima, os Diretores acreditam que diversos fatores exerceram influência sobre a receita da Companhia.

Os Diretores entendem que a receita consolidada da Companhia foi influenciada, pela disponibilização de parte dos ativos da América do Sul para venda.

(b) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores informam que os resultados das nossas operações são influenciados por diversos fatores, como variação dos preços de matérias-primas e custo de mão-de obra.

Consideração do impacto das taxas de câmbio sobre o resultado financeiro

Em 2024, 61,7% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar dos EUA). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 75,6% das vendas da Companhia.

Em 2023, 65,8% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar dos EUA). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 75,2% das vendas da Companhia.

Considerações sobre impacto da inflação e da taxa de juros sobre o resultado financeiro

Os efeitos da economia hiperinflacionária foram reconhecidos em contrapartida à rubrica “ajuste acumulado de conversão e ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e as variações cambiais, no resultado do exercício.

Conforme requerido pela norma contábil, os itens não monetários, assim como o resultado do exercício, são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço das subsidiárias esteja registrado ao valor corrente.

A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do exercício, tanto para itens patrimoniais como de resultado.

Nas demonstrações contábeis para o exercício de 2024, a correção monetária por hiperinflação impactou positivamente o resultado da Companhia em R\$ 893.407.

Argentina

A Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária a partir de 2018. O índice de preços definido e aplicado no exercício de 2024 foi de 118% (211% em 2023).

Turquia

A Turquia passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária a partir de 2022. A inflação definida e aplicada no exercício de 2024 foi de 44% (65% em 2023).

A Companhia vem apresentando as demonstrações contábeis com a correção da inflação para as controladas nesses países.

Análise comparativa dos exercícios findos em 2024 e 2023

A receita líquida de vendas consolidada aumentou para R\$ 148.861,0 milhões em 2024, em comparação com a receita líquida de vendas em 2023 que foi de R\$ 132.218,0 milhões. O aumento da receita líquida é explicado principalmente pela excelente performance da controlada BRF e expansão da Operação da América do Sul.

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 8,7%, de R\$ 118.840,5 milhões em 2023 para R\$ 129.170,3 milhões em 2024. O crescimento do custo é explicado pelo maior volume de vendas na América do Sul e controlada BRF e pelo maior custo de matéria-prima em todas as operações.

O item matéria-prima seguiu sendo o principal componente do CPV representando 50,9% em 2024 contra 60,8% de 2023. O gasto com mão de obra representou 8,7% do custo total de 2024, comparado a 8,6% de 2023.

O lucro bruto foi de R\$ 19.690,7 milhões em 2024, um aumento de 47,2% em relação ao mesmo período de 2023 e a margem bruta atingiu 13,2% em 2024.

As despesas comerciais, administrativas e gerais totalizaram R\$ 13.453,8 milhões em 2024, um aumento de 8,5% em relação aos R\$ 12.397,6 milhões registrados em 2023. O aumento é explicado pelo maior volume de vendas e a tradução de despesas atreladas à moeda estrangeira para reais a patamares mais depreciados.

Em 2024, as despesas comerciais foram de R\$ 11.235,4 milhões. As despesas comerciais em função da receita líquida foram de 7,5%.

As despesas administrativas e gerais somaram R\$ 2.218,4 milhões em 2024. As despesas administrativas e gerais em função da receita líquida foi de 1,5% em 2024, comparado com 1,5% de 2023.

Em 2024 o EBITDAaj de R\$ 13.766,6 milhões, um aumento de 48,1% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDAaj foi de 9,2% em 2024, já a margem em 2023 foi de 7,0%. O avanço é explicado pelo desempenho recorde da controlada BRF, somado a expansão dos resultados na América do Sul, que compensaram a redução de EBITDA da Operação América Norte.

(a) Mudanças significativas nas políticas contábeis

Os Diretores informam que não houve no último exercício social, mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em políticas contábeis

Os Diretores informam que não houve no último exercício social, mudanças nas políticas contábeis da Companhia que afetassem significativamente as Demonstrações Contábeis do último exercício social.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No exercício social encerrado em 2024, não constaram ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes da Companhia.

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento *Beef* América do Sul para a Minerva S.A.

O preço de alienação dos Ativos da Operação foi de R\$ 7.500.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000, recebidos no dia 28 de agosto de 2023, e o saldo remanescente de R\$ 6.000.000, sobre o qual incidiu a correção do CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Em 21 de maio de 2024, conforme Comunicado ao Mercado, a Companhia recebeu da *Comission de Promoción y Defensa de La Competencia* – CPDC do Uruguai, resolução negando autorização para a operação de alienação dos Ativos da Operação que se encontram no Uruguai, nomeadamente as unidades de abate de bovinos de Colônia, Salto e San José, cujo preço de alienação atribuído, conforme contrato, é de R\$ 675.000. Em 30 de outubro de 2024, conforme Comunicado ao Mercado, a CPDC ratificou a posição anterior. Vale destacar que a decisão não é definitiva, e foi realizado pedido de recurso.

Em 09 de agosto de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, a Companhia recebeu do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o parecer final da Superintendência-Geral, recomendando, ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (TADE), a aprovação da operação mediante a celebração de acordo em controle de concentrações, prevendo diminuição dos limites materiais e geográficos estabelecidos na cláusula de restrição à expansão prevista no contrato, o qual não alterou os demais termos e condições previstos no contrato e da operação.

Em 25 de setembro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, a Companhia recebeu do CADE, em sessão de julgamento realizada nessa data, aprovação do supracitado ato de concentração relativo à operação. A referida decisão de aprovação e os demais documentos públicos relativos ao ato de concentração podem ser consultados no site do CADE.

Em 08 de outubro de 2024, conforme Comunicado ao Mercado divulgado, foi confirmado o trânsito em julgado do Ato de Concentração nº 08700.006814/2023-77, e consumação das demais condições precedentes previstas no Contrato.

Em 28 de outubro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, foi implementado o fechamento da operação, exceto com relação aos Ativos Uruguai. Com o fechamento, a Companhia recebeu, nessa data, o valor de R\$ 5.680.602 totalizando o preço de alienação de R\$ 7.180.602 (considerado o valor de R\$ 1.500.000 recebido como sinal).

De acordo com o Fato Relevante, o preço de venda poderia ter ajustes pós-fechamento, que estão demonstrados a seguir, juntamente com o resultado da operação:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de 2024
Preço de venda	6.825.000
Ajuste de preço de venda ^(a)	340.684
(-) Despesas com assessores jurídicos e consultores externos	(5.836)
(=) Preço de venda ajustado	7.159.848
(-) Baixa líquida dos ativos mantidos para venda	(4.333.025)
(=) Resultado da operação antes dos tributos	2.826.823
(-) Imposto de renda e Contribuição social	(952.965)
(=) Resultado da operação	1.873.858

^(a) O ajuste no preço de venda decorre substancialmente da exclusão da dívida líquida das empresas negociadas, capital de giro, remuneração estimada e outros, conforme previsão contratual.

Em 11 de fevereiro de 2025, conforme Fato Relevante divulgado, a Minerva S.A. apresentou à CPDC, novo pedido de autorização para a aquisição da “Operação Uruguai”. Tendo em vista o último parecer da CPDC ao pleito original, proposta alternativa foi apresentada pela Minerva S.A. Ressalte-se que proposta apresentada não implicará em nenhuma alteração das condições originalmente pactuadas no contrato de compra e venda de ativos.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aumento de participação na controlada BRF

Em 28 de fevereiro e 08 de abril de 2024, a Companhia passou a deter o total de 842.547.574 e 849.526.130 ações, respectivamente da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 50,06% para 50,49%. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

Transação entre partes relacionadas

Em 19 de janeiro e 27 de março de 2024, a controlada BRF prestou garantias com o objetivo de assegurar cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Potengi Holdings S.A no âmbito de sua 1ª e 2ª emissão de 300.000 e 2.100.000 debêntures simples, respectivamente, não conversíveis em ações, em série única, com prazo de vencimento de 18 anos. O valor nominal de R\$ 1,00 e R\$ 0,10 real cada, respectivamente, sendo que a controlada BRF prestou garantia fidejussória do montante correspondente a 24% do valor da emissão.

Em 21 de maio de 2024, a controlada BRF celebrou um contrato de fornecimento estratégico de produtos com a *Saudi Agricultural and Livestock Investment Company* (“SALIC”). O contrato permite que a SALIC adquira até 200 mil toneladas de produto anualmente e quando seja declarado um estado de emergência alimentar no Reino da Arábia Saudita. O preço à SALIC será equivalente a uma média de preços de mercado praticados pela Companhia a outros clientes e a obrigação de fornecimento só existirá caso a controlada BRF tenha plantas habilitadas para exportação ao Reino da Arábia Saudita com volume suficiente para atender também aos seus demais clientes naquele país. Em 31 de dezembro de 2024 nenhuma transação vinculada a esse contrato foi realizada.

Distribuição aos acionistas de juros sobre capital próprio da controlada BRF

Em 13 de novembro de 2024, o Conselho de Administração da controlada BRF aprovou a distribuição aos acionistas de juros sobre capital próprio (“JCP”) no valor total de R\$ 995.221, com base no balanço levantado pela controlada BRF em 31 de outubro de 2024.

Em 05 de dezembro de 2024, foi efetuado o pagamento líquido de IRRF de R\$ 821.605, referente aos juros sobre capital próprio aprovados pela Administração da controlada BRF em 13 de novembro de 2024.

Em 30 de dezembro de 2024, foi efetuado o pagamento líquido de IRRF de R\$ 173.616, referente aos juros sobre capital próprio aprovados pela Administração da controlada BRF em 04 de dezembro 2024.

Aquisição de empresa pela controlada BRF

Em 31 de outubro de 2024, a controlada BRF comunicou aos seus acionistas e ao público em geral que a BRF *Arabia Holding Company* (“BRF Arabia”), *joint venture* detida 70% pela controlada BRF e 30% pela *Halal Products Development Company* (“HPDC”), por sua vez uma subsidiária integral do *Public Investment Fund* (“PIF”) da Arábia Saudita, firmou contrato vinculante para adquirir 26% da *Addoha Poultry Company* (“Addoha”), sociedade que opera no abate de frangos no Reino da Arábia Saudita. O fechamento dessa operação está sujeito à verificação de condições precedentes aplicáveis a transações dessa natureza, incluindo a aprovação pelas autoridades regulatórias.

A transação tem o valor total de SAR 316.200 milhões (R\$ 511.105), dos quais SAR 216.200 (R\$ 349.466) e serão integralizados na Addoha. Em 14 de janeiro de 2025 um acordo de acionistas foi firmado entre a BRF Arabia e os atuais acionistas da Addoha, assegurando participação efetiva na administração da empresa e permitindo que o *know how* da controlada BRF e da HPDC contribua para maximização das sinergias entre as entidades. Nesta mesma data a controlada BRF concluiu a aquisição, sendo a Addoha uma coligada da controlada BRF a qual terá seu investimento contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Aquisição de fábrica de processados na província de Henan na China

Em 20 de novembro de 2024, a BRF GmbH, subsidiária integral da controlada BRF, firmou contrato vinculante com a Henan Best Foods Co. Ltd., uma subsidiária da OSI Group, empresa norte-americana que atua no processamento de alimentos, para adquirir uma fábrica de processados na província de Henan, China.

A transação tem o valor total de U\$ 42.700 equivalente a R\$ 246.563. A fábrica possui duas linhas para processamento de alimentos, com capacidade de 28 mil toneladas/ano e possibilidade de expansão para duas linhas adicionais.

O fechamento dessa operação está sujeito à verificação de condições precedentes aplicáveis a transações dessa natureza, incluindo a aprovação pelas autoridades regulatórias e reorganização societária dos ativos que constituem a fábrica.

Termo de acordo Gelprime

Em 17 de dezembro de 2024 foi celebrado termo de acordo entre a MBR Investimentos Ltda. ("MBR"), sociedade integralmente controlada pela controlada BRF, e as sociedades Viposa Participações Ltda., Indústria e Comércio de Couros Britali Ltda. e Vanz Holding Ltda. atuais detentoras de 100% do capital social da Gelprime Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. ("Gelprime"), sociedade que produz, comercializa e distribui gelatina e colágeno através do processamento de matéria prima de origem animal.

O termo de acordo estabelece as principais condições para a operação de aquisição, pela MBR, de participação de 50% do capital social da Gelprime ("Aquisição") pelo montante de R\$ 312.500, sujeito a eventuais ajustes.

A concretização da operação está sujeita à negociação e celebração dos documentos definitivos e à aprovação pelas autoridades concorrenciais brasileiras.

Projeto Biomas

Em 23 de abril de 2024, foi deliberado a integralização de capital da Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomas"), no montante de R\$ 30.000, sendo que a Companhia integralizou o montante de R\$ 5.000 nos termos dos respectivos acordos de investimento, uma vez que foram cumpridas as condições precedentes e realizados os atos de fechamentos estabelecidos em referidos acordos.

MFG Holding SAU

Em 23 de julho de 2024, foi deliberado um aporte na MFG Holding SAU, no montante de \$ 5.200.000 de pesos argentinos (R\$ 31), referente ao aumento de capital social, passando de \$ 49.800.000 de pesos argentinos (R\$ 299) para \$ 55.000.000 de pesos argentinos (R\$ 336). Adicional a isto, foi realizado o aumento de prêmio na emissão de ações, no valor de \$ 9.973.988.912 (R\$ 60.241). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

Em 21 de agosto de 2024, foi deliberado um aporte na MFG Holding SAU no montante de \$ 45.000.000 de pesos argentinos (R\$ 262), referente ao aumento de capital social, passando \$ 55.000.000 de pesos argentinos (R\$ 336) para \$ 100.000.000 de pesos argentinos (R\$ 559). Adicional a isto, foi realizado o aumento de prêmio na emissão de ações, no valor de \$ 8.432.990.580 (R\$ 48.974). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

Em 08 de novembro de 2024, foi deliberado um aporte na MFG Holding SAU no montante de \$ 200.000.000 de pesos argentinos (R\$ 1.162), referente ao aumento de capital social, passando \$ 100.000.000 de pesos argentinos (R\$ 559) para \$ 300.000.000 de pesos argentinos (R\$ 1.800). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

Quickfood S.A.

Em 23 de julho de 2024, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de \$ 11.088.000.000 de pesos argentinos (R\$ 66.968), passando dos \$ 19.632.233.964 de pesos argentinos (R\$ 117.793) para \$ 30.720.233.964 de pesos argentinos (R\$ 187.393). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: \$ 9.979.188.912 de pesos argentinos (R\$ 60.272), aportados

pela MFG Holding SAU e \$ 1.108.678.032 de pesos argentinos (R\$ 6.696) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A.

Em 21 de agosto de 2024, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de \$ 9.420.000.900 de pesos argentinos (R\$ 54.706), passando dos \$ 30.720.233.964 de pesos argentinos (R\$ 187.393) para \$ 40.140.233.964 de pesos argentinos (R\$ 236.827). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: \$ 8.477.990.580 de pesos argentinos (R\$ 49.236), aportados pela MFG Holding SAU e \$ 941.896.390 de pesos argentinos (R\$ 5.470) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A.

Em 07 de novembro de 2024, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de \$ 9.920.000.000 de pesos argentinos (R\$ 59.520). O capital social passou a ser \$ 83.071.700.036 de pesos argentinos (R\$ 498.430). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: \$ 992.009.920 de pesos argentinos (R\$ 5.764) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A e \$ 8.927.990.080 de pesos argentinos (R\$ 53.756) aportados pela MFG Holding SAU.

Marfrig Overseas Limited

Em 12 de dezembro de 2024, a Companhia deliberou por efetuar uma contribuição de capital no montante de US\$ 230.000 (R\$ 1.391.707) na Marfrig Overseas Limited. O aumento não foi feito mediante a emissão de ações adicionais ou por meio de doação ou empréstimo, mas sim originado de reservas distribuíveis (reserva de capital), devendo ser tratado como se constituísse lucros ou ágio de acordo com os estatutos da controlada.

Marfrig Comercializadora de Energia Ltda.

Em 13 de dezembro de 2024, a Companhia deliberou por aumentar o capital da Marfrig Comercializadora de Energia LTDA., no montante de R\$ 30.000 para R\$ 40.000, sendo o aumento no valor total de R\$ 10.000, mediante a emissão de 10.000.000 milhões de novas quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada quota, totalmente subscrito e integralizado pela Companhia nesta data.

PlantPlus Foods, LLC.

No segundo trimestre de 2024, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Food, LLC, no montante de US\$ 7,1 milhões, a subsidiária NBM US Holdings Inc., aportou o montante de US\$ 5,0 milhões, equivalente a 70% do capital deliberado.

No terceiro trimestre de 2024, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Food, LLC, no montante de US\$ 520 mil, a subsidiária NBM US Holdings Inc., aportou o montante de US\$ 364 mil, equivalente a 70% do capital deliberado.

Mudança no controle de participação da PlantPlus Foods, LLC.

Em 07 de novembro de 2024, a Companhia e a Archer-Daniels-Midland Company ("ADM"), que fornecia os ingredientes e o know-how técnico para o desenvolvimento de produtos à base de plantas, concordaram mutuamente em desfazer a parceria realizada, ao qual 30% pertenciam a ADM. A Companhia manteve a sua participação de 70%.

A transferência das *units* da PlantPlus Foods, LLC, para a controlada BRF, equivalentes a 30% da participação societária, ocorreu em 23 de janeiro de 2025, após a aprovação sem ressalvas pelo CADE.

PlantPlus Foods Brasil Ltda.

Em 22 de março de 2024, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Foods Brasil Ltda., no montante de R\$ 4.979, passando dos R\$ 9.834 para R\$ 14.814. O aporte foi efetuado pela sócia PlantPlus Foods, LCC. emitindo 4.979.000 milhões de novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada, totalmente subscritas pela mesma. As demais sócias abdicaram dos seus direitos de subscrição.

Em 23 de agosto de 2024, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Foods Brasil Ltda, no montante de R\$ 14.313, passando dos R\$ 14.814 para R\$ 29.126. O aporte foi efetuado pela sócia PlantPlus Foods, LLC. emitindo 14.313.000 milhões de novas cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada, totalmente subscritas pela mesma. As demais sócias abdicaram dos seus direitos de subscrição.

De acordo com a mudança de participação mencionada no tópico “Mudança no controle de participação da PlantPlus Foods, LLC.”, a participação de 0,3% que pertencia a ADM passa a ser da controlada BRF a partir de 14 de fevereiro de 2025.

Na opinião dos Diretores, esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Companhia no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo.

(c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no exercício social quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas Demonstrações Contábeis ou resultados da Companhia.

(a) Valor das medições não contábeis

O EBITDA, o EBITDAaj, a margem EBITDA e a margem EBITDAaj não são medidas contábeis segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e não devem ser considerados como substituto para o lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou como substitutos de caixa como medida de liquidez. Outras Companhias podem calcular o EBITDA, o EBITDAj, a margem EBITDA e a margem EBITDAaj de forma diferente à apresentada no item 2.5 (b).

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDAaj e Margem EBITDAaj

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156/2022. O EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA de um período ou exercício dividido pela receita líquida da Companhia para o mesmo período ou exercício.

O EBITDAaj da Companhia consiste no lucro (prejuízo) líquido, ajustado pela receita (despesa) financeira líquida, imposto de renda e contribuição social, equivalência patrimonial das subsidiárias, outras receitas (despesas) operacionais, outros ajustes efetuados na controlada BRF e depreciação e amortização.

A margem EBITDAaj é calculada pelo EBITDAaj de um período ou exercício dividido pela receita líquida das operações continuadas da Companhia para o mesmo período ou exercício.

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações contábeis auditadas

A Companhia apresenta abaixo a reconciliação e os valores do EBITDAaj e da margem EBITDAaj para os exercícios sociais de 2024 e 2023 com o lucro líquido:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido continuado	2.796,4	(3.451,6)
Resultado financeiro líquido	5.532,2	5.602,4
Imposto de renda e contribuição social	(2.391,3)	(1.089,6)
Depreciação e amortização	7.197,5	6.740,2
Resultado com equivalência patrimonial	(34,6)	63,5
Outras receitas (despesas) operacionais	265,0	(144,8)
Outros Aj. EBITDA BRF	212,8	907,5
EBITDAaj continuado	13.647,2	8.627,6
EBITDAaj descontinuado	119,4	667,9
EBITDAaj	13.766,6	9.295,5
Margem EBITDAaj	9,2%	7,0%

(c) Motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de nossa condição financeira e do resultado de nossas operações.

A Companhia utiliza o EBITDAaj como indicador adicional para monitorar suas operações e desempenho econômico, sendo uma medida útil uma vez que é frequentemente usada por analistas do mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas em avaliar as empresas do setor.

Como o EBITDAaj não reflete receitas ou despesas financeiras, impostos, contribuição social ou depreciação e amortização, é um indicador de desempenho financeiro geral, que não é afetado por alterações nas taxas de juros, dívidas, impostos, taxas de contribuição social, outros ajustes efetuados na controlada BRF, e taxas de depreciação e amortização.

A Companhia acredita que o EBITDAaj é uma ferramenta útil para comparar seu desempenho operacional em diferentes períodos e como base para determinadas decisões da Administração. Além de desempenho financeiro geral, a Companhia acredita que o EBITDAaj também lhe permite entender melhor sua capacidade de quitar seus passivos e financiar suas despesas de capital e capital de giro. Entretanto, a utilidade do EBITDAaj como uma medida de rentabilidade é limitada, uma vez que não reflete diversos custos e despesas envolvidos nos negócios, como despesas financeiras, impostos, depreciação, despesas de capital e outros custos relacionados, que podem ter um efeito significativo no lucro líquido da Companhia.

(a) Venda de ativos

Em 11 de fevereiro de 2024, houve atualização no processo de venda de ativos do Uruguai (“operação descontinuada”), vide divulgação na nota explicativa nº 12 – Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada, das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2024.

(a) Regras sobre retenção de lucros

Segundo o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- a) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito;
- b) pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável; e
- c) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

- I. O decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
- II. O acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral poderá aprovar destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).

Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária, por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia dentre outros fatores que o Conselho de Administração e os acionistas da Companhia julguem relevantes.

Conforme legislação aplicável, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

A Assembleia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, na forma do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(i) Valores das retenções de lucros

Do resultado do exercício será deduzido, antes de qualquer participação os prejuízos acumulados, em atendimento ao Artigo 189 da lei das Sociedades por ações.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, com os seguintes ajustes:

- I. O decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
- II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, sujeito à aprovação da Assembleia Geral, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.).

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá:

- I. deliberar a distribuição de dividendos à débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores *ad referendum* da Assembleia Geral; e
- II. declarar dividendos intermediários à débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d) Restrições à distribuição de dividendos

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, não existem outras restrições relativas à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicáveis à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Os acionistas têm prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos, ou pagamentos de juros referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados reverterá em favor da Companhia.

Os contratos de financiamento celebrados pela Companhia, de maneira geral, contêm restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia no caso de mora ou inadimplemento de suas obrigações.

e) Política de destinação de resultados

A Política de Destinação de Resultado e Distribuição de Dividendos da Companhia, foi atualizada, revisada e aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2021.

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No curso normal de seus negócios, a Companhia, através de sua controlada BRF, celebra contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam outros contratos de futura venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 2024 e 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 2024 e 2023.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 2024 e 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações contábeis.

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Na opinião dos Diretores, os compromissos firmes de compra são demonstrados no item 2.8.a - tópico (ii) deste formulário de referência que irão afetar os custos e despesas da Companhia, assim como ativos e passivos quando atingirem os requisitos para reconhecimento de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Nos casos de instrumentos com preços a fixar, variações no preço de serviços, energia elétrica, commodities, insumos, dentre outros, podem afetar significativamente os custos e despesas futuros da Companhia.

(b) Natureza e o propósito da operação

Os Diretores informam que tais operações são decorrentes do curso normal dos negócios e são compostas por contratos com terceiros para aquisição de matérias-primas, principalmente milho e farelo de soja, em que os preços acordados podem ser fixos ou a fixar, além de outros compromissos, tais como fornecimento de energia elétrica, embalagens, construção de imóveis, entre outros, para suprimento de suas atividades de manufatura.

(c) Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

No curso normal de seus negócios, a Companhia, através de sua controlada BRF, celebra contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades. Nesses contratos os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. Os contratos preveem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais e geralmente é adquirido o mínimo acordado contratualmente e, por essa razão, não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido por competência. Em 2024 os compromissos firmes de compra totalizaram R\$ 4.523.501 (R\$ 5.023.227 em 2023).

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Na opinião dos Diretores, os investimentos refletem a visão estratégica da Companhia, com foco em proteína animal (bovinos, suínos, ovinos, peixes e aves) e vegetal, e produtos de maior valor agregado.

Além dos investimentos estratégicos, a constante busca pelo ganho de eficiência, ganhos de escala, redução de custos e melhorias operacionais, as atividades da Companhia demandam investimentos regulares.

Adicionalmente, os Diretores entendem que a Companhia seguirá investindo em projetos que reforcem sua atuação no mercado de produtos de maior valor agregado, em linha com as melhores práticas relacionadas à sustentabilidade corporativa, com responsabilidade social, principalmente nas comunidades, e preservação ambiental.

Em 2024, os investimentos somaram R\$ 4.156,0 milhões, uma redução de 38,0% comparado a R\$ 6.701,9 em 2023. A redução é explicada pela conclusão ou fase menos intensiva de investimentos em projetos estratégicos da Companhia. Abaixo o CAPEX por operação:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	Var %
Crescimento	1.225,8	988,9	24,0%
Manutenção	1.252,8	1.225,9	2,2%
Total	2.478,6	2.214,7	11,9%
Investimentos	222,7	3.030,0	-92,7%
Biológico	1.454,7	1.457,2	-0,2%
Total com Aquisição	4.156,0	6.701,9	-38,0%

Destaca-se ainda o efeito do câmbio na tradução dos valores das unidades internacionais para o Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Esses projetos estão alinhados com a estratégia de otimização da diversificação geográfica da Companhia, que potencializa a operação em unidades mais eficientes, enquanto encerra operações em plantas ineficientes.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pelo (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos, (iii) transações de mercado de capitais em geral.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento *Beef* América do Sul para a Minerva S.A.

O preço de alienação dos Ativos da Operação foi de R\$ 7.500.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000, recebidos no dia 28 de agosto de 2023, e o saldo remanescente de R\$ 6.000.000, sobre o qual incidiu a correção do CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Em 21 de maio de 2024, conforme Comunicado ao Mercado, a Companhia recebeu da *Comission de Promoción y Defensa de La Competencia* – CPDC do Uruguai, resolução negando autorização para a operação de alienação dos Ativos da Operação que se encontram no Uruguai, nomeadamente as unidades de abate de bovinos de Colônia, Salto e San José, cujo preço de alienação atribuído, conforme contrato, é de R\$ 675.000. Em 30 de outubro de 2024, conforme Comunicado ao Mercado, a CPDC ratificou a posição anterior. Vale destacar que a decisão não é definitiva, e foi realizado pedido de recurso.

Em 09 de agosto de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, a Companhia recebeu do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o parecer final da Superintendência-Geral, recomendando, ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (TADE), a aprovação da operação mediante a celebração de acordo em controle de concentrações, prevendo diminuição dos limites materiais e geográficos estabelecidos na cláusula de restrição à expansão prevista no contrato, o qual não alterou os demais termos e condições previstos no contrato e da operação.

Em 25 de setembro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, a Companhia recebeu do CADE, em sessão de julgamento realizada nessa data, aprovação do supracitado ato de concentração relativo à operação. A referida decisão de aprovação e os demais documentos públicos relativos ao ato de concentração podem ser consultados no site do CADE.

Em 08 de outubro de 2024, conforme Comunicado ao Mercado divulgado, foi confirmado o trânsito em julgado do Ato de Concentração nº 08700.006814/2023-77, e consumação das demais condições precedentes previstas no Contrato.

Em 28 de outubro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado, foi implementado o fechamento da operação, exceto com relação aos Ativos Uruguai. Com o fechamento, a Companhia recebeu, nessa data, o valor de R\$ 5.680.602 totalizando o preço de alienação de R\$ 7.180.602 (considerado o valor de R\$ 1.500.000 recebido como sinal).

De acordo com o Fato Relevante, o preço de venda poderia ter ajustes pós-fechamento, que estão demonstrados a seguir, juntamente com o resultado da operação:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de 2024
Preço de venda	6.825.000
Ajuste de preço de venda ^(a)	340.684
(-) Despesas com assessores jurídicos e consultores externos	(5.836)
(=) Preço de venda ajustado	7.159.848
(-) Baixa líquida dos ativos mantidos para venda	(4.333.025)
(=) Preço de venda ajustado	2.826.823
(-) Imposto de renda e Contribuição social	(952.965)
(=) Resultado da operação	1.873.858

^(a) O ajuste no preço de venda decorre substancialmente da exclusão da dívida líquida das empresas negociadas, capital de giro, remuneração estimada e outros, conforme previsão contratual.

Em 11 de fevereiro de 2025, conforme Fato Relevante divulgado, a Minerva S.A. apresentou à CPDC, novo pedido de autorização para a aquisição da “Operação Uruguai”. Tendo em vista o último parecer da CPDC ao pleito original, proposta alternativa foi apresentada pela Minerva S.A. Ressalte-se que proposta apresentada não implicará em nenhuma alteração das condições originalmente pactuadas no contrato de compra e venda de ativos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Aumento de participação na controlada BRF

Em 28 de fevereiro e 08 de abril de 2024, a Companhia passou a deter o total de 842.547.574 e 849.526.130 ações, respectivamente da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 50,06% para 50,49%. As ações se dividem entre ordinárias e American Depositary Receipts ("ADR's").

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas em andamento para os segmentos *Beef* América do Norte e *Beef* América do Sul, as pesquisas em andamento do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultadas no formulário de referência da controlada BRF em: <https://ri.brf-global.com/>.

(ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia não possui gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços para os segmentos *Beef* América do Norte e *Beef* América do Sul, os gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultados no formulário de referência da controlada BRF em: <https://ri.brf-global.com/>.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados para os segmentos *Beef* América do Norte e *Beef* América do Sul, os projetos em desenvolvimento já divulgados do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF, podem ser consultados no formulário de referência da controlada BRF em: <https://ri.brf-global.com/>.

(iv) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia não possui gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços para os segmentos *Beef* América do Norte e *Beef* América do Sul, os gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF, podem ser consultados no formulário de referência da controlada BRF em: <https://ri.brf-global.com/>.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios relacionadas a questões ESG

(i) Sustentabilidade e Desempenho Socioambiental

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Marfrig Global Foods. Nesse sentido, a Marfrig vem trabalhando continuamente para implementar as melhores práticas de Environmental, Social and Governance (ESG), alinhadas com os princípios para investimentos responsáveis. Em relação à governança corporativa, a Marfrig criou um Comitê de Sustentabilidade para discutir, avaliar e definir prioridades de sustentabilidade.

O comprometimento da Companhia com a sustentabilidade está expresso em sua estratégia de negócios, nas parcerias e compromissos assumidos com organizações de renome e reconhecimento nas áreas social e ambiental e nas ações voltadas para o bem-estar animal.

A Companhia tem uma posição de vanguarda na produção sustentável e de preservação da biodiversidade, a Companhia assumiu e vem mantendo e fortalecendo vários compromissos públicos em parcerias com grandes organizações.

A Companhia desenvolveu e implementou uma plataforma de sustentabilidade baseada seis pilares:

1. Controle de origem: gerenciamento da procedência da matéria-prima e engajamento dos fornecedores às melhores práticas de sustentabilidade. Objetivando uma cadeia de fornecedores 100% rastreada e livre de desmatamento;
2. Mudanças climáticas: conduzimos nossos esforços com o intuito de minimizar o impacto de nossas operações no meio ambiente, atentos aos reflexos sobre as mudanças climáticas, e de ser um efetivo agente de transformação na nossa cadeia produtiva, fomentando modelos de produção que preservem biomas e biodiversidade;
3. Bem-estar animal: gerencia as práticas de manejo dos animais, desde a fazenda até o abate, que devem ser feitas em linha com as recomendações da *World Animal Protection* e das mais rigorosas normas internacionais para abate humanitário;
4. Uso de recursos naturais: este pilar engloba a administração do uso de água e energia nos procedimentos de produção. Essas estratégias também estão impregnadas de iniciativas para minimizar nosso impacto ambiental, evidenciadas pela busca por fontes renováveis de energia;
5. Efluentes e Resíduos: neste pilar, são consolidados os procedimentos e as práticas de tratamento dos resíduos líquidos provenientes de nossas operações, com o objetivo de reduzir o impacto nos recursos hídricos e no meio ambiente. É nesse contexto que também são implementadas as medidas para a gestão adequada dos resíduos sólidos produzidos em nossas instalações; e
6. Responsabilidade social: para contribuir de forma efetiva com o crescimento social e o bem-estar das comunidades próximas às nossas operações, desenvolvemos campanhas, promovemos doações e implementamos programas de responsabilidade social nos diferentes países em que atuamos. Entre os destaques, estão o Instituto Marfrig e a parceria com o Hospital de Amor, no Brasil.

Conquistas e destaques em 2024

Programa Verde+: Pioneiro no setor, é o programa de combate ao desmatamento dos biomas onde a empresa origina. Com ele, a Companhia busca garantir que 100% de nossa cadeia de produção seja sustentável e livre de desmatamento até 2025, meta essa que inicialmente foi estabelecida para 2030, e que foi antecipada e publicamente divulgada ao final de 2023.

Em 2024, mantivemos 100% das propriedades fornecedoras diretas são monitorados via satélite, além disso, no escopo de fornecedores indiretos, alcançamos 88,8% de rastreabilidade no bioma Amazônico, também controlou 79,6% dos fornecedores indiretos no bioma Cerrado.

Reinclusão de fornecedores de gado: Até o fechamento de 2024, tivemos 4,194 fazendas reincluída – fornecedores que voltaram a operar em conformidade com nossos compromissos - demonstrando o forte compromisso com o princípio da inclusão, dentro do Programa Verde+.

Mitigação de Riscos Socioambiental: A Companhia, em parceria com a Agroicone, concluiu o Mapa de Mitigação de Risco Socioambiental para os biomas onde atua, permitindo a expansão das práticas socioambientais da empresa e para todo o território nacional, em linha com os objetivos do Programa Verde+. Dessa forma estruturamos e priorizamos, sob a perspectiva de risco socioambiental, das áreas fornecedoras para a empresa, em todos os biomas em que a empresa atua no Brasil.

Apoio a pequenos produtores de cria: Investimento no Programa de Produção Sustentável de Bezerros do MT, junto com a IDH – Iniciativa para o Comércio Sustentável. O objetivo é apoiar com capacitação técnica, e regularização fundiária e ambiental de pequenos produtores da região do Vale do Rio Juruena-MT, e ainda propicia um modelo de rastreabilidade individual dos animais do Programa. Em 2024, foram 151 novos produtores cadastrados no programa.

Triplo A no CDP: A Companhia alcançou pontuação máxima (A) nas três categorias da lista global de transparência ambiental do CDP: Mudanças Climáticas, Segurança Hídrica e Florestas. Além de integrar a 'A-List', a companhia faz parte de um seleto grupo de empresas no mundo a conquistar a classificação Triplo A, uma seleção exclusiva de empresas que demonstram liderança global em sustentabilidade e compromisso com a redução de impactos ambientais. O CDP é uma organização global sem fins lucrativos que gerencia o maior sistema de divulgação ambiental do mundo para empresas, cidades, estados e regiões. Considerada o "Oscar" da sustentabilidade, a lista do CDP reúne empresas que atendem aos critérios rigorosos da organização, incluindo governança, estratégias ambientais, gestão de riscos e definição de metas e métricas nos eixos de mudanças climáticas, segurança hídrica e florestas.

Melhor empresa de proteína bovina no FAIRR: A Companhia foi a empresa de proteína bovina mais bem colocada no ranking da *Coller FAIRR Protein Producer Index 2024/25*. A Marfrig manteve o 4º lugar entre as 60 empresas avaliadas, sendo que os três primeiros colocados são empresas norueguesas de pescado. A Marfrig também é a única classificada como de baixo risco entre as empresas de proteína bovina avaliadas no ranking. A *FAIRR Initiative* é uma rede colaborativa sediada em Londres, Inglaterra, composta por mais de 400 investidores internacionais e cerca de 75 trilhões de dólares em ativos sob gestão, com objetivo de aumentar a conscientização sobre os riscos e oportunidades em ESG no setor de proteína animal e laticínios.

Selo ouro do programa brasileiro GHG Protocol: A Companhia o selo ouro do programa brasileiro *GHG Protocol*, o mais alto nível de certificação concedido às empresas que atendem todos os critérios de transparência na publicação de inventário de emissão de gases de efeito estufa. O Programa Brasileiro do *GHG Protocol* é uma iniciativa que orienta empresas e organizações no Brasil a medir, gerenciar e divulgar suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), alinhando-se a um padrão global para a redução de impactos ambientais.

Índice de Carbono Eficiente: A Companhia também está no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da B3, cuja carteira engloba ações de companhias que adotam medidas eficientes para minimizar a emissões de gases de efeito estufa procedentes de suas operações.

Science Based Targets: A Companhia foi a primeira empresa de proteína animal a ter suas metas de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) aprovadas pela *Science Based Targets initiative (SBTi)*. Entre os compromissos, destaca-se a redução de 68% nas emissões diretas (Escopos 1 e 2) e a diminuição de 33% na intensidade das emissões indiretas (Escopo 3) até 2035.

Em 2024, a Companhia expandiu o mapeamento de seu Inventário de GEE, incorporando dados mais abrangentes sobre sua cadeia de valor. Além disso, deu início à revisão de suas metas climáticas,

adotando a metodologia FLAG (Florestal, Agricultura e Uso da Terra) da SBTi, voltada para setores com grande impacto no uso da terra.

Carne Carbono Neutro / Carne Baixo Carbono: A Companhia mantém, em parceria com a Embrapa, os protocolos Carne Carbono Neutro (CCN), proveniente de animais inseridos em um sistema de produção pecuária-floresta que neutraliza as emissões de metano e para 2025 o lançamento do protocolo Carne Baixo Carbono (CBC), cuja produção reduz o balanço de emissões de gases de efeito estufa decorrente do manejo adequado de pastagens, se comparado a produção convencional.

Tecnologias de medição de carbono no solo: Parceria com empresa Agorrobótica - uma green fintech que usa inteligência artificial para explorar o solo - para realização de análises fotônicas de solo para medição e determinação da quantidade de carbono estocado, permitindo a geração de créditos de carbono certificados, com rentabilização de toda a cadeia de produção.

Empresa Biomas: A Companhia é co-criadora da empresa BIOMAS, uma empresa totalmente dedicada às atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil. O objetivo da iniciativa é, ao longo de 20 anos, atingir uma área total restaurada e protegida de 4 milhões de hectares de matas nativas em diferentes biomas brasileiros, como Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. A área é equivalente ao território da Suíça ou do estado do Rio de Janeiro. A empresa nasce com planos de restaurar 2 milhões de hectares de áreas degradadas, a partir do plantio de aproximadamente 2 bilhões de árvores nativas, em um modelo de negócios em larga escala. A empresa também conservará e preservará 2 milhões de hectares. A expectativa do grupo formado por grandes companhias com presença global é, além dos benefícios ambientais da iniciativa em si, contribuir para estimular o desenvolvimento regional e o fortalecimento das comunidades locais com seu envolvimento na cadeia de valor.

Comitê Gestor do Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado do Cerrado:

A Marfrig mantém-se como membro do Comitê Gestor do Protocolo Monitoramento Voluntário do Cerrado. O Protocolo do Cerrado visa contribuir para o alinhamento das melhores práticas de monitoramento socioambiental para a compra de produtos de origem bovina no bioma Cerrado. Foram definidos uma série de critérios e parâmetros de compra responsável para harmonizar as boas práticas de compra responsável, a fim de garantir que suas cadeias de fornecimento não estejam vinculadas à problemas socioambientais.

Pacto Global: A Marfrig mantém-se como signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa voltada a encorajar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade.

(a) Recompra da McKey Korea LLC

O processo judicial que tratava de pedido de recompra da *McKey Korea LLC* (sociedade coreana pertencente à *Keystone Foods*) pela Companhia encontrava-se na fase de julgamento final. As partes, de comum acordo e visando a resolução do litígio de forma consensual, resolveram celebrar acordo judicial, tendo a respectiva ação retirada e encerrada pela Tyson Foods, o qual a Companhia devidamente amparada por seus Assessores Jurídicos, já havia procedido com o registro da provisão frente ao processo em questão.

(b) Negócio National Beef

Há cinco ações coletivas e trinta e uma ações judiciais individuais que foram ajuizadas nos Estados Unidos, e duas ações coletivas no Canadá, alegando que a Companhia e/ou sua subsidiária, National Beef, com outras empresas do setor, supostamente conspiraram para controlar os preços do gado e da carne. Em todas as ações, o tribunal proferiu decisões que excluíram a Companhia como ré e mantiveram a National Beef. A National Beef também foi notificada de uma investigação civil conduzida pelo Departamento de Justiça dos EUA e por aproximadamente trinta procuradores estaduais sobre a compra de gado alimentado e venda de carne bovina. A National Beef respondeu aos pedidos de informações federais e estaduais e cooperou com as investigações. A National Beef também é ré em uma ação coletiva movida nos Estados Unidos, alegando que ela e outras empresas de proteínas supostamente conspiraram para reduzir e fixar salários e benefícios. A National Beef conta com defesas meritórias contra as alegações em todos os casos, mas provisionou valores e está em processo de negociação de um possível acordo relativo à ação sobre salários e benefícios que recebeu aprovação preliminar do tribunal.

No âmbito da proposta de incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da BRF S.A. (“**BRF**” e, em conjunto com a Companhia, “**Companhias**”) não detidas pela Companhia, com a consequente transferência da base acionária da BRF para a Companhia (“**Incorporação de Ações**”), a ser deliberada no âmbito da assembleia geral extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, em 18 de junho de 2025, a Companhia divulgou, em 15 de maio de 2025, fato relevante comunicando a respeito da adoção de projeções referentes a potenciais sinergias comerciais, operacionais e fiscais.

Este item apresenta projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras da Companhia, inclusive considerando os efeitos esperados da Incorporação de Ações. Tais projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem vir a afetar o setor de atuação da Companhia e da BRF, suas participações de mercado, seus negócios, suas operações e seus resultados. Embora a Companhia acredite que tais estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições fora do controle das Companhias, incluindo (sem limitação) os fatores de riscos descritos nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência, e são feitas com base nas informações de que a Companhia dispõe atualmente. Nesse sentido, as informações apresentadas acima refletem as expectativas da Companhia, sujeitas a riscos e incertezas, sendo dados estimativos e indicativos que não constituem promessa de desempenho. Tais expectativas dependem das condições do mercado, do cenário econômico e dos setores em que a Companhia e a BRF atuam. Qualquer alteração na percepção ou nas premissas acima descritas pode fazer com que os resultados concretos sejam diferentes das projeções apresentadas.

(a) objeto da projeção

A Companhia passou a divulgar, em 15 de maio de 2025, as seguintes projeções, relacionadas às potenciais sinergias identificadas no contexto da Incorporação de Ações:

- aumento de receitas e redução de custos;
- redução de despesas; e
- otimização fiscal.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções indicadas neste item se referem aos seguintes períodos:

- aumento de receitas e redução de custos: montante estimado de R\$485 milhões por ano, a ser capturado nos próximos anos;
- redução de despesas: montante estimado de R\$320 milhões por ano, a ser capturado nos próximos anos; e
- otimização fiscal: montante estimado de R\$3 bilhões, a valor presente líquido, a ser capturado nos próximos anos.

Os valores dos indicadores apresentados acima são aproximados, com base na melhor estimativa da Companhia na data deste Formulário de Referência, não constituem promessa de desempenho futuro da Companhia e podem sofrer alterações adversas de forma material.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da companhia e quais escapam ao seu controle

As principais premissas consideradas para a elaboração das referidas projeções foram, além de

fatores macroeconômicos e do mercado de atuação da Companhia e da BRF, seguem abaixo:

- aumento de receitas e redução de custos: aumento de receitas e redução de custos, decorrente da aceleração de oportunidades de *cross-selling*, incluindo volumes e demais frentes comerciais por meio da capilaridade logística e força das marcas, e de sinergias na cadeia de suprimentos (matéria-prima, embalagens e insumos);
- redução de despesas: redução de despesas decorrente da estrutura comercial e logística, da consolidação de um sistema operacional único e da otimização da estrutura corporativa; e
- otimização fiscal: otimização fiscal usual de operações de natureza similar à da Incorporação de Ações.

Todas as premissas consideradas nas estimativas estão sujeitas a fatores de influência externa que escapam ao controle da administração da Companhia. Caso qualquer premissa sofra alterações que causem impacto relevante nessas estimativas, a Companhia pode revisá-las para patamares superiores ou inferiores em comparação às originalmente apresentadas.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Veja o item 3.1(b) acima.

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que as projeções constantes do item 3.1 deste Formulário de Referência passaram a ser divulgadas no exercício social corrente.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que as projeções constantes do item 3.1 deste Formulário de Referência passaram a ser divulgadas no exercício social corrente.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que as projeções constantes do item 3.1 deste Formulário de Referência passaram a ser divulgadas no exercício social corrente.

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os atuais e/ou potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia é controladora de outra empresa (BRF S.A.) com capital social negociado em bolsa de valores no Brasil – B3, portanto para tomada de qualquer decisão de investimentos é recomendado a consulta a documentação pública de nossa controlada. Os documentos podem ser obtidos em: <https://ri.brf-global.com/>

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação de mercado, na reputação, nos negócios atuais e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) à Companhia:

Desenvolvimentos adversos em relação à saúde e à segurança de alimentos e/ou à publicidade dos mesmos poderão aumentar os custos das operações ou reduzir a demanda pelos produtos da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam o setor alimentício em geral, inclusive riscos de contaminação e de deterioração de alimentos, envolvendo questões nutricionais e de saúde, processos por consumidores, adulteração de produtos, eventual indisponibilidade e despesas com seguros contra responsabilidade e os custos potenciais e consequências negativas de eventual recall de produtos. O consumo de produtos adulterados, contaminados ou vencidos pode causar doenças ou danos pessoais. Quaisquer riscos para a saúde, reais ou percebidos, associados aos produtos da Companhia, incluindo qualquer publicidade negativa sobre tais riscos, podem provocar perda da confiança dos clientes na segurança e qualidade desses produtos, reduzindo seu nível de consumo, o que pode afetar negativa e materialmente a Companhia. Em março de 2017, por exemplo, a Operação Carne Fraca da Polícia Federal contra a indústria de proteínas pode ter contribuído com a redução temporária da demanda por carne bovina no mercado brasileiro após apercepção pública de riscos à saúde e de baixos padrões de qualidade.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a demandas e processos relacionados a doenças e outros danos reais ou alegados, o que pode afetar negativamente sua reputação e, consequentemente, seus negócios, independente do resultado final. O setor de atuação da Companhia pode enfrentar publicidade negativa caso os produtos de outros produtores sejam contaminados, o que pode resultar na redução da procura dos consumidores pelos produtos da Companhia na categoria afetada.

Além disso, os sistemas da Companhia destinados a atender a regulamentos de segurança alimentar podem não ser totalmente eficazes para protegê-la de riscos ligados à segurança alimentar. Qualquer contaminação de produtos pode ter um efeito materialmente negativo na situação financeira, resultados e fluxo de caixa da Companhia.

A criação de animais e processamento de carne envolvem riscos relacionados à saúde animal e ao controle de doenças, os quais podem impactar negativamente a Companhia.

As operações da Companhia envolvem criação de bovinos e cordeiros, exigindo que a Companhia mantenha a saúde animal e controle sobre doenças. A Companhia pode ser obrigada a descartar animais e suspender a venda de alguns de seus produtos a clientes nos países em que atua ou para os países que exporta caso um surto de doença que afete os animais, tais como (i) no caso do gado e outros animais, a febre aftosa; e (ii) no caso de gado, a encefalopatia espongiforme bovina, conhecida como "doença da vaca louca". A eliminação de gado bovino ou outros animais afetados pode impedir a recuperação dos custos decorrentes da criação ou aquisição desses animais e resultar em despesas adicionais, como despesas de descarte dos animais contaminados.

Surto ou receio de surto de doenças animais podem restringir a comercialização dos produtos da Companhia, afetando negativamente os mercados em que a Companhia atua e, conseqüentemente, as operações da Companhia.

Flutuações nos preços de commodities e disponibilidade de matéria prima, especialmente de gado vivo e outros recursos, podem afetar negativamente os resultados, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os resultados das operações e a condição financeira da Companhia, bem como o preço dos seus produtos, dependem do custo e da oferta de commodities e de matérias-primas, tais como bovinos, materiais de embalagem e energia. A produção e o preço destas commodities são determinados por forças variáveis de mercado relacionadas ao equilíbrio entre oferta e demanda, sobre as quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle. Tais fatores incluem, entre outros, condições climáticas globais, ocorrências de doenças, níveis globais de oferta de estoques e demanda por matérias-primas, bem como políticas agrícolas e de energia de governos locais e estrangeiros. Além disso, a volatilidade dos custos das commodities impacta diretamente a margem bruta e lucratividade da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de elevar suficientemente os preços dos seus produtos de maneira a compensar o aumento dos custos de matérias-primas, seja devido à sensibilidade dos seus consumidores aos preços ou à estratégia de precificação dos seus concorrentes. Adicionalmente, caso a Companhia aumente seus preços para compensar o aumento de custos, a Companhia poderá sofrer com a diminuição na demanda, levando a uma redução do volume de vendas.

Por outro lado, uma diminuição nos custos com commodities e outros insumos pode criar uma pressão para redução dos preços da Companhia. Com o tempo, caso a Companhia não consiga precificar os seus produtos de forma a cobrir aumentos de custos e de compensar aumentos de custos operacionais com ganhos de eficiência, a volatilidade ou o aumento de preços de commodities e matérias-primas pode vir a afetar material e negativamente a lucratividade, condição financeira e resultado operacional da Companhia.

A consolidação de um número significativo de clientes da Companhia poderá ter impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

Muitos dos clientes da Companhia, tais como supermercados, clubes atacadistas e distribuidores de alimentos, realizaram consolidações nos últimos anos. Essas consolidações produziram clientes de grande porte, sofisticados, com maior poder de compra, e, portanto, mais aptos a operar com estoques menores, opondo-se a aumentos de preços e exigindo preços menores, aumento de programas promocionais e produtos personalizados. Esses clientes também podem usar espaço para exposição atualmente utilizada para os produtos da Companhia para seus produtos de marca própria. Caso a Companhia não seja capaz de reagir a essas tendências, o volume de vendas da Companhia poderá diminuir, ou pode ser obrigada a diminuir seus preços e aumentar custos com promoções. Qualquer um

desses fatores pode ter um efeito adverso relevante na condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Riscos relacionados ao Coronavírus

Ao final de 2019, um surto de Coronavírus (COVID- 19), começou e, desde então, se espalhou por vários países. Houve relatos de múltiplas fatalidades relacionadas ao vírus em vários países, incluindo Brasil e Estados Unidos, onde a Companhia tem suas principais operações. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia de COVID-19. Durante o mês de março de 2020 e seguintes, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram bloqueios ou outras restrições para conter o vírus e várias empresas suspenderam ou reduziram as operações.

A Companhia pode enfrentar restrições impostas pelos órgãos reguladores e autoridades, dificuldades relacionadas com absenteísmo de empregados que resultariam em insuficiência de contingente para operar em alguma planta, dificuldades operacionais, tais como a postergação da retomada de capacidade de produção devido a atrasos em inspeções, avaliações e autorizações, entre outras dificuldades operacionais. A Companhia pode ter necessidade de adotar medidas de contingência adicionais, podendo ter um impacto material adverso em suas condições.

Nesse sentido, as novas variantes dos vírus, a incapacidade de vacinação em massa e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos no mercado, provocando oscilações na negociação dos valores mobiliários da Companhia.

Se a pandemia da COVID-19 continuar e os esforços para conter a pandemia, governamentais ou não, limitarem ainda mais a atividade comercial ou a capacidade da Companhia de comercializar e transportar seus produtos para os clientes em geral, por um período prolongado, a demanda por seus produtos poderá ser afetada adversamente. Esses fatores também podem afetar de maneira adversa a condição financeira ou os resultados operacionais da Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem ter um efeito material adverso nos negócios, condição financeira e resultado operacional da Companhia.

A Companhia é ré em determinados processos judiciais, arbitrais e administrativos e não pode garantir que os resultados desses processos lhe serão favoráveis ou que tenha feito provisões adequadas em caso de perdas em tais processos. Decisões judiciais desfavoráveis podem envolver responsabilidade substanciais e impedir que a Companhia participe ou se beneficie de transações ou benefícios fiscais, como planejado, e podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O descumprimento, pela Companhia, dos contratos financeiros dos quais é parte pode afetá-la de forma adversa.

Os contratos que regem a maior parte das dívidas da Companhia contêm cláusulas de *cross-default* ou vencimento antecipado que preveem que a infração a uma das obrigações de dívida pode ser considerada como uma infração às demais obrigações de dívida, ou pode resultar no vencimento antecipado dessa dívida. Portanto, uma infração a qualquer uma das obrigações de dívida da Companhia pode tornar as demais obrigações de dívida imediatamente devidas, o que, por sua vez, terá um efeito negativo sobre a Companhia. A Companhia não pode garantir a eficácia de tais procedimentos na prevenção de descumprimentos futuros.

Determinados financiamentos obtidos incluem cláusulas que impedem a Companhia de obter ou manter dívidas caso o indicador da relação entre dívida líquida e EBITDA (conforme definido em tais cláusulas) supere o limite de 4,75 vezes. Além disso, alguns dos contratos da Companhia preveem restrições com relação à sua capacidade de distribuição de dividendos, vendas de ativos ou até de concessão de garantias a terceiros. Portanto, na ocorrência de qualquer evento de inadimplência previsto em tais contratos, o fluxo de caixa e demais condições financeiras da Companhia poderiam ser adversamente impactadas.

A Companhia depende de membros de seu alto escalão administrativo e da sua habilidade de recrutar e reter profissionais qualificados.

A Companhia depende dos membros do seu alto escalão administrativo e de outros profissionais qualificados para implantar suas estratégias comerciais e desempenhar suas operações. A Companhia depende, ainda, de sua capacidade de recrutar e reter profissionais qualificados. Não há garantia de que a Companhia será bem-sucedida em atrair ou reter pessoas chave para sua administração. Caso uma dessas pessoas chave da administração da Companhia deixe de exercer suas atuais atividades, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas operações, o que pode afetar seus resultados e sua condição financeira. A perda de qualquer um de seus funcionários principais pode afetar negativamente a Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de integrar as operações das empresas adquiridas ou se beneficiar das oportunidades de crescimento.

A Companhia pode buscar oportunidades de crescimento selecionadas no futuro. Tais oportunidades podem expor a Companhia à sucessão de passivos relativos a processos envolvendo as empresas ou negócios adquiridos, suas respectivas administrações ou passivos contingentes incorridos anteriormente. No caso de haver um passivo relevante associado a essas oportunidades, ou caso a Companhia não obtenha êxito na integração de sociedade e negócios adquiridos, a Companhia pode ser prejudicada de maneira relevante e sua reputação ser impactada negativamente.

Caso a Companhia realize aquisições no futuro, tais transações podem ser estruturadas de tal forma que resultem na assunção de passivos ocultos ou não identificados durante o processo de *due diligence* realizado previamente à aquisição. Tais obrigações e responsabilidades podem prejudicar a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não ter êxito no aproveitamento de oportunidades de crescimento nas quais se envolva no futuro ou em implantar sistemas e controles operacionais, financeiros e administrativos para atingir os benefícios esperados resultantes de tais oportunidades. Tais riscos incluem: (i) não atingimento dos resultados esperados por empresas ou negócios adquiridos, (ii) não ser capaz de reter ou contratar pessoal chave das empresas ou negócios adquiridos e (iii) não ser capaz de atingir as sinergias e/ou economias de escala esperadas. Além disso, o processo de integração de negócios pode causar a interrupção ou perda de velocidade das atuais atividades da Companhia. A divisão da atenção da administração da Companhia e atrasos ou dificuldades encontradas em relação à integração destes negócios podem afetar negativamente os negócios da Companhia, os resultados das suas operações, prospectos e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

As operações societárias realizadas pela Companhia podem ter um efeito adverso.

A Marfrig realiza operações societárias com frequência. Nos últimos anos, a Companhia realizou importantes movimentos societários, como: (i) a aquisição da National Beef, nos Estados Unidos; (ii) a venda da Keystone para a Tyson, nos Estados Unidos; (iii) a compra da Quickfood, na Argentina;

Os principais movimentos societários recentes foram:

Em uma estratégia de complementariedade comercial, investiu ao longo de 2021 aproximadamente R\$ 6,9 bilhões em ações da BRF (BRF S.A.), o que representa 33,20% do capital social da empresa. Essa participação colocou a Companhia em posição de maior acionista individual da BRF.

Em fevereiro de 2022, após investimentos de aproximadamente R\$9 bilhões na empresa, a Marfrig indicou uma chapa para compor o novo Conselho de Administração da BRF, que foi eleita em março de forma majoritária para liderar a administração da Companhia.

Com a aprovação do novo Conselho de Administração da BRF S.A, indicada pela Marfrig Global Foods S.A, a Companhia passou a deter controle da BRF S.A a partir de 1º de abril de 2022.

Em agosto de 2022, Miguel Gularte foi indicado e assumiu como o novo CEO da BRF.

Em julho de 2023, a BRF comunicou ao mercado o encerramento oferta de ações ao mercado (follow-on) onde foram subscritas e integralizadas 600.000.000 (seiscentas milhões) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), ao preço de R\$ 9,00 (nove reais) por ação, perfazendo o

montante total de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos milhões de reais). A Marfrig, no âmbito desta oferta, investiu aproximadamente R\$ 1,8 bilhão para manutenção de sua participação.

Durante o processo de aumento de capital e revisão do estatuto social, foi votado e aprovado pela maioria dos acionistas a supressão da cláusula “poison pill” que limitava a Marfrig fazer qualquer aumento de participação no capital social da Companhia.

Em paralelo a operação de follow-on da BRF, a Marfrig anunciou ao mercado uma operação de aumento de capital privado que foi concluída em setembro de 2023. Foram subscritas e integralizadas 300.000.000 (trezentas milhões) de Ações, representando 100% (cem por cento) das Ações objeto do Aumento de Capital, ao preço de emissão de R\$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por Ação, totalizando R\$ 2.163.000.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e três milhões de reais), tendo sido totalmente destinado à conta de capital social da Companhia. A operação teve como principal objetivo a recomposição de caixa após o investimento descrito acima e o curso normal de suas atividades.

Após esse movimento, a Marfrig investiu aproximadamente R\$ 3 bilhões para elevar sua participação de 33,27% para 50,06% conforme comunicação de 28 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era detentora de 849.526.130 ações, o que representa 50,49% do capital social total da BRF.

Otimização do portfólio da América do Sul:

Em 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A..

Os Ativos objetos da transação são os seguintes:

(1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas

(2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes;

(3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e

(4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000.000, que será pago no fechamento da operação.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7,5 bilhões, sendo um sinal de R\$ 1,5 bilhão recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6,0 bilhões, que será pago no fechamento da operação.

No final de setembro de 2024, o CADE aprovou a venda dos ativos no Brasil, Argentina e Chile, e em 28 de outubro, a Marfrig comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi concluída a entrega destes ativos. Com o fechamento desta transação, a Companhia recebeu na mesma data, o valor de R\$ 5,7 bilhões, totalizando o preço de alienação de R\$ 7,2 bilhões, considerado o valor de R\$ 1,5 bilhão recebido a título de sinal, na data de assinatura. O preço ainda está sujeito ao mecanismo de ajuste pós fechamento previsto no Contrato.

A transação de venda dos ativos do Uruguai permanece sobre avaliação dos órgãos competentes do país e sua definição está sujeita as aprovações de praxe nesse tipo de negociação. O preço atribuído de alienação dos Ativos Uruguai foi de R\$ 675 milhões, ajustado por cláusulas contratuais.

Operações futuras a serem analisadas e eventualmente realizadas pela Companhia podem incluir, entre outras, planos de recompra de ações, reestruturações societárias, fusões e aquisições, entre outras. Não é possível garantir o sucesso da operação da BRF, concretização da operação de otimização de ativos e quaisquer outras operações no futuro, o que pode afetar negativamente a Companhia e sua condição financeira.

Além disso, a Companhia pode ser adversamente afetada após o fechamento de operações societárias, inclusive em razão de ajuste de preço pós-fechamento.

Os titulares de ações da Companhia poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido anual da Companhia, conforme determinado e ajustado de acordo com a Lei de Sociedades por Ações, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. Além disso, a despeito da exigência do dividendo obrigatório, a Companhia poderá deliberar por não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício fiscal caso seu Conselho de Administração determine que essas distribuições não sejam aconselháveis tendo em vista da condição financeira da Companhia.

Ademais, a Companhia é parte em diversos contratos financeiros, nos quais se obrigou a não efetuar pagamento de dividendos em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, além de restringir sua capacidade de pagar dividendos caso encontre-se em descumprimento de qualquer obrigação prevista em referidos contratos. A Companhia não pode garantir que, no futuro, será capaz de atender às exigências necessárias para efetuar o pagamento de dividendos.

A captação de recursos adicionais por meio da emissão de novas ações, inclusive no contexto de uma oferta pública, poderá diluir a participação acionária dos investidores na Companhia.

A Companhia poderá captar recursos por meio de aumentos de capital para subscrição pública ou privada de ações ou títulos de dívida conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que poderá resultar na diluição da participação acionária de tais acionistas na Companhia no momento da emissão das novas ações.

Os negócios da Companhia poderão ser prejudicados pelo seu nível de endividamento

A Companhia possui um nível expressivo de endividamento e pode aumentar ainda mais este nível de endividamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado de empréstimos financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 61.123,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 38,3% denominado em Reais e 61,7% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,24% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,21x em 31 de dezembro de 2024, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,28x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 22.519,5 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 13,7% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 86,3% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 61.123,6 milhões sendo, aproximadamente, 38,3% em reais (ou R\$ 23.389,4 milhões), e 61,7% em outras moedas (ou R\$ 37.734,2 milhões), enquanto 75,6% do faturamento estava atrelado a outras moedas que não ao Real.

Em 31 de dezembro de 2024, 13,7% da dívida da Companhia vence no curto prazo, equivalente a R\$ 8.352,8 milhões (que inclui a parcela de curto prazo de empréstimos e financiamentos, juros e principal

de debêntures); e 86,3% da dívida da Companhia vence no longo prazo, equivalente a R\$ 52.770,8 milhões (que inclui a parcela de longo prazo de empréstimos e financiamentos e o principal de debêntures).

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço que desejarem.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A saída de capital estrangeiro do país em períodos de crise econômica pode afetar negativamente o preço das ações de Companhias listadas na B3.

O preço de mercado das ações de emissão da Companhia pode também ser negativamente afetado por diversas razões exógenas ao desempenho da Companhia, como, por exemplo, crises econômicas, mudanças nas taxas de juros, controle no câmbio, restrições a remessas ao exterior, variações cambiais, inflação, liquidez no mercado doméstico financeiro, de capitais e de empréstimos, política fiscal e regime tributário além de outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento integral das leis de proteção de dados, inclusive pela aplicação de multas e outros tipos de sanções A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares dos dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições.

Ainda, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD, que na data de elaboração deste documento ainda não havia iniciado as atividades.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (artigos 52, 53 e 54), que entrou em vigor em 1º de agosto de 2021.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos, desde sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da completa estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, estará sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD, impactando negativamente sua condição financeira, aumentando consequentemente os riscos.

A Companhia pode ser alvo de aplicação de penalidades ou indenizações por falhas na proteção dos dados pessoais e inadequação à legislação, conforme previsto em lei que poderão afetar

negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor das suas ações, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que foram introduzidas e incertezas quanto à interpretação da nova legislação pelas autoridades governamentais, o que poderia causar um efeito substancialmente negativo nos resultados da Companhia, comprometendo sua capacidade de pagar suas obrigações.

As operações da Companhia dependem da reputação de sua marca, qualquer dano à sua imagem e reputação podem produzir efeitos adversos em seus resultados.

O sucesso da Companhia depende, entre outros fatores, de sua capacidade de manter e aperfeiçoar a imagem e reputação da sua marca perante consumidores e fornecedores. Manter uma marca forte é essencial. Eventos que prejudiquem de modo relevante a marca da Companhia podem causar efeito negativo relevante sobre seus negócios e situação financeira.

A marca da Companhia desempenha um papel relevante na manutenção do seu crescimento e de sua posição competitiva. Conseqüentemente, os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento de sua marca.

Além disso, a marca da Companhia e sua identidade corporativa podem sofrer desgastes e depreciação perante o mercado consumidor na hipótese de ocorrências ou eventos que impactem negativamente sua reputação e/ou imagem. A Companhia também pode ser alvo de publicidade negativa em caso de ações inapropriadas de seus fornecedores (e.g., violações de normas de segurança de produtos, normas socioambientais, de trabalho ou uso de trabalho infantil ou trabalho em condições análogas à de escravo, corrupção entre outras).

Qualquer dano à imagem e reputação da Companhia poderá resultar na redução do volume das vendas e/ou da receita, impactando negativamente os seus resultados operacionais e financeiros, impactando negativamente o desempenho financeiro, e, por conseqüência, podendo ocasionar perdas financeiras aos acionistas e detentores de dívidas da Companhia.

(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Os interesses do acionista controlador da Companhia poderão ser conflitantes com os interesses de seus investidores.

O acionista controlador da Companhia, possui poderes para, entre outras atribuições, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas de que não seja parte, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que poderiam ser conflitantes com os interesses dos seus investidores e causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia

Investigações de atos de corrupção envolvendo a Companhia, o presidente do seu Conselho de Administração e o acionista controlador, além de outros conselheiros, diretores e funcionários, bem como quaisquer alegações, acusações, processos ou acordos relacionados podem ter um efeito adverso na Companhia

A Companhia pode ser material e adversamente afetada, inclusive do ponto de vista reputacional, como conseqüência do envolvimento, ou do alegado envolvimento, conforme o caso, da Companhia, do presidente do seu Conselho e acionista controlador, Sr. Marcos Molina, ou de quaisquer dos seus conselheiros, diretores ou funcionários em investigações ou processos que investiguem alegações de atos de corrupção.

O Ministério Público Federal (MPF) do Brasil, juntamente com a Polícia Federal do país, investigou a Companhia e o Sr. Molina no âmbito de operações deflagradas pela Polícia Federal por supostas alegações de corrupção e improbidade, dentre as quais destaca-se a Operação Cui Bono.

A Operação Cui Bono investigou supostos esquemas de pagamentos, por parte de diversas empresas brasileiras, a agentes públicos em troca de benefícios indevidos na obtenção de aprovações de empréstimos por parte de certas instituições financeiras estatais. A respeito da citada operação (i) a ação penal que apurou os fatos da denúncia foi trancada por falta de justa causa e (ii) foi proposta Ação Civil de Improbidade Administrativa contra a Companhia e o Sr. Marcos Molina, em dezembro de 2019, para investigação de eventual dano causado ao erário no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), que, atualizado pela SELIC até a data da propositura da referida ação, equivale a, aproximadamente, R\$ 162,7 milhões.

O Sr. Marcos Molina firmou junto ao Ministério Público Federal, Termo de Compromisso de Reparação, por meio do qual, sem assunção de culpa ou responsabilidade em qualquer esfera, obrigou-se ao pagamento de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), tendo sido o referido termo homologado pelo MM. Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, em 15.5.2018, sendo que o valor previsto no acordo e efetivamente pago poderá ser levado em consideração oportunamente, em caso de eventual condenação da Companhia no âmbito da referida Ação Civil de Improbidade Administrativa.

Esta e futuras investigações, bem como os seus resultados, podem causar um impacto adverso na Companhia, sobre sua imagem e reputação, bem como sobre a imagem e reputação das pessoas físicas nela envolvidas, incluindo o Sr. Molina. Caso a imagem pública ou a reputação de tais pessoas sejam prejudicadas como resultado destes ou de outros fatos, a imagem pública, os resultados, operações e preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderão ser negativamente afetados.

(c) aos acionistas da Companhia

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus acionistas, exceto aqueles mencionados no item (b) acima.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia é controladora da BRF S.A., empresa com ações negociadas na B3 e na NYSE e deveres e obrigações similares às da Marfrig – Para acessar a documentação e outras informações da Companhia: <https://ri.brf-global.com/>

(e) aos fornecedores da Companhia

A Companhia não está sujeita a riscos relevantes decorrentes de seus fornecedores.

(f) aos clientes da Companhia

A Companhia é dependente de um número pequeno de grandes clientes.

No ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, as vendas para nossos dez principais clientes representaram aproximadamente 19,2% de nossas vendas líquidas, em comparação com aproximadamente 16,6% no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023. Além disso, muitos de nossos clientes geralmente fazem pedidos de produtos conforme a necessidade e, como resultado, seus níveis de pedidos variaram de período para período no passado e podem variar significativamente no futuro. A perda de qualquer um dos nossos maiores clientes e a incapacidade de garantir negócios substitutos teriam um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, muitos dos clientes da Companhia costumam fazer pedidos de produtos conforme a sua necessidade (as-needed basis) e, com isso, seus volumes de pedidos variaram entre os diversos períodos de anos anteriores e poderão variar significativamente no futuro. A perda de qualquer um dos seus grandes clientes e a incapacidade de assegurar negócios substitutos teria um efeito adverso sobre o negócio, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Mudanças nas preferências do consumidor poderão afetar negativamente os negócios da Companhia.

Em geral, a indústria alimentícia está sujeita a tendências, demandas e preferências dos consumidores. Os produtos da Companhia concorrem com outras fontes de proteínas, inclusive peixes e proteínas de origem vegetal. As tendências do setor alimentício mudam frequentemente e a Companhia pode não conseguir prever, identificar ou reagir a essas mudanças de tendências. A incapacidade da Companhia de prever, identificar e reagir a tais mudanças pode acarretar a redução da demanda e dos preços de seus produtos, o que, por sua vez, pode causar um efeito adverso relevante sobre o seu negócio, sua situação financeira e resultados operacionais.

Percepções negativas contínuas e a falha em satisfazer as preferências do consumidor podem afetar material e adversamente as vendas de produtos, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

A Companhia enfrenta forte concorrência de empresas nacionais e estrangeiras na produção, industrialização e venda de seus produtos nos mercados em que atua.

Os mercados em que a Companhia opera são altamente competitivos. A Companhia enfrenta forte concorrência na produção, industrialização e comercialização de seus produtos com relação a custo e qualidade da matéria prima e mão de obra. Além disso, os produtos da Companhia concorrem com uma série de outras fontes de proteínas, entre elas peixes e proteínas de origem vegetal.

Os principais fatores de concorrência na indústria transformadora de proteínas animais são (i) eficiência operacional, (ii) disponibilidade, qualidade e custo das matérias primas e da mão de obra, (iii) disponibilidade de recursos financeiros, e (iv) outros tais como preço, qualidade, segurança alimentar, distribuição dos produtos, inovações tecnológicas e fidelidade à marca. A capacidade da Companhia de ser um concorrente eficaz depende da sua capacidade de competir com base nestas características. Adicionalmente, alguns dos concorrentes da Companhia possuem mais recursos financeiros e portfólios de produtos e clientes mais diversificados que a Companhia. Caso a Companhia não tenha êxito em manter sua posição competitiva no mercado, ela poderá enfrentar uma redução em sua participação de mercado, o que poderá, por sua vez, afetar negativamente os resultados de suas operações e valor de seus valores mobiliários.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

A Companhia está sujeita a uma vasta legislação e regulamentação governamental nos Estados Unidos, Brasil e em todos os mercados em que opera, bem como nos países para os quais exporta seus produtos.

A principal atividade comercial da Companhia – a produção, processamento e comercialização de produtos alimentícios, nos mercados doméstico e de exportação – e suas instalações estão sujeitas a leis e regulamentos federais, estaduais e municipais pertinentes a cada um dos mercados em que opera, bem como a regulamentos e inspeções relacionadas ao processamento, acondicionamento, armazenagem, distribuição, publicidade e rotulagem.

Os produtos da Companhia são frequentemente inspecionados por oficiais de segurança alimentícia nacionais e estrangeiros. Qualquer reprovação de conformidade nessas inspeções poderá resultar:

- (i) no retorno total ou parcial de um carregamento ao seu país de origem, (ii) na destruição total ou parcial do carregamento ou (iii) em custos relativos a atrasos na entrega dos produtos aos clientes da Companhia. Todos esses fatores podem causar impactos negativos e materiais nos resultados da Companhia. Adicionalmente, alterações em regulamentos governamentais relativos às principais atividades comerciais da Companhia em países em que opera e em países para os quais realiza exportações podem aumentar significativamente o ônus da Companhia, incluindo exigências de realização de investimentos adicionais ou outros custos não previstos para atender a especificações necessárias para os produtos, os quais podem causar um impacto negativo e material na Companhia.

Leis e regulamentos ambientais podem vir a exigir investimentos adicionais para o regular funcionamento das atividades da Companhia, e o descumprimento de tais leis e regulamentos pode resultar em penalidades criminais e administrativas.

A Companhia, nos diversos mercados e países onde atua, está sujeita a diversas leis, regulamentos, autorizações e licenciamentos nas esferas federais, estaduais e municipais, tais como o licenciamento das atividades exercidas, manuseio e descarte de resíduos, emissão de poluentes no ar, água e solo, captação de água e remediação de áreas contaminadas. Todas essas regulamentações, e exigências legais têm o poder de afetar os negócios da Companhia caso essa não seja capaz de cumprir com os seus termos. No Brasil, a Companhia deve ainda preservar determinadas áreas de todas as propriedades rurais em que ela ou seus parceiros realizam atividades. Tais propriedades rurais devem estar registradas no Cadastro Ambiental Rural ("CAR"). A Companhia possui propriedades e atividades que não estão em conformidade com estas leis e regulamentos ambientais e qualquer descumprimento a tais leis e regulamentos e falta de autorização ou licença pode resultar em penalidades civis, administrativas e criminais.

No Brasil, o eventual descumprimento na esfera administrativa pode resultar em multas, que podem chegar a R\$50 milhões, e outras penalidades, como o cancelamento de autorizações ou a revogação de licenças ambientais, suspensão das atividades, além de publicidade negativa e da responsabilidade pela reparação de danos ambientais na esfera civil.

Adicionalmente, segundo a maior parte das legislações ambientais, tais como a lei norte-americana Comprehensive Environmental Response, Compensation and Liability Act e leis estaduais análogas, a Companhia pode ser considerada responsável pelos custos de investigação ou remediação de qualquer contaminação em suas propriedades ou naquelas em que opera, ou com relação às quais a Companhia gerencia o descarte ou tratamento de substâncias perigosas, independentemente de culpa.

Tendo em vista a possibilidade de futuras medidas regulatórias não previstas ou outros acontecimentos, principalmente em relação ao aumento da rigidez das leis ambientais no Brasil, nos Estados Unidos e em outros mercados domésticos em que a Companhia opera, o valor e cronograma de futuros dispêndios necessários para manutenção de conformidade podem aumentar em relação aos níveis atuais e afetar negativamente a disponibilidade de recursos para investimentos e outros fins. O cumprimento das regras existentes ou novas leis e regulamentos ambientais pode resultar no aumento de custos e despesas da Companhia.

Quaisquer deteriorações das relações trabalhistas da Companhia podem afetar adversamente seu negócio.

A Companhia depende do uso intensivo de mão de obra em suas atividades. A maioria de seus trabalhadores está representada por sindicatos e os seus contratos de trabalho são regulados por acordos coletivos de trabalho. Quando do término dos acordos coletivos de trabalho ou outros acordos de trabalho vigentes, a Companhia poderá não ser capaz de negociar acordos sindicais nos mesmos termos e, adicionalmente, grupos de funcionários atualmente não sindicalizados podem buscar representação no futuro, o que pode resultar em aumento de custos, piora nas relações de trabalho, retardamentos ou paralizações do trabalho, os quais podem ter um efeito substancialmente negativo nos resultados da Companhia.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos países em que atua e para os quais exporta.

Além de nossas operações nos Estados Unidos e no Brasil, também temos operações na Argentina, no Chile e no Uruguai. As vendas no exterior representam uma parte significativa de nossas vendas líquidas, correspondendo a 32,8% de nossas vendas líquidas totais no ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 32,0% de nossas vendas líquidas totais no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados às condições políticas, econômicas e sociais nos mercados domésticos dos países em que opera e em seus principais mercados de exportação. A Companhia pode ser afetada adversamente por restrições comerciais, alterações nas políticas fiscais, requisitos para licenciamento e autorizações e outros fatores que estão fora de seu controle nesses mercados, tais como:

- a interferência dos governos locais em políticas econômicas;
- instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização das moedas locais;
- deterioração das condições econômicas;
- inflação e taxa de juros;
- controles externos e restrições às remessas para o exterior;
- legislação e políticas fiscais;
- consequências negativas resultantes de mudanças regulatórias;
- a dificuldade e custos relativos ao cumprimento das leis, tratados e regulamentos;
- custos de distribuição, interrupção em transporte e redução na disponibilidade de frete;
- liquidez no mercado financeiro e de capitais;
- expropriação e nacionalização de empresas privadas e interferência governamental em suas operações;
- aumentos salariais definidos pelos governos locais e mudanças nas leis trabalhistas;
- adoção de regulamentação sanitárias;
- alterações nas leis e regulamentações socioambientais; e
- demais mudanças políticas, sociais e econômicas nos mercados domésticos nos países em que a Companhia opera ou nos seus principais mercados de exportação.

A ocorrência de qualquer um desses riscos, bem como outros fatores que afetem as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados domésticos dos países onde a Companhia atua ou seus principais mercados de exportação poderá afetar negativa e materialmente os resultados da Companhia.

Restrições comerciais mais severas nos principais mercados de exportação podem impactar negativamente a Companhia.

Devido à crescente participação de mercado de produtos brasileiros de carne bovina em mercados internacionais, exportadores brasileiros têm sido cada vez mais afetados por medidas impostas por países importadores que visam proteger produtores locais. A competitividade das empresas brasileiras levou alguns países a criarem obstáculos comerciais, limitando o acesso de empresas brasileiras aos seus mercados ou até mesmo a oferecerem subsídios aos produtores locais. Alguns países impõem quotas sobre os produtos brasileiros de carne bovina e adotam medidas protecionistas que podem

afetar negativamente as exportações da Companhia. A National Beef poderá, no futuro, sofrer com barreiras comerciais similares em países como Japão, México, Coréia do Sul, Hong Kong, China, Taiwan, Itália e Canadá, os principais destinos das suas exportações.

Qualquer das referidas restrições pode afetar o volume de exportações da Companhia e, consequentemente, suas receitas operacionais (dos mercados de exportação) e condições financeiras. No caso de barreiras comerciais criadas recentemente nos principais mercados de exportação da Companhia, pode ser difícil realizar a venda dos produtos em outros mercados em condições favoráveis, o que pode causar um impacto negativo e substancial na Companhia.

(j) questões socioambientais

As atividades da Companhia estão sujeitas a riscos relacionados à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

A Companhia enfrenta, no contexto de sua operação, riscos inerentes à operação industrial das fábricas, relacionados especialmente às questões ambientais e de segurança do trabalhador. Eventuais falhas em observar aspectos ambientais nas operações podem gerar passivos que onerem a Companhia pela autuação dos órgãos competentes, sanções criminais, bem como pela necessidade de investimentos para reparação dos danos.

Além disso, os trabalhadores da Companhia estão expostos a riscos relacionados à segurança do trabalho nas suas operações. A inobservância de situações de perigo, a ausência de equipamentos de proteção individual e coletiva, assim como a fadiga e cansaço dos trabalhadores podem resultarem acidentes de trabalho com ônus humano e material para a Companhia.

Na cadeia de fornecedores, a Companhia também enfrenta riscos de caráter socioambiental, como a eventual associação da Companhia com fornecedores que possuam práticas que desrespeitem os direitos humanos (trabalho escravo ou análogo; desrespeito aos direitos indígenas e de minorias), ou ainda que utilizem áreas ambientalmente protegidas sem autorização e áreas embargadas não propriamente divulgadas. A associação da Companhia a esses fornecedores pode traduzir-se em perda de valor da marca da Companhia por impactos a sua imagem, distrato com clientes significativos e comprometimento no abastecimento de matéria-prima. Este risco indireto da Companhia tem o potencial de afetar a capacidade de atender mercados e concretizar sua estratégia de expansão. Além disso, há o risco de a Companhia ser considerada solidariamente responsável com tais fornecedores pela reparação de danos ambientais que tenham causado, bem como de, teoricamente, se expor a autuações, de modo que a Companhia não pode garantir que seus fornecedores estejam em cumprimento com todas as legislações que lhe são aplicáveis.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam o setor alimentício em geral, inclusive riscos de contaminação e deterioração de alimentos, envolvendo questões nutricionais e de saúde, processos por consumidores relativos aos produtos, interferência em produtos, possibilidade de falta e custo do seguro por responsabilidade e o custo e interrupção por potencial recall de produto. O consumo de produtos adulterados, contaminados ou vencidos pode causar doença ou dano pessoal. Quaisquer riscos à saúde, reais ou percebidos, associados aos produtos da Companhia, incluindo qualquer publicidade negativa sobre tais riscos, podem causar desconfiança nos clientes com relação a segurança e qualidade desses produtos, reduzindo o nível de consumo dos mesmos, o que pode afetar negativa e materialmente a Companhia.

Ainda a Companhia pode estar sujeita a demandas ou processos relacionados a doenças ou danos reais ou supostos, o que pode afetar negativamente seus negócios, independentemente do resultado final. O setor de atuação da Companhia pode enfrentar a publicidade negativa caso os produtos de outros produtores sejam contaminados, o que pode levar à redução da procura dos consumidores pelos produtos da Companhia na categoria afetada. A Companhia mantém sistemas destinados a atender a regulamentos de segurança alimentar; no entanto, os sistemas para o atendimento a regras governamentais podem não ser totalmente eficazes para atenuar os riscos ligados à segurança

alimentar. Qualquer contaminação de produtos pode ter um efeito materialmente adverso na condição financeira, resultados das operações e fluxo de caixa da Companhia.

(k) riscos macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e de nossas controladas.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevêê-las.

Os negócios da Companhia, a situação econômico-financeira e os seus resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política e outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto a implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por Companhias brasileiras. As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e sua análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de Companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.).

Consequentemente a incerteza sobre se o Governo Federal vai conseguir aprovar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e no Governo Federal. A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e com ações contra seu sucessor e sua equipe. As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Os esforços do Governo Federal para combater a inflação podem dificultar o crescimento da economia brasileira e prejudicar os negócios da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou taxas extremamente altas de inflação e, como resultado, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas de juros reais do mundo. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis para o sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O Banco Central reduziu e aumentou ativamente a taxa básica de juros (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), em resposta às condições econômicas e de mercado. Ao final de 2024, a taxa SELIC era de 12,25%.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem ter efeitos significativos na economia brasileira e nos negócios da Companhia. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do Governo Federal e do Banco Central e reduções nas taxas de juros podem desencadear aumentos na inflação e, consequentemente, volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros, que podem afetar negativamente os negócios da Companhia. Além disso, a Companhia pode não conseguir ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard&Poor's, Moody's e Fitch.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio e a desvalorização do real podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira foi desvalorizada periodicamente no passado em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, desvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes varia diariamente ou mensalmente, sistemas de câmbio flutuante, controles de câmbio entre outros. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar americano e outras moedas. Por exemplo, durante a crise financeira de 2010, a taxa de câmbio do dólar atingiu a marca de R\$1,66 por US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de câmbio era de R\$6,1917 por US\$1,00.

Desvalorizações do real em relação ao dólar americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, levar a aumentos nas taxas de juros, limitar o acesso da Companhia a mercados financeiros estrangeiros e estimular a adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal brasileiro. Por outro lado, a valorização do real em relação ao dólar americano pode levar a uma deterioração da conta corrente e da balança de pagamentos do Brasil e causar uma diminuição das exportações brasileiras. Qualquer um dos desenvolvimentos pode afetar negativamente a economia brasileira como um todo e, consequentemente, os resultados operacionais da Companhia e o preço dos seus valores mobiliários.

Além disso, a maioria das exportações da Companhia são denominadas em dólares americanos. Quando o real se deprecia em relação ao dólar, as receitas de vendas de exportação aumentam, assumindo que os preços de produtos da Companhia no mercado internacional permaneçam constantes. Por outro lado, quando o real se valoriza em relação ao dólar americano e os preços do mercado internacional para os produtos da Companhia permanecem constantes, as receitas com as vendas de exportação diminuem. Essa variação ocorre porque muitos dos clientes da Companhia pagam pelos produtos de exportação em dólares americanos, mas a Companhia mantém seus registros contábeis em reais. Além disso, os contratos financeiros da Companhia contêm *covenants* financeiros que exigem a manutenção de certos índices. Uma desvalorização súbita e material do real em relação ao dólar americano pode resultar na incapacidade da Companhia de cumprir tais índices em alguns de seus contratos financeiros. Assim, alterações nas taxas de câmbio podem resultar em perdas ou ganhos nas vendas e dívidas denominadas em dólar da Companhia.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e em países emergentes, podem afetar adversamente o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia.

O preço de mercado dos valores mobiliários das empresas brasileiras é afetado em graus variados pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos e outros países da América Latina e mercados emergentes. As reações dos investidores aos desenvolvimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no preço de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Crises nos Estados Unidos e países de mercados emergentes ou políticas econômicas de outros países podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiar as operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A economia do Brasil permanece vulnerável a choques externos, incluindo aqueles que podem ser causados por dificuldades econômicas significativas de seus principais parceiros comerciais regionais ou por efeitos gerais de "contágio", que podem ter um efeito adverso relevante na economia brasileira e na Companhia.

As crises econômicas globais e a instabilidade relacionada no sistema financeiro internacional tiveram no passado e podem continuar tendo no futuro um efeito negativo no crescimento econômico no Brasil. As crises econômicas globais reduzem a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e expansão das operações comerciais em todo o mundo. Enquanto o Brasil exporta uma parcela diversificada de produtos, tanto em quantidade de produtos quanto de destinos, em relação aos seus pares, um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de

qualquer um dos principais parceiros comerciais do Brasil, como União Europeia, China ou Estados Unidos, pode ter um impacto adverso relevante nas exportações e na balança comercial do Brasil e afetar adversamente o crescimento econômico do Brasil.

Além disso, como as reações dos investidores internacionais aos eventos que ocorrem em um país emergente às vezes produzem um efeito de “contágio”, no qual toda uma região ou classe de investimento é desfavorecida pelos investidores internacionais, o Brasil pode ser adversamente afetado por fatores econômicos ou financeiros negativos em outros países. Tais desenvolvimentos podem afetar a economia brasileira no futuro e, conseqüentemente, os resultados.

Guerras podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e na economia brasileira

Os investidores internacionais consideram geralmente o Brasil como um mercado emergente. Historicamente, a ocorrência de fatos adversos em economias em desenvolvimento resultou na percepção de um maior risco pelos investidores do mundo, incluindo investidores dos Estados Unidos e de países europeus. Tais percepções em relação aos países de mercados emergentes afetaram significativamente o mercado de capitais brasileiro e a disponibilidade de crédito no Brasil, tanto de fontes de capital nacionais como internacionais.

Nesse sentido, o Brasil poderá ser impactado pela ocorrência de eventos internacionais, que incluem a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, o recente conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, bem como crises econômicas na Europa e em outros países, que afetam a economia global, produzindo uma série de efeitos que impactam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de sociedades cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação.

Além da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, em 07 de outubro de 2023, o grupo extremista Hamas bombardeou Israel. Em resposta aos ataques, o primeiro-ministro de Israel, Benjamim Netanyahu, declarou que o país está em estado de guerra. Recentemente, esse conflito tomou proporções ainda maiores, com novos ataques envolvendo o Hamas e Israel. Os desdobramentos desse conflito podem influenciar o preço de combustíveis fósseis, encarecendo a produção e os custos logísticos da produção agroindustrial. Tais acontecimentos podem ensejar a valorização do dólar, acarretando possíveis impactos negativos para a cadeia produtiva agroindustrial, tanto por falta de insumos bem como das sanções econômicas impostas, afetam a economia e o mercado de capitais global, podendo impactar negativamente a economia brasileira e o mercado de capitais brasileiro.

1º Desenvolvimentos adversos em relação à saúde e à segurança de alimentos e/ou à publicidade dos mesmos poderão aumentar os custos das operações ou reduzir a demanda pelos produtos da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam o setor alimentício em geral, inclusive riscos de contaminação e de deterioração de alimentos, envolvendo questões nutricionais e de saúde, processos por consumidores, adulteração de produtos, eventual indisponibilidade e despesas com seguros contra responsabilidade e os custos potenciais e consequências negativas de eventual *recall* de produtos. O consumo de produtos adulterados, contaminados ou vencidos pode causar doenças ou danos pessoais. Quaisquer riscos para a saúde, reais ou percebidos, associados aos produtos da Companhia, incluindo qualquer publicidade negativa sobre tais riscos, podem provocar a perda da confiança dos clientes na segurança e qualidade desses produtos, reduzindo seu nível de consumo, o que pode afetar negativa e materialmente a Companhia. Em março de 2017, por exemplo, a Operação Carne Fraca da Polícia Federal contra a indústria de proteínas pode ter contribuído com a redução temporária da demanda por carne bovina no mercado brasileiro após a percepção pública de riscos à saúde e de baixos padrões de qualidade.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a demandas e processos relacionados a doenças e outros danos reais ou alegados, o que pode afetar negativamente sua reputação e, consequentemente, seus negócios, independente do resultado final. O setor de atuação da Companhia pode enfrentar publicidade negativa caso os produtos de outros produtores sejam contaminados, o que pode resultar na redução da procura dos consumidores pelos produtos da Companhia na categoria afetada.

Além disso, os sistemas da Companhia destinados a atender a regulamentos de segurança alimentar podem não ser totalmente eficazes para protegê-la de riscos ligados à segurança alimentar. Qualquer contaminação de produtos pode ter um efeito materialmente negativo na situação financeira, resultados e fluxo de caixa da Companhia.

2º Flutuações nos preços de commodities e disponibilidade de matéria prima, especialmente de gado vivo e outros recursos, podem afetar negativamente os resultados, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os resultados das operações e a condição financeira da Companhia, bem como o preço dos seus produtos, dependem do custo e da oferta de *commodities* e de matérias-primas, tais como bovinos, materiais de embalagem e energia. A produção e o preço destas *commodities* são determinados por forças variáveis de mercado relacionadas ao equilíbrio entre oferta e demanda, sobre as quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle. Tais fatores incluem, entre outros, condições climáticas globais, ocorrências de doenças, níveis globais de oferta de estoques e demanda por matérias-primas, bem como políticas agrícolas e de energia de governos locais e estrangeiros. Além disso, a volatilidade dos custos das *commodities* impacta diretamente a sua margem bruta e lucratividade da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de elevar suficientemente os preços dos seus produtos de maneira a compensar o aumento dos custos de matérias-primas, seja devido à sensibilidade dos seus consumidores aos preços ou à estratégia de precificação dos seus concorrentes. Adicionalmente, caso a Companhia aumente seus preços para compensar o aumento de custos, a Companhia poderá sofrer com a diminuição na demanda, levando a uma redução do volume de vendas.

Por outro lado, uma diminuição nos custos com commodities e outros insumos pode criar uma pressão para redução dos preços da Companhia. Com o tempo, caso a Companhia não consiga precificar os seus produtos de forma a cobrir aumentos de custos e de compensar aumentos de custos operacionais com ganhos de eficiência, a volatilidade ou o aumento de preços de commodities e matérias-primas pode vir a afetar material e negativamente a lucratividade, condição financeira e resultado operacional da Companhia.

3º Os negócios da Companhia poderão ser prejudicados pelo seu nível de endividamento

A Companhia possui um nível expressivo de endividamento e pode aumentar ainda mais este nível de endividamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 61.123,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2023,

o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 38,3% denominado em Reais e 61,7% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,24% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,21x em 31 de dezembro de 2024, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,28x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 22.519,5 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 13,7% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 86,3% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento bruto da Marfrig era de R\$ 61.123,6 milhões sendo, aproximadamente, 38,3% em reais (ou R\$ 23.389,3 milhões), e 61,7% em outras moedas (ou R\$ 37.734,3 milhões), enquanto 75,6% do faturamento estava atrelado a outras moedas que não ao Real.

Em 31 de dezembro de 2024, 13,7% da dívida da Companhia vence no curto prazo, equivalente a R\$ 8.352,8 milhões (que inclui a parcela de curto prazo de empréstimos e financiamentos, juros e principal de debêntures); e 86,3% da dívida da Companhia vence no longo prazo, equivalente a R\$ 52.770,8 milhões (que inclui a parcela de longo prazo de empréstimos e financiamentos e o principal de debêntures).

Para refinaranciar a dívida a vencer, a Companhia pode buscar novos empréstimos e financiamentos ou recursos de outras fontes, tais como emissão de ações (aumento de capital) ou venda de ativos. Caso as estratégias para obtenção de recursos não forem bem-sucedidas, ou ainda, caso a Companhia não consiga vender seus ativos em condições favoráveis, a Companhia pode não ser capaz de fazer investimentos necessários em seus negócios, o que pode reduzir as vendas futuras e afetar de forma negativa a sua rentabilidade e posição financeira. Além disso, as fontes de recursos necessários para cumprir com as obrigações de dívida da Companhia e aumento de juros podem reduzir os recursos disponíveis para a manutenção dos níveis atuais de operação da Companhia, prejudicando significativamente os negócios da Companhia.

Caso a Companhia não consiga refinaranciar sua dívida de curto prazo ou caso o fluxo de caixa das operações não cresça conforme esperado, ou ainda, caso tal fluxo de caixa diminua significativamente, a Companhia poderá não ser capaz de cumprir suas obrigações.

4º As operações societárias realizadas pela Companhia podem ter um efeito adverso.

A Companhia realiza operações societárias com frequência. Nos últimos anos, a Companhia realizou importantes movimentos societários: (i) a aquisição da National Beef, nos Estados Unidos; (ii) a venda da Keystone para a Tyson, nos Estados Unidos; (iii) a compra da Quickfood, na Argentina;

A Companhia, em uma estratégia de complementariedade comercial, investiu ao longo de 2021 e 2022 aproximadamente R\$ 6,9 bilhões em ações da BRF (BRF S.A.), o que representa 33,20% do capital social da empresa. Essa participação colocou a Companhia em posição de maior acionista individual da BRF.

Em fevereiro de 2022, após investimentos de aproximadamente R\$9 bilhões na empresa, a Companhia indicou uma chapa para compor o novo Conselho de Administração da BRF, que foi eleita em março de forma majoritária para liderar a administração da Companhia. Com a aprovação do novo Conselho de Administração da BRF S.A, indicada pela Marfrig Global Foods S.A, a Companhia passou a deter controle da BRF S.A a partir de 1º de abril de 2022.

Com a aprovação do novo Conselho de Administração da BRF S.A, indicada pela Marfrig Global Foods S.A, a Companhia passou a deter controle da BRF S.A a partir de 1º de abril de 2022.

Em agosto de 2022, Miguel Gularte foi indicado e assumiu como o novo CEO da BRF.

Em julho de 2023, a BRF comunicou ao mercado o encerramento oferta de ações ao mercado (follow-on) onde foram subscritas e integralizadas 600.000.000 (seiscentas milhões) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), ao preço de R\$ 9,00 (nove reais) por ação, perfazendo o montante total de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos milhões de reais). A Companhia, no âmbito desta oferta, investiu aproximadamente R\$ 1,8 bilhão para manutenção de sua participação.

Durante o processo de aumento de capital e revisão do estatuto social, foi votado e aprovado pela maioria dos acionistas a supressão da cláusula “poison pill” que limitava a Marfrig fazer qualquer aumento de participação no capital social da Companhia.

Em paralelo a operação de follow-on da BRF, a Companhia anunciou ao mercado uma operação de aumento de capital privado que foi concluída em setembro de 2023. Foram subscritas e integralizadas 300.000.000 (trezentas milhões) de Ações, representando 100% (cem por cento) das Ações objeto do Aumento de Capital, ao preço de emissão de R\$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por Ação, totalizando R\$ 2.163.000.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e três milhões de reais), tendo sido totalmente destinado à conta de capital social da Companhia. A operação teve como principal objetivo a recomposição de caixa após o investimento descrito acima e o curso normal de suas atividades. Após esse movimento, a Companhia investiu aproximadamente R\$ 3 bilhões para elevar sua participação de 33,27% para 50,06% conforme comunicação de 28 de dezembro de 2023. Também em 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A.

Os Ativos objetos da transação são os seguintes:

(1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas

(2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes;

(3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e

(4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7,5 bilhões, sendo um sinal de R\$ 1,5 milhão recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6,0 bilhões, que será pago no fechamento da operação.

No final de setembro de 2024, o CADE aprovou a venda dos ativos no Brasil, Argentina e Chile, e em 28 de outubro, a Marfrig comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi concluída a entrega destes ativos. Com o fechamento desta transação, a Companhia recebeu na mesma data, o valor de R\$ 5,7 bilhões, totalizando o preço de alienação de R\$ 7,2 bilhões, considerado o valor de R\$ 1,5 bilhão recebido a título de sinal, na data de assinatura. O preço ainda está sujeito ao mecanismo de ajuste pós fechamento previsto no Contrato.

A transação de venda dos ativos do Uruguai permanece sobre avaliação dos órgãos competentes do país e sua definição está sujeita as aprovações de praxe nesse tipo de negociação. O preço atribuído de alienação dos Ativos Uruguai foi de R\$ 675 milhões, ajustado por cláusulas contratuais.

Operações futuras a serem analisadas e eventualmente realizadas pela Companhia podem incluir, entre outras, planos de recompra de ações, reestruturações societárias, fusões e aquisições, entre outras. Não é possível garantir o sucesso da operação da BRF, concretização da operação de otimização de ativos e quaisquer outras operações no futuro, o que pode afetar negativamente a Companhia e sua condição financeira.

Além disso, a Companhia pode ser adversamente afetada após o fechamento de operações societárias, inclusive em razão de ajuste de preço pós-fechamento.

5º O descumprimento, pela Companhia, dos contratos financeiros dos quais é parte pode afetá-la de forma adversa.

Os contratos que regem a maior parte das dívidas da Companhia contêm cláusulas de *cross-default* ou vencimento antecipado que preveem que a infração a uma das obrigações de dívida pode ser considerada como uma infração às demais obrigações de dívida ou pode resultar no vencimento antecipado dessa dívida. Portanto, uma infração a qualquer uma das obrigações de dívida da Companhia pode tornar as demais obrigações de dívida imediatamente devidas, o que, por sua vez, terá um efeito negativo sobre a Companhia. A Companhia não pode garantir a eficácia de tais procedimentos na prevenção de descumprimentos futuros.

Determinados financiamentos obtidos incluem cláusulas que impedem a Companhia de obter ou manter dívidas caso o indicador da relação entre dívida líquida e EBITDA (conforme definido em tais cláusulas) supere o limite de 4,75 vezes. Além disso, alguns dos contratos da Companhia preveem restrições com relação à sua capacidade de distribuição de dividendos, vendas de ativos ou até de concessão de garantias a terceiros.

A Companhia está exposta a riscos de mercado oriundos do curso normal de seus negócios. Esses riscos de mercado, que estão fora do controle da Companhia, envolvem principalmente a possibilidade de que alteração nas taxas de juro, taxas de câmbio, inflação e no preço das commodities possam afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou futuros ou fluxo de caixa e ganhos futuros.

Riscos de mercado Risco de taxa de câmbio

Uma parcela substancial da dívida da Companhia é denominada em dólares norte-americanos, o que a expõe ao risco de taxa de câmbio de moedas estrangeiras. Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição a qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar norte-americano em relação ao real.

Em relação ao fluxo de caixa, a exposição cambial deste representa toda a exposição líquida do caixa operacional projetado e oriundo de transações em moeda estrangeira.

O quadro a seguir demonstra a posição dos ativos e passivos monetários da Companhia que estão atrelados a moedas estrangeiras e, por conseguinte, sofrem impactos de flutuações cambiais e afetam o resultado da Companhia:

			Controladora
Descrição	31/12/24	31/12/23	Efeito no resultado Variação cambial 2024
Operacional			
Contas a receber	8.927.853	2.145.630	1.076.465
Importações a pagar	(5.837)	(7.159)	610
Outros	-	-	(2)
Subtotal	8.922.016	2.138.471	1.077.073
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(6.080.636)	(3.617.390)	(1.238.252)
Títulos a pagar e a receber	(4.028)	41.432	24.808
Saldo de bancos e aplicações financeiras ^(a)	714.063	1.929.828	489.022
Subtotal	(5.370.601)	(1.646.130)	(724.422)
Total	3.551.415	492.341	352.651
Variação cambial ativa			3.328.961
Variação cambial passiva			(2.976.310)
Variação cambial líquida			352.651

^(a) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

No decorrer de 2024 a Companhia contratou NDF (Non-Deliverable Forward), não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio sobre suas exportações, conforme composição apresentada abaixo, cujo resultados estão contabilizados nas rubricas “Variação Cambial Ativa” e “Variação Cambial Passiva”.

Exposição de resultado operacional

A gestão da exposição de resultado operacional tem como objetivo proteger as receitas e custos indexados a moedas estrangeiras. A controlada BRF possui modelos internos para mensuração e acompanhamento destes riscos e contrata instrumentos financeiros para proteção, designando as relações como hedge accounting de fluxo de caixa.

A controlada BRF possui mais receitas denominadas em moeda estrangeira do que gastos e, portanto, contrata instrumentos financeiros derivativos para reduzir tal exposição. Os instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting de fluxo de caixa e valor justo para proteção da exposição cambial de resultado operacional.

Em 31 de dezembro de 2024, os valores de hedge de fluxo de caixa (instrumentos derivativos), estão demonstrados na tabela abaixo:

						Consolidado	
Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	Vencimento	Taxa de exercício	Notional	31/12/24 MTM R\$
NDF	Exportações em USD	BRL	USD	1° Tri. 2025	5,6807	USD 105.500	(58.721)
NDF	Exportações em USD	BRL	USD	2° Tri. 2025	5,9204	USD 258.500	(104.650)
NDF	Exportações em USD	BRL	USD	3° Tri. 2025	6,1309	USD 165.000	(54.315)
NDF	Exportações em USD	BRL	USD	4° Tri. 2025	6,4083	USD 82.000	(15.657)
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	1° Tri. 2025	5,9991	USD 479.500	(81.092)
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	2° Tri. 2025	6,2590	USD 90.500	(5.787)
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	3° Tri. 2025	6,4616	USD 42.500	(3.204)
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	4° Tri. 2025	6,5806	USD 20.000	(1.647)
						1.243.500	(325.073)

Instrumentos de hedge nas informações financeiras

Em 16 de dezembro de 2021 foram descontinuadas as relações de hedge de fluxo de caixa, pois os instrumentos de hedge eram instrumentos financeiros não derivativos (empréstimos) e não mais atendiam à estratégia e aos objetivos da Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2023, o empréstimo Bond BRF SA BRFSBZ 3.95, designado como instrumento de proteção de exportações, foi liquidado e o montante de R\$ (548.639), anteriormente acumulado em Outros

Resultados Abrangentes, foi reclassificado ao resultado do exercício na rubrica de Receita Líquida.

Exposição de investimentos

A controlada BRF possui tanto investimentos (ativos líquidos) quanto empréstimos (passivos financeiros) denominados em moeda estrangeira. Para equilibrar os efeitos contábeis, certos passivos financeiros não derivativos são designados como instrumentos de proteção à exposição cambial gerada por tais investimentos.

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros não derivativos designados como hedge accounting de investimento líquido estão demonstrados na tabela abaixo:

					Consolidado	
Hedge de valor justo - Instrumentos não derivativos	Objeto (investimento)	Passivo	Vencimento	Taxa de exercício	Notional	31/12/24 MTM R\$ ^(a)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Federal Foods LLC	USD	3° Tri. 2050	3,7649	USD ^(b)	44.158 (142.067)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	BRF Kuwait food Management Company WLL	USD	3° Tri. 2050	3,7649	USD ^(b)	88.552 (215.832)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Al Khan Foodstuff LLC	USD	3° Tri. 2050	3,7649	USD ^(b)	53.446 (142.392)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	BRF Foods GmbH	USD	3° Tri. 2050	5,1629	USD ^(c)	170.721 (197.505)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Al-Wafi Al-Takamol International for Foods Products	USD	3° Tri. 2050	5,1629	USD ^(c)	23.426 (23.009)
						380.303 (720.805)

^(a) Corresponde à parcela efetiva do resultado do hedge acumulada na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

^(b) Designado em 1º de agosto de 2019.

^(c) Designado em 1º de novembro de 2022.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços, e outras variáveis.

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos a essas variáveis são apresentadas abaixo:

Seleção dos riscos

Em 31 de dezembro de 2024, os principais riscos que podem afetar o valor dos instrumentos financeiros da Companhia são:

- a) Taxa de câmbio US\$/R\$; US\$/GBP, US\$/EUR, US\$/CLP e US\$/AUD;
- b) Taxa de câmbio R\$/EUR, R\$/TRY, R\$/KRW, R\$/PYG, R\$/AOA e R\$/SAR;
- c) Taxa de juros flutuante LIBOR e SOFR;
- d) Taxa de inflação IPCA; e
- e) Taxa de juros CDI e SELIC.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, não reflete na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Seleção dos cenários

O cenário provável da taxa de câmbio dólar-real e outras moedas emergentes e taxa de juros CDI levou em conta os cenários usados para o plano orçamentário da companhia para 2024. A estimativa para o final de 2024 para o dólar é de R\$ 5,00, enquanto espera-se que a Selic encerre o período em 9,00% a.a. A taxa Selic é utilizada como referência para as análises de sensibilidade ao CDI.

Para as taxas de juros LIBOR/SOFR, optou-se por utilizar a projeção para 1 ano de LIBOR de 5,00% e de SOFR de 4,76%, consistente com as curvas de mercado para 2024.

Para a projeção de IPCA para o final do ano de 2024, o cenário provável de 3,90% levou em conta o relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") de 29 de dezembro de 2023.

Na análise de sensibilidade, para cada variável foram estimadas as variações de 25% e 50% para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Commodities de gado

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para o preço da commodities do gado. A Companhia considerou o cenário I como apreciação de 10%, e os cenários II e III como 25% e 50% de deterioração, para a volatilidade de preço da commodities do gado, utilizando como referência a cotação de fechamento em 31 de dezembro de 2024.

		Consolidado			
Paridade - Cotação USDA - Gado - R\$/US\$		Cenário atual	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumento	Risco				
Futuro	Aumento no preço do boi gordo	(2.530)	(253)	633	127
Futuro	Aumento no preço do boi gordo	143	14	(36)	(7)
		(2.387)	(239)	597	120

Commodities de milho e farelo, grão e óleo de soja

Para o cenário provável das commodities a Companhia usa como referência o valor futuro dos ativos em 31 de dezembro de 2024 e desta forma entende que não tem mudanças no resultado das operações. Já para o câmbio, o cenário provável é referenciado por fontes externas como o relatório Focus do Bacen e da Bloomberg com base no câmbio previsto para o próximo ano ou na ausência desse a última data disponível.

Nos cenários possível e remoto foi considerado em ambos os casos uma variação tanto positiva como negativa em 15% e 30% respectivamente a partir do cenário provável. Tais cenários de sensibilidade se originam de informações e premissas utilizadas pela Administração no monitoramento dos riscos anteriormente mencionados.

As informações utilizadas na preparação destas análises têm como base a posição em 31 de dezembro de 2024.

Os valores estimados podem diferir significativamente em relação aos números e resultados a serem efetivamente registrados pela Companhia. Os valores positivos indicam ganhos e os negativos indicam perdas.

	Consolidado				
Resultado operacional - commodities	Cenário				
	Remoto -30%	Possível -15%	Provável	Possível 15%	Remoto 30%
Grão de Soja - CBOT	255	310	364	419	474
Custo dos produtos vendidos	(4.187)	(2.093)	-	2.093	4.187
NDF	4.187	2.093	-	(2.093)	(4.187)
Efeito líquido	-	-	-	-	-
Farelo de soja - CBOT	248	301	354	407	461
Custo dos produtos vendidos	3.825	1.912	-	(1.912)	(3.825)
Collar	(2.545)	(632)	-	1.738	3.651
Efeito líquido	1.280	1.280	-	(174)	(174)
Óleo de Soja - CBOT	629	764	898	1.033	1.168
Custo dos produtos vendidos	1.617	809	-	(809)	(1.617)
NDF	(1.617)	(809)	-	809	1.617
Efeito líquido	-	-	-	-	-
Milho - CBOT	123	150	176	203	229
Custo dos produtos vendidos	9.036	4.518	-	(4.518)	(9.036)
Collar	(6.117)	(1.888)	-	2.964	7.192
NDF	(766)	(383)	-	383	766
Efeito líquido	2.153	2.247	-	(1.171)	(1.078)
Milho - B3	822	998	1.174	1.351	1.527
Custo dos produtos vendidos	(51.225)	(25.613)	-	25.613	51.225
Collar	(14.600)	(4.316)	-	4.454	14.298
Futuro	70.609	35.305	-	(35.305)	(70.609)
Efeito líquido	4.784	5.376	-	(5.238)	(5.086)

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes os processos em que a Companhia e/ou suas controladas figurem no polo passivo e que: (i) tenham valor individual igual ou superior a R\$10,0 milhões; ou (ii) em decorrência de sua matéria, possam vir a impactar negativamente a imagem ou operações da Companhia.

Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza tributária no valor de R\$23,8 bilhões, dos quais R\$ 47,9 milhões encontravam-se provisionadas na mesma data.

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2024, destacam-se os seguintes processos em razão do valor

Processo nº 13804.000910/2007-63	
a. juízo	Câmara de Julgamento - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	29/03/2007
d. partes no processo	Polo Ativo: Marfrig Global Foods S.A. Polo Passivo: Delegacia da Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 192,6 milhões
f. principais fatos	Pedido de Restituição de pagamento realizado a maior diante do pedido de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, relativo ao período de 02/2002 a 12/2006. Este processo está correlacionado com os Processos de Cobrança - Dívidas Ativas 80.2.08.001763-81, 80.2.0.8001764-62 e 80.6.08.004498-08. O Recurso Especial da empresa foi provido para reconhecer o direito ao crédito. Atualmente aguarda-se publicação. Atualmente o processo encontra-se em processo de diligência fiscal para validação dos valores.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda será gerado débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Provisão Revertida

Auto de Infração nº 16645.720004/2017-19	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/08/2017
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 219 milhões
f. principais fatos	Trata-se de não homologação de Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTFs dos meses de abril e junho de 2016. Em 05.09.2017, a empresa apresentou Impugnação. Em 28.03.2018, a empresa foi intimada acerca do acórdão que negou provimento à impugnação apresentada. Em 27.04.2018, interposto Recurso Voluntário. Aguardando Julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda será gerado débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Auto de Infração Nº 19515.001967/2010-17	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	05/07/2010
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 84,7 milhões
f. principais fatos	CSLL e IRPJ exigidos no exercício de 2007, em virtude da glosa do crédito objeto de Pedido de Compensação realizado com crédito pleiteado pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, correspondente ao período de 02/2002 a 12/2006. Aguardando julgamento da Impugnação apresentada pela empresa.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Em eventual perda ocorrerá cobrança do valor correspondente com as respectivas atualizações legais, mediante ação de execução fiscal. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 5005612-86.2020.4.03.6182	
a. juízo	Execução Fiscal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	30/03/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda Nacional Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 33,2 milhões.
f. principais fatos	Execução Fiscal para cobrança de IRPJ e CSLL dos lucros das controladas auferidos no exterior de 2007. Foi objeto da apresentação de garantia (seguro garantia) no valor do débito. Protocolizado Embargos à Execução Fiscal, aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão

Processo nº 5020179-83.2024.4.03.6182	
a. juízo	Execução Fiscal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	11/11/2024
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda Nacional Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$156,5 milhões (redução de ativo diferido de IRPJ e CSLL)
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal para cobrança de lucro real na base de cálculo da CSLL de lucros no exterior de 2009, glosas de amortização de ágio e ausência de oferecimento a tributação de juros decorrentes de contratos de mútuo ativos com controladas no exterior, referente ao processo administrativo nº 16561.720087/2014-23. Aguardando citação.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em decorrência da autuação (prejuízo glosado), a administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo, tendo em vista a redução de ativo diferido de IRPJ e CSLL.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 5020151-28.2018.4.03.6182	
a. juízo	Execução Fiscal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	03/12/2018
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda Nacional Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 47,1 milhões
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada em 03/12/2018 pela Fazenda Nacional em face de FRIGORIFICO MERCOSUL S/A, redirecionada para Marfrig em 16.11.2022, para cobrança de crédito tributário previdenciário, inscrito em dívida ativa sob os números 37.216.729-2, 37.216.730-6, 37.216.731-4 e 37.216.732-2, no valor originário de R\$ 31.157.776,57. Apresentado Embargos à Execução em 08.08.2023 Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 5005773-57.2024.4.03.6182	
a. juízo	Execução Fiscal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	25/04/2024
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda Nacional Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$98,6 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal, relativa aos débitos inscritos em dívida ativa através das inscrições nºs 80.2.24.016261-42, 80.6.24.035032-41, 80.6.24.035033-22, 80.7.24.009412-10, 80.2.24.016252-51, 80.6.24.035016-21, 80.6.24.035017-02 e 80.7.24.009410-59. Processo suspenso em razão da discussão em ação anulatória distribuída anteriormente.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.900.993/2015-00

a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	14/10/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 49,4 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Declarações de Compensação visando quitar débitos de estimativa mensal de IRPJ e de CSLL dos períodos de 06/2011 e 04/2016, por meio de compensação com créditos oriundos de Saldo Negativo de IPRJ (ano calendário 2011) e de COFINS não cumulativa vinculados às receitas de exportação do 3º trimestre de 2011. Negado provimento a manifestação de inconformidade. Empresa interpôs recurso voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 12585.000213/2010-77	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	03/05/2012
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 23,8 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo exportação referente ao 3º Trimestre de 2008 com reconhecimento parcial dos créditos. Manifestação de Inconformidade julgada improcedente. A Companhia interpôs recurso voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.941.556/2012-95	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	03/05/2013
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21,4 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativa exportação referente ao 4º Trimestre de 2010 com reconhecimento parcial dos créditos. Manifestação de Inconformidade da empresa julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. Em 12.03.2018, publicado acórdão que deu parcial provimento ao recurso para afastar as glosas relativas aos bens de CFOP 1.125, admitir o cálculo do crédito presumido das aquisições de ovinos pelo percentual de 60%, admitir o creditamento relativo aos fretes sobre aquisições de insumos e sobre transferências de insumos e produtos em elaboração, entre os estabelecimentos fabris da pessoa jurídica e reconhecer o direito à tomada de crédito, como quota de depreciação, pelas aquisições de peças de reposição de máquinas e equipamentos empregados no processo produtivo. Interposto Recurso Especial pela Fazenda Nacional. Aguardando intimação da empresa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.945.140/2013-27	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	18/06/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 20,2 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo vinculados a receita do mercado interno referente ao 3º Trimestre de 2011.Com reconhecimento parcial dos créditos, a Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Contra essa decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 1525734-46.2014.8.26.0014	
a. juízo	Execução Fiscal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	28/01/2014
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 128,1 milhões
f. principais fatos	Cobrança de ICMS relativa a "Guerra Fiscal". Crédito indevido oriundo de benefício fiscal de outro estado não amparado por convênio do CONFAZ. Comunicado CAT 36, correspondente ao período de 01/2004 a 12/2004 (Auto de Infração 3.123.212-7 e CDA 1.097.799.510). Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. Em 02/04/2018 foi apresentada Exceção de Pré-Executividade, em razão da incorreta aplicação do índice referido na Lei 13.918/09 e seu afastamento, bem como o sobrestamento do presente feito, frente à disposição trazida pela Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS 190/2017 e a determinação do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 628.075/RS. Em 12/06/2018 apresentada Impugnação à Exceção de Pré-Executividade. Em 13/09/2018 foi publicada decisão que conheceu da Exceção de Pré-Executividade para dar-lhe parcial acolhimento para determinar a Fazenda Pública do Estado de São Paulo que atualize o valor do débito pela Taxa Selic para todo o período, excluindo-se a incidência da Lei nº 13.918/09. Em 08/10/2018, apresentada petição informando da interposição de Agravo de Instrumento, o qual foi distribuído sob o nº 2215209-64.2018.8.26.0000. Em 09/10/2018 juntado Comunicado do Tribunal de Justiça informando a concessão do efeito suspensivo no recurso de Agravo de Instrumento. Em 04/12/2018, foi publicado despacho determinando que se aguarde o julgamento do recurso de Agravo de Instrumento nº 2215209-64.2018.8.26.0000. No Agravo de Instrumento, em 30/10/2018 foi publicada decisão que suspendeu o andamento do feito até o julgamento final do tema 490 pelo STF (RE 628.075/RS). Aguardando análise de pedido de anistia protocolizando nos termos da LC 160/17.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto creditado indevidamente, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 4.082.498-6	
a. juízo	Posto Fiscal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	27/10/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 56,1 milhões
f. principais fatos	ICMS - "Guerra Fiscal" - Crédito indevido oriundo de benefício fiscal de outra Unidade da Federação (MS e GO) não amparado por Convênio do CONFAZ, correspondente ao período de 2012 a 2013. Proferida decisão que julgou improcedente a defesa apresentada. Em 17/02/2017 interposto Recurso Ordinário. A Terceira Câmara Julgadora julgou improcedente o recurso ordinário. Interposto Recurso Especial. Em 27/02/2018, a empresa apresentou petição a respeito do convênio ICMS nº 190/2017, que regulamentou a LC nº 160/2017, estabelecendo as regras para convalidação e prorrogação dos benefícios fiscais concedidos unilateralmente. Em 29/06/2018 o Recurso Especial interposto pela empresa não conhecido. Apresentado Pedido de Retificação de Julgado. Em 23.09.2019, apresentado pedido de remissão dos débitos. Em 08.10.2019, publicado despacho determinando o saneamento de irregularidades no pedido de remissão. Apresentado esclarecimentos em 10.10.2019. Aguardando análise de pedido de anistia protocolizando nos termos da LC 160/17.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto creditado indevidamente, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 4.085.168-0	
a. juízo	Posto Fiscal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	24/11/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 51,9 milhões
f. principais fatos	ICMS - "Guerra Fiscal" - Crédito indevido oriundo de benefício fiscal de outra Unidade da Federação (MS e GO) não amparado por Convênio do CONFAZ, correspondente ao período de 2011. Foi negado provimento à Impugnação apresentada. Em 21.03.2017 interposto Recurso Ordinário. A Décima Quinta Câmara Julgadora julgou improcedente o recurso ordinário. Interposto Recurso Especial. Em 27.02.2018, foi apresentada petição a respeito do convênio ICMS nº 190/2017, que regulamentou a LC nº 160/2017, estabelecendo as regras para convalidação e prorrogação dos benefícios fiscais concedidos unilateralmente. Em 23.09.2019, foi apresentado pedido de remissão dos débitos. Aguardando análise de pedido de anistia protocolizando nos termos da LC 160/17.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto creditado indevidamente, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 11080.734876/2017-83	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	13/12/2017
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16,2 milhões
f. principais fatos	Trata-se de processo administrativo, decorrente de multa por compensação não homologada do processo número 10880.941556/2012-9. Apresentado Recurso. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto creditado indevidamente, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 18186726136/2017-34	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	28/06/2017
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 25,5 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado em face do contribuinte que exige de multa de 50% em razão da falta de pagamento de CSLL sobre a base de cálculo estimada mensal. Houve lavratura do Auto de Infração e em 26 de julho de 2017, a Companhia apresentou Impugnação. Impugnação julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento da multa. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 18186726137/2017-89	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	21/06/2017
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 84,2 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado em face do contribuinte que exige de multa de 50% em razão da falta de pagamento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada mensal. Impugnação julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento da multa. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão

Processo nº 5048626-77.2023.8.09.0051	
a. juízo	TJ - Goiás
b. instância	Judicial
c. data de instauração	27/01/2023
d. partes no processo	Polo Ativo: Marfrig Global Foods S.A. Polo Passivo: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27,8 milhões
f. principais fatos	Trata-se de ação Cautelar visando a garantia antecipada para futura Execução Fiscal, objetivando a discussão do Auto de Infração que visa a exigência de ICMS e multa, em razão da empresa ter realizado supostas saídas de mercadoria sem a emissão de documentação fiscal, no período de 01/01/2015 a 31/12/2015. Em 29/07/2024, petição da empresa requerendo a extinção da presente execução fiscal com a consequente liberação das garantias, em decorrência do pagamento do débito valendo-se dos benefícios fiscais proporcionados pela Lei nº 22.572/2024 (REFIS GO). Aguardando arquivamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 4011801956150	
a. juízo	Posto Fiscal – Goianésia/GO
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	26/09/2018
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 169,7 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa, lavrado em face de Marfrig Global Foods S.A, que visa a exigência de créditos tributários a título de ICMS e multa, referente aos anos de 2015 e 2017, em razão de supostas omissões de saída de mercadorias (presunção em razão da análise dos inventários, GTAs, notas fiscais de entrada e saídas). Apresentado recurso voluntário em 22/09/2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 4011802174903	
a. juízo	Posto Fiscal – Jataí/GO
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	07/11/18
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.1 bilhão
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa, lavrado em face de Marfrig Global Foods S.A, que visa a exigência de créditos tributários a título de ICMS e multa, referente aos anos de 2015 a 2017, em razão de supostas omissões de saída de mercadorias (presunção em razão da análise dos inventários, GTAs, notas fiscais de entrada e saídas). Aguardando julgamento da impugnação. Em 07.01.2020, processo convertido novamente em diligência para que a Autoridade Fiscal se manifestasse sobre todos os pontos trazidos no processo. Aguarda realização da diligência e intimação da empresa. Em 24.08.2021, protocolizada manifestação pela Empresa. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 5001968-22.2022.4.03.6100	
a. juízo	Justiça Federal SP
b. instância	Judicial
c. data de instauração	01/02/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Marfrig Global Foods S.A Polo Passivo: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$25,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DO FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO – FAP, através da qual se pretende que a União proceda ao cálculo individualizado, por estabelecimento, dos índices FAP que foram atribuídos para as vigências anteriores a 2016, nos termos da Súmula 351 do STJ, com a consequente (i) redução dos valores inseridos em parcelamentos fiscais a que a autora aderiu, e (ii) redução de autuação fiscal lavrada.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	R\$25,3 milhões
Processo nº 16561.720.092/2018-60	

a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	22/11/2018
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$4,1 bilhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração que visa a exigência de IRPJ e CSLL, em razão de ganho de capital da transação da venda da Seara Brasil no valor de R\$337 milhões e da Zenda no valor de R\$483 milhões. O fiscal entendeu não existir base legal para excluir o valor de assunção de dívida da base de cálculo do ganho de capital. Provimento parcial à impugnação apresentada. Em 26.07.2019, Recurso Voluntário interposto. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário e do Recurso de Ofício.
g. chance de perda	Remoto/Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.921.041/2016-01	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	13/11/2017
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$20,5 milhões
f. principais fatos	Trata-se PER/DCOMP nº 40116.25296.291014.1.1.19-5155, relativo a Cofins NC Ressarcimento/Compensação, do período de apuração do 1º trimestre de 2014 (01/01/2014 a 31/03/2014), requerendo o valor de R\$ 38.630.199,67, o qual foi deferido o valor de R\$ 4.865.416,28, gerando débito tributário R\$ 20.099.061,00. Aguardando julgamento da Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia. A empresa foi intimada acerca do Despacho de Revisão, reverteu algumas glosas e aumentou o crédito de R\$ 4.865.416,29 para R\$ 5.269.010,53. Em 26.06.2020, a empresa apresentou manifestação destacando que as glosas mantidas deverão ser canceladas. Em 11.05.2021, apresentado Recurso Voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto com acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.941.535/2012-70	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/06/2012
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 23,4 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de ressarcimento de créditos de PIS vinculado à Receita de Mercado Externo referente ao 4º Trimestre de 2010. Apresentada Manifestação de Inconformidade. Em 28.08.2017, negado provimento à Manifestação de Inconformidade. Em 26.09.2017 interposto Recurso Voluntário. Parcial provimento ao Recurso Voluntário para reconhecer o direito ao crédito de laboratório e análises microbiológicas. Aguardando intimação do acórdão. Proferida revisão de ofício que reanalisou as glosas, e aumentou o valor do crédito de R\$ 7.591.756,86 para 7.690.006,08. Em 27.05.2020, interposto Recurso Especial. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.903607/2016-12	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 147 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de ressarcimento de crédito de COFINS, vinculado ao mercado interno/externo/crédito presumido, requerido por meio da PER 11747.36411.180515.1.1.19-0958, atinente ao 4º. Julgado parcialmente procedente o recurso voluntário. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Em 05/04/2024, a empresa foi intimada do despacho de admissibilidade que deu parcial seguimento ao Recurso Especial interposto. Em 12/04/2024, interposto Agravo. Em 28/08/2024, o Agravo interposto foi parcialmente admitido. Aguardando intimação.Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 83,9 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER nº 06876.47466.301014.1.1.19-7384 – Cofins 1º trimestre de 2014, no montante de R\$ 50.324.250,79. Houve o deferimento parcial do crédito no montante de R\$ 12.795.350,02 e uma glosa de R\$ 37.528.900,77. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamente em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 24,4 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER/DCOMP nº 31769.96852.180515.1.1.18-7420 - PIS 4º trimestre de 2014. Houve a homologação parcial da compensação declarada no PER/DCOMP 01835.32682.040917.1.7.18-4082, restando um saldo devedor do montante indevidamente compensado de R\$ 10.975.996,33 de principal. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamente em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.903604/2016-71	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 28,4 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER/DCOMP nº 18725.34205.311014.1.1.18-6252 - PIS 3º trimestre de 2014. Houve a homologação parcial da compensação declarada no PER/DCOMP 17242.44235.290416.1.3.18-0339, restando um saldo devedor do montante indevidamente compensado de R\$ 12.924.370,29 de principal. Em 10.01.2020 intimação da empresa do despacho decisório. Em 10.02.2020 protocolada a manifestação de inconformidade. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamebte em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21,8 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER/DCOMP nº 36712.36128.301014.1.1.18-4267 - PIS 2º trimestre de 2014. Houve a homologação parcial da compensação declarada no PER/DCOMP 09094.52733.290416.1.3.18-5800, restando um saldo devedor do montante indevidamente compensado de R\$ 9.934.370,62 de principal.. Em 10.01.2020 intimação da empresa do despacho decisório. Em 10.02.2020 protocolada a manifestação de inconformidade. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamebte em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.903605/2016-15	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil

b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 134,6 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER nº 40383.37321.311014.1.1.19-9352 – Cofins 3º trimestre de 2014, no montante de R\$ 73.335.422,83. Houve o deferimento parcial do crédito no montante de R\$ 13.804.992,62 e uma glosa de R\$ 59.530.430,21. Em 10.01.2020 intimação da empresa do despacho decisório. Em 10.02.2020 protocolada a manifestação de inconformidade. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamebte em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.903603/2016-26	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa

c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 104,1 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER nº 05248.82192.301014.1.1.19-8072 – Cofins 2º trimestre de 2014, no montante de R\$ 58.347.616,65. Houve o deferimento parcial do crédito no montante de R\$ 12.589.307,50 e uma glosa de R\$ 45.758.309,15. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamente em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 19311.720205/2019-48	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32,1 milhões
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado pela falta de recolhimento do Imposto sobre Operações de Crédito - IOF do período de janeiro a dezembro de 2016, pois entendeu a fiscalização que o contrato tácito de conta corrente existente entre as empresas (Pampeano, MFB e MFG Energia) se tratava de operação de mútuo da empresa Marfrig para as demais. Com esse posicionamento, lançou o valor do imposto e multa de 75%. Em 15.03.2020 protocolado recurso voluntário.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 16561.720062/2020-78	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/11/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$2.8 bilhões
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração pela falta de pagamento de IRPJ e da CSLL, referentes aos anos-calendário de 2015 e 2016, sobre a venda para a JBS das participações da Moy Park. Em 09.12.2020, apresentada Impugnação. Em 03.08.2021, proferida decisão dando parcial provimento a Impugnação. Em 02.09.2021, apresentado Recurso Voluntário. Aguardando Julgamento.
g. chance de perda	Remoto/Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10825.733854/2020-88	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	26/12/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 26,2 milhões
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que visa a exigência de créditos tributários a título de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição destinada ao Programa de Integral Social - PIS, relativo ao ano calendário de 2017, em razão da não inclusão de receitas financeiras na base de cálculo das referidas contribuições. Em 08.07.21, apresentado Recurso Voluntário. Aguardo Julgamento
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.994132/2020-33	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12,8 milhões
f. principais fatos	Pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 3º trim./2017 (nº PER 25909.47756.270818.1.1.19-9908). Valor do PER: R\$ 48.612.597,68. Valor Reconhecido: R\$ 30.393.218,16. Em 07.02.22, apresentada Impugnação. Aguardo Julgamento
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.981809/2021-54	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10,3 milhões
f. principais fatos	Pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 4º trim./2016 (nº PER 30709.07937.290817.1.1.19-0002). Valor do PER: R\$ 28.469.091,25 Valor Reconhecido: R\$ 14.198.018,59. Em 07.02.22, apresentada Impugnação. Aguardo Julgamento
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 18220.727494/2021-87	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	16/08/2021
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46,9 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado para a cobrança de multa isolada por compensação não homologada. Em 20.09.21, apresentada Impugnação. Impugnação julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário em 11.01.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 17459.720068/2023-28

a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	08/12/2023
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$6.1 bilhões
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em desfavor de Marfrig Global Foods, cuja autuação é oriunda da fiscalização de nº 13032.232671/2021-45. Na presente lavratura foi constatada as seguintes infrações: adição não computada na apuração do lucro real da Marfrig S.A.; despesas financeiras indedutíveis oriundas de empréstimos intragrupo (subcapitalização); exclusão indevida do LALUR referente à despesa com variação cambial; compensação indevida de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL e por fim, falta de recolhimento das estimativas mensais de IRPJ e CSLL. O período de apuração das infrações constatadas se deu entre 01/01/2018 e 31/12/2018. Em 25.06.2024, apresentado Recurso Voluntário. Aguardando Julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 15746.725897/2023-36	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/12/2023
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 18,6 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de infração com exigência de suposto crédito tributário a título de Contribuição Previdenciária, relativa ao Adicional ao GILRAT e Multa, referente ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019. Em 27.01.2025, apresentado Recurso Voluntário. Aguardando Julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 17459.720027/2024-12

a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/10/2024
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$5.7 bilhões
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em desfavor de Marfrig Global Foods, cuja autuação é oriunda da fiscalização de nº 13032.122399/2024-39. Na presente lavratura foram constatadas infrações relativas IRPJ e CSLL no período de 2019 e 2020. Infrações: adição não computada na apuração do lucro real, despesas financeiras indedutíveis, exclusão indevida do LALUR, dedução indevida de IR pago por controladas no Exterior, compensação indevida de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL e multa isolada por falta de recolhimento das estimativas mensais de IRPJ e CSLL. Em 06.11.2024, apresentada Impugnação. Aguardando Julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 15746.722660/2024-84	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	25/11/2024
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$50,9 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração cuja autuação advém da fiscalização relativa ao IOF, relativa a fatos jurídico-tributários registrados pelo contribuinte no ano-calendário de 2020. Em 23.12.2024, apresentada Impugnação. Aguardando Julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 5846262/2020	
a. juízo	Posto Fiscal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	03/03/2021
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda do Estado do Mato Grosso Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15,4 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração (NAI nº 823870000152021129) lavrado para a cobrança de ICMS em decorrência da não comprovação das operações de exportação no período de 01/01/2019 a 31/12/2019. Apresentada impugnação 22/06/2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto creditado indevidamente, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 4012200657840	
a. juízo	Posto Fiscal – Goianésia/GO
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	01/07/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 83,6 milhões
f. principais fatos	Trata-se de AI lavrado em razão da empresa ter omitido o pagamento do ICMS, resultante da apuração no período de 01/01/2015 a 30/06/2018, com a utilização da escrituração indevida de valores a título de créditos outorgados condicionados, referentes as saídas para comercialização de carne fresca/congelada/salmorada. Apresentada impugnação em 03/08/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 4012100701227	
a. juízo	Posto Fiscal – Goianésia/GO
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	31/05/2021
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13,5 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado em face da empresa Marfrig sob a alegação de que a mesma realizou saída de gado vivo sem emissão de notas fiscais no período de 01/01/2012 a 31/12/2013. Apresentado Recursos Voluntário em 27/06/2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.981828/2021-81	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 18,9 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 4º trim./2019 (nº PER 37798.08553.210120.1.5.19-0059). Valor do PER: R\$ 50.568.815,69. Valor Reconhecido: R\$ 30.523.724,44. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.981826/2021-91	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 19,5 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 3º trim./2019 (nº PER 06416.89681.171019.1.1.19-9798). Valor do PER: R\$ 49.025.453,37. Valor Reconhecido: R\$ 29.961.680,26. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.981823/2021-58	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 22,5 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 2º trim./2019 (nº PER 12651.26378.180719.1.1.19-7040). Valor do PER: R\$ 42.239.928,50. Valor Reconhecido: R\$ 23.927.924,14. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.981817/2021-09	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 19,5 milhões
f. principais fatos	Pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 1º trim./2019 (nº PER 42345.65097.160420.1.5.19-5786). Valor do PER: R\$ 40.041.198,82. Valor Reconhecido: R\$ 23.549.498,09. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.981815/2021-10

a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 20,9 milhões
f. principais fatos	Pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 4º trim./2018 (nº PER 25883.46032.170119.1.1.19-0060). Valor do PER: R\$ 41.778.656,49. Valor Reconhecido: R\$ 25.107.758,57. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.981796/2021-13	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27,6 milhões
f. principais fatos	Pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 2º trim./2015 (nº PER 34072.55418.180216.1.1.19-7961). Valor do PER: R\$ 29.867.972,24. Valor Reconhecido: R\$ 6.651.003,63. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 17459.720033/2022-16	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	11/12/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.05 bilhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, lavrado em face de Marfrig Global Foods, que visa a exigência de IRPJ e CSLL, no valor histórico de R\$ 836.624.459,90, relativo ao ano calendário de 2017. Em 13.01.2023, apresentada Impugnação. Impugnação julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário em 21.11.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 5420393-71.2022.8.09.0105	
a. juízo	Execução Fiscal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	18/07/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda do Estado de Goiás Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 28,2 milhões.
f. principais fatos	Execução Fiscal cujo objeto é o débito do AI nº 4011503463725 (ICMS). CDA nº 2893388. Foi objeto da apresentação de garantia (seguro garantia) no valor do débito no processo cautelar nº 5431517-19.2022.8.09.0051. Empresa citada. Em 25/07/2024, protocolado pedido de extinção do débito por pagamento no programa REFIS (Lei nº 22.572,/2024. Aguardando arquivamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão

Processo nº 10880.921032/2016-10	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	15/04/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13,2 milhões
f. principais fatos	Trata-se de PER/DCOMP nº 21725.94741.131213.1.1.11-0311, referente ao tributo de COFINS não cumulativo, relativo ao período de apuração do 3º trimestre de 2013 (01/07/2013 a 30/09/2013), requerendo crédito pedido de R\$ 31.621.805,60, o qual foi deferido o valor de R\$ 2.701.807,54, gerando débito tributário no valor de R\$ 13.791.936,70. Impugnação julgada parcialmente procedente. Apresentado Recurso Voluntário em 11.05.2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.921039/2016-23

a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	15/04/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15,4 milhões
f. principais fatos	Trata-se de PER/DCOMP nro.: 03865.93567.170714.1.1.11-013, referente ao tributo de Confins não cumulativo, relativo ao período de apuração do 4º trimestre de 2013 (01/10/2013 a 31/12/2013), requerendo o crédito pedido no valor de R\$ 33.724.961,91, o qual foi deferido o valor de R\$ 3.675.797,76, gerando débito tributário de R\$ 15.347.575,20. Impugnação julgada parcialmente procedente. Apresentado Recurso Voluntário em 10.05.2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.933621/2016-32	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	06/12/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10,9 milhões
f. principais fatos	Trata-se de PER/DCOMP nº 01397.99912.131213.1.1.11-0807, relativo ao tributo de PIS/PASEP não cumulativo, do período de apuração do 1º trimestre de 2013 (01/01/2013 a 31/03/2013), requerendo o crédito pedido de R\$ 27.822.990,10, o qual foi deferido o valor de R\$ 240.362,78, glosando débito de R\$ 11.481.964,55. Impugnação julgada parcialmente procedente. Apresentado Recurso Voluntário em 10.05.2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.921043/2016-91	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	15/04/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10,7 milhões
f. principais fatos	Trata-se de PER/DCOMP 24195.75844.291014.1.1.19-0300, relativo ao tributo COFINS NC Ressarcimento/Compensação, do 2º trimestre de 2014 (01/04/2014 à 30/06/2014), requerendo o crédito pedido de R\$ 43.780.702,29, o qual foi deferido o valor de R\$ 4.225.072,03, gerando débito tributário de R\$ 10.316.385,90. Impugnação julgada parcialmente procedente. Apresentado Recurso Voluntário em 11.05.2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.930634/2015-79	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	26/06/2015
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14,4 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não cumulativo vinculado as receitas do mercado interno, referente ao 4º Trimestre de 2012, no valor de R\$ 26.282.055,54. Impugnação julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário. Em 21.07.2023 processo convertido em diligência para saneamento dos insumos discutidos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.941561/2012-06	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	29/10/2012
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11,9 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de restituição de créditos de COFINS não cumulativa, vinculada a receita do mercado interno, período do 2º trimestre de 2011 - Valor solicitado: R\$ 25.842.058,23. Recuso Voluntário julgado parcialmente procedente. Apresentado Recurso Especial. Aguardando intimação do acórdão.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.922182/2013-90	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	25/07/2013
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16,7 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de saldo negativo de IRPJ do exercício 2008 (ano calendário 2007), atrelado a declaração de compensação de débitos próprios. Recurso julgado procedente. Apresentado Recurso Especial pela Fazenda Nacional. Em 09.10.2019, proferida decisão de sobrestamento do processo.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.945152/2013-51	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	06/04/2015
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11,1 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não cumulativo vinculado as receitas do mercado interno, referente ao 2º Trimestre de 2012, no valor de R\$ 19.626.942,55. Impugnação julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário. Em 14.11.2019 processo convertido em diligência para saneamento dos insumos discutidos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.994130/2020-44	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13 milhões
f. principais fatos	Pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 2º trim./2017 (nº PER 17408.98515.290817.1.1.19-3366). Valor do PER: R\$ 32.566.558,10 Valor Reconhecido: R\$ 19.419.999,97. Apresentada Impugnação. Em 07.03.2023 processo convertido em diligência para saneamento dos insumos discutidos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista no valor de R\$146.505.177,13, dos quais R\$56.258.427,39 encontravam-se provisionadas na mesma data.

A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas se referem a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, equiparação salarial, horas in itinere, risco ergonômico, entre outros.

Não há processos individualmente relevantes de natureza Trabalhista para a Companhia, a se destacar por objeto ou valores.

Processos de natureza cível

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza cível no valor de R\$ 272,5 milhões, dos quais R\$ 149,1 milhões encontravam-se provisionados.

As ações cíveis ajuizadas contra a Companhia e suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórios.

Dentre os processos de natureza cível individualmente relevantes para a Companhia, no primeiro trimestre de 2025, destacam-se os seguintes em razão do valor e/ou de seu objeto:

Processo nº 0305964-39.2013.8.19.0001	
a. juízo	48ª Vara Cível o Rio de Janeiro (RJ)
b. instância	1º Grau
c. data de instauração	03/09/2013
d. partes no processo	Polo Ativo: Confederação Brasileira Futebol Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 88,5 milhões (valor histórico).
f. principais fatos	Ação Monitória que discute a rescisão do Contrato firmado para patrocínio da Seleção Brasileira de Futebol. Sentença parcialmente procedente fixando a multa contratual compensatória em US\$2 milhões, estabelecendo a taxa de câmbio de 23 de setembro de 2010, além da condenação ao pagamento das prestações vencidas. Ambas as partes apelaram da sentença. Os embargos de declaração opostos pela CBF contra o segundo acórdão foram desprovidos na sessão de julgamento de 12 de março de 2018. O recurso especial da CBF foi inadmitido, a parte interpôs agravo em recurso especial, respondido pela Marfrig em 29 de novembro de 2011. Em 21 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão, que manteve a inadmissão ao recurso e determinou que os autos subam ao STJ. Em 26 de março de 2019, o REsp da Marfrig foi autuado no STJ sob o nº 1.803.803. Em 25.04.19, os autos foram distribuídos, por dependência à 3ª Turma do STJ, sob a relatoria do Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Os autos estão conclusos desde 25 de abril de 2019. Em 24 de julho de 2022 opusemos Embargos de divergência em face ao acórdão que negou provimento ao REsp da Marfrig para elevar a multa contratual de US\$ 2 milhões para mais de US\$ 23,2 milhões. Opostos embargos de declaração em face de acórdão proferido pela c. Corte Especial que negou provimento a agravo interno interposto pela Marfrig em face de decisão da Ministra Presidente do e. STJ que indeferiu liminarmente os Embargos de Divergência da Marfrig. Aguardando-se data para designação de audiência de conciliação.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda ocorrerá a liquidação da sentença para pagamento da multa contratual monetariamente atualizada. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	R\$65,7 milhões.

Ação Civil Pública nº 0012385-66.2015.405.6100	
a. juízo	10ª Vara Cível Justiça Federal - SP
b. instância	2º Grau
c. data de instauração	25/06/2015 (valor histórico)
d. partes no processo	Polo Ativo: Ministério Público Federal ("MPF") Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$30 milhões (valor histórico)
f. principais fatos	O Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública sob alegação da empresa trafegar por rodovias federais com veículos com excesso de peso por eixo. Requer o pagamento de indenização por dano material supostamente causado ao pavimento das rodovias federais, ao patrimônio público, à vida, integridade física e saúde, segurança pessoal e patrimonial e à ordem econômica, ao meio ambiente, além de indenização por dano moral coletivo. O processo encontra-se suspenso em razão de pedido do MPF. Foi realizada reunião com o representante do MPF, em que foi exposto o cronograma para implementação de software para diminuição no número de autuações por excesso de peso por eixo. Houve a implementação do software. Em 26/02/2021 o MP requereu a suspensão do processo por 60 dias, haja vista que aguarda informações do DNIT. Em 26/03/2021 peticionamos concordando com o prazo de 60 dias requerido pelo MPF. em 24/05/2021 foi realizada reunião com o MPF para discutir possível proposta de acordo. Em 25/05/2021 o MPF apresentou o TAC sugerido à Marfrig nos autos, bem como requereu a suspensão do processo por 90 dias, a fim de prosseguir com as tratativas de acordo. Em 17/09/2021 o MPF apresentou petição informando que não possui mais provas a produzir. Em 06/10/2021 apresentamos petição especificando as provas que pretendemos produzir, sendo que os autos estão conclusos para decisão desde 08/10/2021. Após, proferida decisão intimando Ré/Marfrig para detalhar os fatos que pretende provar com as modalidades de provas requeridas. Em 23/09/2022, peticionamos nos autos justificando a necessidade das provas requeridas e reiterando o pedido de prova oral, pericial e documental suplementar. Determinado o sobrestamento do feito até julgamento do Tema Repetitivo 1104 do STJ que foi julgado e declara possível a reparação pecuniária em razão de danos causados por empresas embarcadoras que reiteradamente causem danos ao pavimento de rodovias. Aguarda-se trânsito em julgado do Tema Repetitivo pelo STJ e o retorno da movimentação processual em primeira instância.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelo risco de imagem relacionado ao objeto da ação, além de eventuais sanções decorrentes de decisão judicial.
i. Valor provisionado	R\$65 milhões

Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 1020689-04.2019.4.01.3400	
a. juízo	22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
b. instância	1º Grau
c. data de instauração	29/07/2019
d. partes no processo	Polo Ativo: Ministério Público Federal ("MPF") Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A, Marcos Molina e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 162,770 milhões (data-base: julho/2019)
f. principais fatos	O Ministério Público Federal (MPF) propôs Ação Civil de Improbidade Administrativa em desfavor da pessoa jurídica Marfrig Global Foods S.A, do Sr. Marcos Molina e de outras pessoas físicas em decorrência dos fatos apurados no bojo da denominada Operação Cui Bono, na qual investiga supostos esquemas de pagamentos indevidos a agentes públicos em troca de benefícios indevidos para aprovações de empréstimos por parte de certas instituições financeiras estatais. Em síntese, o MPF requer a condenação solidária dos réus ao pagamento de R\$ 162.770.000,00 (data-base: julho/2019). Antes mesmo do ajuizamento da presente ação, no curso das investigações feitas perante a autoridade policial, o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos concordou em celebrar termo de compromisso de reparação, por meio do qual, mesmo sem assumir culpa em qualquer esfera, anuiu em pagar R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a título de reparação de danos econômicos. Sendo assim, na hipótese de ser proferida decisão desfavorável, os valores pagos pelo Sr. Marcos Molina no Termo de Compromisso de Reparação viriam em seu proveito e da Marfrig.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelo risco de imagem relacionado ao objeto da ação, além de eventuais sanções decorrentes de decisão judicial, como a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente pelo prazo de até 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, tributário e cível no valor de R\$ 24,2 bilhões, dos quais R\$ 253,2 milhões encontravam-se provisionadas na mesma data.

Na data deste Formulário de Referência, no conhecimento da Companhia, a Companhia e suas controladas não eram parte em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos demais itens desta seção 4 do Formulário de Referência e que possam impactar adversamente os negócios da Companhia e/ou de suas controladas.

Outras contingências relevantes Contingências em outras jurisdições Venda do negócio

Negócio National Beef

Há cinco ações coletivas e trinta e uma ações judiciais individuais que foram ajuizadas nos Estados Unidos, e duas ações coletivas no Canadá, alegando que a Companhia e/ou sua subsidiária, National Beef, com outras empresas do setor, supostamente conspiraram para controlar os preços do gado e da carne. Em todas as ações, o tribunal proferiu decisões que excluíram a Companhia como ré e mantiveram a National Beef. A National Beef também foi notificada de uma investigação civil conduzida pelo Departamento de Justiça dos EUA e por aproximadamente trinta procuradores estaduais sobre a compra de gado alimentado e venda de carne bovina. A National Beef respondeu aos pedidos de informações federais e estaduais e cooperou com as investigações. A National Beef também é ré em uma ação coletiva movida nos Estados Unidos, alegando que ela e outras empresas de proteínas supostamente conspiraram para reduzir e fixar salários e benefícios. A National Beef conta com defesas meritórias contra as alegações em todos os casos, mas provisionou valores e está em processo de negociação de um possível acordo relativo à ação sobre salários e benefícios que recebeu aprovação preliminar do tribunal.

A National Beef é ré em uma ação coletiva proposta intitulada Brown, et al. v. JBS USA Food Company et al., movida no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito do Colorado em 1º de novembro de 2022. Os réus apresentaram moções para dismissão, que foram negadas pelo tribunal, exceto em relação à subsidiária da National Beef Packers, a Iowa Premium. Os autores da ação apresentaram uma reclamação alterada em 12 de janeiro de 2024. A reclamação alterada alega que os réus, direta e indiretamente, por meio de pesquisas salariais do setor e um serviço de benchmarking, (i) fixaram salários e benefícios, e (ii) trocaram informações sobre remuneração e benefícios com a intenção de suprimir e estabilizar salários e benefícios, violando as leis antitruste federais. Os autores buscam, entre outras coisas, danos monetários triplicados, juros pré e pós-julgamento, medidas declaratórias e liminares, e custos processuais (incluindo honorários advocatícios). A National Beef acredita possuir defesas meritórias contra as alegações deste caso; no entanto, a National Beef negociou um acordo em princípio sobre a questão de salários e benefícios que recebeu aprovação preliminar do tribunal, e uma provisão nesse sentido foi realizada. Caso, por algum motivo, a aprovação do acordo não seja finalizada pelo tribunal, não há garantias quanto ao desfecho deste caso ou ao impacto na posição financeira consolidada, resultados operacionais ou fluxos de caixa da National Beef.

Contingências envolvendo o acionista controlador Operação Cui Bono

A Operação Cui Bono investigou supostos esquemas de pagamentos de diversas empresas brasileiras a agentes públicos em troca de benefícios indevidos na obtenção de aprovações de empréstimos por determinadas instituições financeiras estatais.

Em maio de 2018, o Sr. Marcos Molina celebrou um Termo de Compromisso de Reparação com o Ministério Público Federal, na esfera cível, com o objetivo de reparar danos econômicos, morais e sociais, sem qualquer assunção de culpa. A Companhia não faz parte desse acordo e não é financeiramente responsável por qualquer pagamento relacionado a ele, embora os pagamentos revertam em seu benefício.

Vale mencionar que a ação penal proposta no âmbito da Operação Cui Bono para apuração dos fatos da denúncia, foi trancada de forma definitiva em relação ao Sr. Marcos Molina, por falta de justa causa, assegurando a imutabilidade da situação processual do Sr. Marcos Molina no âmbito da Operação Cui Bono.

Ainda no âmbito da operação, em dezembro de 2019, foi proposta Ação Civil de Improbidade Administrativa contra a Companhia e o Sr. Marcos Molina. Vale destacar que o valor previsto no acordo e efetivamente pago pelo Sr. Marcos Molina será levado em consideração

oportunamente, em caso de eventual condenação da Companhia ou do Sr. Marcos no âmbito da Ação Civil de Improbidade Administrativa.

Processos Administrativos – Comissão de Valores Mobiliários

Processo Administrativo Sancionador CVM nº 19957.007369/2023-77: Processo instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários para apurar indícios de irregularidade em operações de rolagem de estratégia combinada entre os mercados à vista e a termo, envolvendo ações ordinárias de emissão da Marfrig por MMS Participações Ltda., em alegada infração ao disposto no item I da Instrução CVM nº 8/1979 (vigente à época dos fatos). Atualmente, o processo encontra-se pendente do julgamento pelo Colegiado da CVM, não havendo sido proferida qualquer decisão.

Com a finalidade de medir, monitorar e mitigar os Riscos, a Marfrig implementou uma estrutura interna em tamanho compatível com suas operações e complexidade de seus negócios. As atribuições dos componentes dessa estrutura estão contempladas conforme descrito abaixo:

I. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia, sendo assessorado e apoiado nesse contexto pelo Comitê de Auditoria Estatutário, tem a atribuição de definir os objetivos estratégicos referentes ao ambiente de Riscos da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração aprovar a Política de Gestão de Riscos.

O Conselho de Administração é responsável por:

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e garantir a sua aplicação;
- Aprovar eventuais extrapolações desta Política.

II. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Marfrig deverá atuar diretamente na Gestão dos Riscos, considerando as seguintes responsabilidades:

- Atingir os objetivos estratégicos da Companhia assegurando que suas atividades sejam conduzidas de forma a proteger e valorizar o seu patrimônio, através da definição de diretrizes de mitigação dos Riscos monitorados;
- Avaliar o posicionamento da Companhia para cada Risco identificado, de acordo com as diretrizes e políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- Aprovar os indicadores de desempenho a serem utilizados na Gestão de Riscos;
- Acompanhar a execução e propor ao Conselho de Administração a atualização da Política de Gestão de Riscos, em conformidade com as regulamentações, ética e controles internos estabelecidos pela Companhia.

III. Gestão de Riscos

A área de Gestão de Riscos tem como tarefa primordial acompanhar, monitorar, avaliar e comunicar os Riscos incorridos pela Companhia.

As principais atribuições, seguindo as definições da Política de Gestão de Riscos, são:

- Monitorar o cumprimento das exposições aos Riscos, confrontando aos limites estabelecidos pela Política;
- Responsável pelo desenvolvimento, controle e aperfeiçoamento dos modelos de cálculo da exposição de Risco;
- Responsável pelos controles e divulgação dos relatórios das exposições aos Riscos da Companhia;
- Responsável por modelar e avaliar as exposições ao Risco de mercado, com objetivo de evidenciar os potenciais impactos que podem causar uma perda financeira a Companhia;
- Promover discussões de outros potenciais fatores de Riscos que possam impactar os resultados futuros da Companhia.

Instrumentos Financeiros Elegíveis

O uso de instrumentos financeiros derivativos é permitido para proteção (hedge) de operações financeiras já contratadas e/ou fluxos de caixa da Companhia. Caso a Tesouraria entenda que há oportunidades disponíveis no mercado, será permitido montar uma posição após a devida aprovação da Diretoria Financeira e do Grupo de Trabalho de Gestão e Finanças, composto este pelas áreas de Tesouraria e Gestão de Riscos.

Os principais instrumentos derivativos são os seguintes:

- Swaps (Moedas, Juros e Commodities);
- NDFs (non-deliverable forward);
- Futuros (Moedas, Juros e Commodities);

- Opções [A venda de opções só será permitida em estruturas de collar para excluir o Risco de alavancagem];

Risco de Mercado

Risco de Mercado pode ser definido como o Risco oriundo da oscilação dos preços de diversos fatores de Riscos identificados na operação da Companhia. Para isso, a Marfrig busca identificar a quais fatores de Risco está exposta e quais podem ser protegidos via operações de hedge.

Os fatores de Risco de mercado são apresentados a seguir:

- Taxa de Câmbio: refere-se às atividades atreladas à variação de outras moedas (que não sejam o Real);
- Commodities: refere-se às atividades atreladas à variação do preço das commodities, tais como boi gordo, milho e soja;
- Taxa de Juros: refere-se às atividades atreladas à variação da taxa de juros, pré ou pós fixados, em reais ou outras moedas.

Os seguintes controles são monitorados pela área de Gestão de Riscos:

- Cálculo periódico da exposição cambial, Resultado e o valor em Risco pela metodologia Value at Risk (Paramétrico, com 99% de confiança e intervalo de 1 dia).
- Monitoramento periódico do fluxo de amortizações dos instrumentos financeiros não derivativos designados como hedge accounting;
- Os limites de exposição a este Risco específico são monitorados de forma diligente pela Companhia e quantificados utilizando metodologias proprietárias;
- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia;

a. Exposição a Taxa de Câmbio

Essa seção tratará especificamente da exposição às variações das taxas de câmbio diferentes da moeda de balanço da Companhia.

Exposição Cambial do Balanço

A exposição cambial de balanço é toda exposição em moeda diferente da moeda funcional da Companhia que gera variação cambial no resultado contábil decorrente da variação das taxas de câmbio durante todo o período em que o saldo contábil estiver em aberto.

Exposição Cambial de Fluxo de Caixa

A exposição cambial de fluxo de caixa é toda exposição líquida do caixa operacional e financeiro da companhia em moeda diferente da moeda funcional da Marfrig.

Com o objetivo de reduzir volatilidade nas margens do negócio e, ainda, otimizar a Gestão de caixa da companhia aumentando o seu grau de previsibilidade, a Marfrig pode assumir uma posição de hedge de proteção de fluxo de caixa com base até o limite:

- das expectativas de compras e vendas em outras moedas;
- das parcelas da dívida em outras moedas vincendas nos próximos 12 meses.

Para a tomada de decisão devem ser observados os históricos relativos à capacidade de repasse de preço e perspectiva de mercado.

b. Exposição a Commodities

De forma a mitigar os Riscos oriundos da exposição à variação dos preços das commodities (Boi Gordo, Milho e outros insumos relacionados à produção) serão adotados procedimentos específicos de controle de Risco, conforme abaixo:

- Cálculo periódico da exposição, resultado e o valor em Risco pela metodologia Value at Risk (Paramétrico, com 99% de confiança e intervalo de 1 dia).
- Serão considerados hedges os instrumentos financeiros e comerciais que tenham como objetivo proteger a Companhia da variação do preço das commodities. Os limites de exposição a este Risco específico são monitorados de forma diligente pela Companhia e quantificados utilizando metodologias proprietárias.
- Há ainda um possível descasamento entre os preços da commodity praticados no mercado Brasileiro (praças locais de compra) e os preços praticados nos contratos de derivativos negociados nas bolsas de mercadorias e futuros. O basis se refere ao diferencial entre os preços do produto físico no mercado brasileiro à vista e os preços das posições no mercado futuro nas bolsas de Chicago (CBOT) e Bolsa no Brasil (B3), com objetivo de manutenção dos preços dos produtos a fixar.
- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, serão observados os limites abaixo:

- Boi Gordo: com a finalidade de diminuir a exposição da Companhia à volatilidade dos preços da arroba do boi gordo, 100% da exposição nos próximos 12 meses pode ser protegida por derivativos (quando houver liquidez);
- Milho e outros insumos relacionados à produção: até 100% da exposição nos próximos 12 meses para cada insumo pode ser protegida por derivativos.
- Contratação individual de instrumentos financeiros derivativos que ultrapassem o valor principal de 2.5% sobre o Patrimônio Líquido da Companhia, independentemente do prazo de vencimento da operação, deve ter aprovação do Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores.
- Todas as operações devem respeitar, primordialmente, os limites definidos e descritos na política independentemente do tipo de instrumento, objetivo, volume e prazo de vencimento.
- Qualquer exceção deste capítulo deverá ser aprovada previamente no Conselho de Administração.

c. Exposição a Taxas de Juros / Índices de Inflação

A Marfrig poderá ter exposição nas taxas de juros em decorrência das alterações econômicas, que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TLP, LIBOR/SOFR, CDI ou índices de inflação tais como IGP-M (Índice geral de preços de mercado) e IPCA (Índice nacional de preços ao

consumidor).

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de minimizar o custo médio agregado do serviço da dívida consolidada e se proteger da volatilidade das taxas de juros de mercado.

De forma a mitigar e controlar os Riscos oriundos da exposição à taxa de juros, serão adotadas:

- Cálculo periódico da exposição à taxa de juros;
- O tratamento para este Risco específico é monitorado de forma diligente pela Companhia e quantificado utilizando metodologia proprietária.
- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

d. Demais fatores de Risco

Para a realização de uma operação que esteja fora dos fatores definidos na política, deve-se observar os mesmos procedimentos descritos para os demais Riscos tratados.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras e decorrentes de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além da possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, em razão de alguma descontinuidade do mercado. Como consequência, ocorrerão descasamentos entre fluxos de pagamentos e de recebimentos ocasionada por:

- Dificuldade em negociar rapidamente ativos ou posições que possua, por falta de preços ou de liquidez de mercado;
- Dificuldade para obter funding ou financiamento de sua posição de caixa e com isso manter suas obrigações financeiras adimplentes.

i. Análise de Necessidade de Caixa

Para esse cálculo devem ser consideradas:

- (i) as dívidas de curto prazo;
- (ii) o pagamento de obrigações tributárias;
- (iii) os desembolsos com projetos e investimentos;
- (iv) a geração de caixa operacional.

A metodologia de Gestão do Caixa pela Companhia observa três níveis de caixa, com horizonte de curto prazo:

- Caixa Obrigatório: Caixa necessário para cumprir com os compromissos da Companhia por um período de 03 (três) meses;

- Caixa Mínimo: Caixa mínimo necessário para cumprir com os compromissos da Companhia por um período de 12 (doze) meses;
- Complemento de Caixa: Valor que excede o caixa mínimo e reflete o caráter cíclico da Companhia.

A classificação do caixa, bem como o devido tratamento aos Riscos envolvidos são tratados em metodologia específica e monitorado de forma diligente pela Companhia.

ii. Linhas de Crédito de Liquidez

A Diretoria Executiva tem como responsabilidade garantir que os recursos e linhas de créditos estejam disponíveis para o gerenciamento das operações. Desta forma, poderá optar em adquirir linhas de crédito com instituições financeiras.

Mensalmente, o Grupo de Trabalho de Gestão e Finanças revisa e discute a projeção de fluxo de caixa, as necessidades de financiamento, bem como qualquer informação relevante para o gerenciamento de liquidez, com o objetivo de garantir uma Gestão eficaz dos recursos de financiamento e assegurar a liquidez adequada, reportando a Diretoria Executiva.

As principais fontes de financiamento da Companhia compreendem:

- fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais;
- endividamento bancário de curto e longo prazos;
- emissão de ações (Equity);
- emissão de dívida (Debêntures e Bonds).

iii. Aplicações Financeiras e Equivalente de Caixa

O saldo excedente de Caixa, após apurado o Caixa Mínimo de Segurança, pode ser investido pela Tesouraria nas seguintes modalidades:

- I. Renda Fixa: produtos oferecidos por instituições financeiras ou títulos de renda fixa de emissão privada que remuneram o capital investido a taxa de juros fixos ou pré-fixados, com liquidez pré-determinada conforme planejamento financeiro da Tesouraria;

As aplicações financeiras em Renda Fixa deverão observar os critérios definidos na política de gestão de riscos.

- II. Renda Variável: compra de ações de empresas listadas em Bolsa de Valores a preços de mercado.

As aplicações financeiras em Renda Variável devem ser de caráter passivo, sem o exercício de controle da Gestão Executiva e sem influência nos órgãos de Governança da companhia emissora.

Caso o investimento em renda variável passe a ser de caráter ativo na empresa emissora, observadas as devidas deliberações do Conselho de Administração, o tratamento passará a ser de Participação Societária, deixando de ser classificado em Aplicações Financeiras e Caixa e Equivalente de Caixa, devendo ser tratado conforme regras de Participação Societária.

iv. Monitoramento e métricas

Mensalmente, o Grupo de Trabalho de Gestão e Finanças deverá reportar uma posição a Diretoria Executiva, confrontando as fontes de financiamento correntes e projetadas e as linhas de crédito disponíveis.

Os limites de Riscos de liquidez são definidos a seguir:

- Administrar a concentração de vencimentos da dívida de curto prazo para que não ultrapasse 30% do montante total de endividamento;
- O prazo médio de pagamento das dívidas deverá ser no mínimo de 36 meses;
- O índice de Dívida Líquida /EBITDA Ajustado definido na política Financeira;

Risco de Contraparte

a. Exposição Total

A Exposição Total por contraparte na data de referência do cálculo será a soma da exposição de aplicações financeiras das carteiras em Moeda Local e em Moeda Estrangeira, saldo de conta corrente do Conglomerado, exceto recursos disponíveis em contas do tipo colateral / conta garantia que estejam vinculadas às dívidas tomadas pela Companhia, eventuais MtM de derivativos a favor do Conglomerado, e outras exposições financeiras à contraparte.

O limite de concentração por instituição financeira representa o percentual máximo de recursos que pode ser aplicado por instituição, de acordo com a classificação de rating.

b. Rating de Crédito da Contraparte

Consideraremos os ratings emitidos por três agências de rating internacionais:

- Standard & Poor's;
- Moody's;
- Fitch Ratings.

Para instituições com mais de uma avaliação de rating será considerado a mediana das classificações caso três classificações de Risco estejam disponíveis, e a menor classificação caso menos classificações de Risco estejam disponíveis.

c. Contrapartes Elegíveis

Para ser elegível como contraparte do Conglomerado, a instituição deverá possuir os seguintes requisitos:

- Possuir rating apurado por uma das três agências de ratings citadas;
- Possuir rating nacional melhor que A- ou rating global melhor que BBB-.

d. Limites

O limite de concentração por classificação de Risco de crédito deve respeitar os percentuais abaixo especificados em relação ao saldo total de caixa onshore e offshore:

Localmente, temos ainda a seguinte exceção:

Alocação (BRL)	Rating
Até 100 mln	1 contraparte AAA
Entre 100 mln e 200 mln	2 contrapartes AAA
Acima de 200 mln	Regra Geral

O limite de concentração por instituição financeira deve respeitar os percentuais abaixo especificados em relação ao saldo total de caixa de cada contraparte, de acordo com a respectiva classificação de rating:

Alocação máxima por Instituição		
Rating Global	Rating Local	Limite % Cx. Total
US Bonds	Tít. Púb. ou Soberano	100%
BBB- ou Superior	AA+ ou Superior	30%
BB- ou Superior	AA- ou Superior	10%
B+ ou Inferior	A+ ou Inferior	2%

A classificação de rating da instituição será revisada trimestralmente ou de forma extraordinária, caso ocorra a veiculação de notícias relevantes sobre a instituição.

Já a verificação dos limites definidos na política deverá ser efetuada diariamente pela Tesouraria. O cumprimento dos limites de exposição deverá ser acompanhado de forma a manter o enquadramento pré-estabelecido pela Diretoria Executiva.

Risco Socioambiental

Frente aos desafios socioambientais e às crescentes preocupações com a sustentabilidade, a implementação de práticas responsáveis tornou-se imperativa para as organizações que buscam alcançar o sucesso de forma ética, preservando o meio ambiente e contribuindo de forma positiva para a sociedade.

Ao gerir os riscos socioambientais, a Companhia fortalece sua reputação, conquista a confiança dos clientes e investidores, além de contribuir positivamente para a comunidade na qual está inserida. Ademais, a eficiência operacional e a redução de custos podem ser alcançadas por meio de processos mais sustentáveis e tecnologias inovadoras, conferindo-lhe maior competitividade no mercado global.

Diretrizes

A gestão de riscos socioambientais está apoiada nos seis pilares que compõem a Plataforma Marfrig de Sustentabilidade:

- Controle de Origem;

- Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- Bem-estar Animal;
- Uso de Recursos Naturais;
- Efluentes e Resíduos;
- Responsabilidade Social;

A Diretoria de Sustentabilidade e as áreas envolvidas em cada um dos seis pilares possuem planos de trabalho específicos de gerenciamento que consideram aspectos de curto, médio e longo prazo, inclusive das situações de riscos, com objetivos e metas estabelecidas, atribuição de responsabilidades e funções, cronogramas e monitoramento das ações desenvolvidas. Além disso, esses planos também preveem a utilização de devida diligência em relação aos riscos reais e potenciais de suas atividades quanto aos impactos negativos à sustentabilidade, tanto internamente quanto em relação à sua cadeia de fornecedores.

Dado a importância do tema para a Companhia, foram criadas as Políticas de Sustentabilidade, Responsabilidade Social, Relacionamento com Stakeholders, e Bem-estar Animal, disponíveis no site da Companhia para consulta aos colaboradores, fornecedores e outros públicos de relacionamento.

Risco Operacional

O risco operacional representa a possibilidade de perdas resultantes de inadequações ou falhas nos processos internos da Companhia, erros cometidos por colaboradores, deficiências nos sistemas tecnológicos ou eventos externos incontornáveis. Compreender e gerenciar eficazmente esse tipo de risco tornou-se uma prioridade estratégica por diversas razões:

- **Proteção do Valor Empresarial:** O risco operacional pode ter impactos financeiros significativos, afetando diretamente a lucratividade e a estabilidade financeira. A gestão adequada do risco operacional preserva o valor do negócio, protegendo os ativos e os interesses dos stakeholders.
- **Sustentabilidade Operacional:** A exposição a riscos operacionais não mitigados pode levar a interrupções nas operações, atrasos na produção e falhas na entrega de produtos ou serviços. Ao adotar medidas de mitigação, as empresas aumentam sua capacidade de operar de forma consistente e resiliente.
- **Reputação e Credibilidade:** Incidentes decorrentes de riscos operacionais, como produtos defeituosos ou interrupções no serviço, podem minar a confiança dos clientes e prejudicar a reputação da Companhia. A gestão proativa do risco operacional contribui para a manutenção da credibilidade e da imagem no mercado.
- **Conformidade Regulatória:** a Companhia está sujeita a regulamentações rigorosas que exigem a identificação e o controle de riscos operacionais. O não cumprimento dessas exigências pode resultar em multas substanciais e outras penalidades.
- **Preparação para o Inesperado:** Eventos externos imprevisíveis, como desastres naturais, crises econômicas ou mudanças regulatórias súbitas, podem abalar uma organização. A gestão do risco operacional prepara a Companhia para enfrentar esses eventos e responder de maneira eficaz.

A implementação de uma abordagem para a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento desses riscos é crucial para a continuidade bem-sucedida das operações, a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo da Companhia.

Risco Sanitário

A garantia da segurança do alimento se dá através do cumprimento das normas sanitárias e processos de Qualidade que são fundamentais para a manutenção da reputação, sustentabilidade e o sucesso do negócio. Através de processos produtivos seguros e medidas efetivas de controle de processo

registrados diariamente através dos monitoramentos contínuos, podemos garantir que os produtos comercializados pela Companhia estejam em conformidade com padrões higiênicos sanitários e de qualidade, asseguramos a Satisfação tanto dos consumidores quanto da própria organização.

A indústria frigorífica, por lidar diretamente com a produção de alimentos perecíveis, enfrenta desafios únicos em relação à manutenção da higiene e ao controle de contaminação, tornando a adoção de práticas sanitárias essenciais para mitigar riscos à saúde pública e para manter a integridade dos produtos.

Esses riscos podem comprometer a qualidade e segurança dos produtos produzidos nas unidades do grupo, podendo resultar em possíveis problemas de saúde para os consumidores e prejudicando a reputação da Companhia. Abaixo estão alguns dos principais riscos sanitários enfrentados na rotina do dia a dia, onde a Marfrig através de seus processos estabelecidos e aplicados, garantem seus produtos:

- Contaminação microbiológica: A presença de microrganismos patogênicos nos alimentos pode levar a surtos de doenças transmitidas por alimentos. Isso pode ocorrer devido à diversos fatores, entre eles a falhas nas Boas Práticas de Fabricação no processo dos alimentos ou à contaminação cruzada entre alimentos através de superfícies sem a devida higienização e Procedimentos sanitários incorretos.
- Contaminação química: O uso inadequado ou incorreto de substâncias químicas, como medicamentos veterinários, produtos de limpeza ou aditivos, pode resultar em contaminação dos alimentos, tornando-os inseguros para o consumo humano.
- Contaminação física: A presença de materiais estranhos aos alimentos pode ocorrer durante o processamento ou manipulação incorretos, representando um risco de lesões aos consumidores.
- Má conservação e refrigeração inadequada: A falta de controle da temperatura de refrigeração das armazenagens ou de veículos pode implicar em perda de Qualidade dos produtos e favorecer o crescimento de microrganismos, impactando em deterioração dos alimentos reduzindo sua vida útil ou mesmo inviabilizando seu consumo.
- Problemas de higiene pessoal: A falta de Boas Práticas de Fabricação e de higiene dos funcionários pode levar à contaminação cruzada dos alimentos durante o manuseio ou produção.
- Falhas no controle e garantia da qualidade: A falta de um sistema de controle e Garantia da qualidade robusto pode resultar em produtos que não atendem aos padrões sanitários estabelecidos, aumentando o risco de comercializar alimentos inadequados para o consumo.
- Problemas de saneamento nas instalações: A má gestão dos resíduos e águas residuais, bem como a falta de limpeza e desinfecção adequadas das instalações, podem contribuir para a atração e proliferação de pragas prejudiciais ao processo industrial como um todo.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota políticas rigorosas de processo, garantindo práticas de higiene e manipulação seguras, em instalações que atenderem a todo as Normas e Legislações Nacionais e Internacionais vigentes e aplicáveis de acordo com suas habilitações, realizando monitoramento contínuo do processo produtivo e cumprindo com a sua missão, visão e valores.

Além disso, a capacitação adequada dos funcionários e investimentos em tecnologias de controle e rastreamento de processos também são fundamentais para garantir a qualidade e segurança dos alimentos produzidos.

Risco Tecnológico

O Risco Tecnológico está associado a falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações produtivas ou fabris, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da organização, ao longo da sua cadeia de valor. Pode estar também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, nos sistemas informatizados ao capturar, registrar, monitorar e reportar corretamente transações ou posições.

Investir em estratégias de proteção cibernética, planos de contingência, treinamento de pessoal e parcerias com especialistas em segurança da informação são algumas das ações essenciais para fortalecer a resiliência tecnológica da organização.

A seguir, alguns dos principais riscos tecnológicos que a Companhia pode enfrentar:

- **Segurança cibernética:** A exposição da Companhia a ameaças cibernéticas, como ataques de hackers, malware, phishing e ransomware, pode comprometer a integridade dos sistemas de informação, roubar dados confidenciais e interromper as operações, resultando em perdas financeiras e danos à reputação.
- **Vazamento de dados:** Falhas na segurança da informação podem levar ao vazamento de dados sensíveis, como informações de clientes, fornecedores e funcionários, causando violações de privacidade e problemas legais.
- **Interrupção de sistemas:** A dependência de sistemas digitais torna a Companhia vulnerável a falhas técnicas, erros humanos ou desastres naturais que possam interromper as operações e afetar a produtividade.
- **Problemas de integração de sistemas:** A utilização de diversas tecnologias e sistemas de informação pode resultar em dificuldades de integração, gerando inconsistências e dificuldades de comunicação entre diferentes áreas da Companhia.
- **Gestão inadequada de ativos tecnológicos:** A falta de monitoramento e manutenção dos ativos tecnológicos, como servidores, computadores e equipamentos de automação, pode levar a falhas operacionais e reduzir a eficiência dos processos.
- **Falta de backup e recuperação de dados:** A ausência de estratégias efetivas de backup de dados e recuperação pode resultar em perda irreparável de informações críticas em caso de incidentes de segurança ou falhas nos sistemas.
- **Desatualização tecnológica:** O não acompanhamento das inovações tecnológicas pode levar a Companhia a ficar obsoleta, perdendo competitividade no mercado e enfrentando dificuldades para atender às demandas dos clientes.
- **Conformidade regulatória:** A Companhia precisa se adequar às regulamentações e normas específicas do setor que envolvam o uso de tecnologia, como segurança de dados e privacidade, a fim de evitar penalidades legais e multas.
- **Uso inadequado de tecnologias:** A falta de treinamento adequado para os colaboradores ou o uso impróprio das tecnologias disponíveis pode levar a erros nos processos, afetando a qualidade dos produtos e a segurança dos alimentos.

Para mitigar esses riscos, a Companhia investe em políticas de segurança cibernética robustas, treinamento dos colaboradores para o uso adequado das tecnologias, atualização constante de sistemas e infraestrutura, e implementação de práticas de backup e recuperação de dados.

Outros Riscos

A área de Gestão de Riscos promove discussões de outros potenciais fatores de Riscos que possam impactar a Companhia e as devidas ações para mitigá-los.

Descrição dos Controles Internos

As Diretorias das Divisões de Negócios têm a responsabilidade e compromisso com a entrega de suas metas de performance estabelecidas no período orçamentário. Para tal, é necessário que as Diretorias observem suas variáveis de risco e tomem suas ações para garantir suas entregas, dentro dos parâmetros desta política. É competência de cada Divisão de Negócio: i) a identificação e avaliação de seus riscos de mercado, ii) a definição e execução de suas estratégias de proteção de riscos, tomando como base seu conhecimento, suas análises e instrumentos disponíveis nos mercados locais, iii) o controle e práticas de gestão das variáveis de riscos, e iv) o reporte dos resultados do desdobramento dessa Política ao GGR.

As Diretorias das Divisões devem garantir uma comunicação formal e tempestiva ao GGR em caso de qualquer evento que indique impacto significativo em relação ao orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. Nesse caso, o GGR irá submeter à Diretoria Estatutária as exposições e ações propostas pelas Divisões de Negócios. Caberá ao GGR formalizar esse fluxo de informação por escrito.

(a) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Cada Divisão de Negócio da Companhia possui uma Diretoria Financeira que tem, dentre outras atribuições, a responsabilidade pelo mapeamento e reporte das exposições cambiais (on-balance e off-balance) para a Vice-Presidência de Finanças e RI da Companhia.

Após a formalização da operação de hedge com a contraparte, cada Divisão de Negócio é responsável por registrar contabilmente o derivativo nos respectivos livros contábeis, sempre com base nos cálculos marcação- a mercado. Além disso, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para conferir razoável segurança em seus processos e demonstrações financeiras.

(b) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Na opinião dos Diretores, a avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. A Companhia recorre à auditoria interna e em conjunto com as recomendações constantes do relatório de controles internos emitidos pela auditoria externa, avalia a eficiência dos controles e promove a melhoria dos processos e práticas internas.

Os serviços de auditoria externa, para o exercício social de 2023 foram prestados pela Grant Thornton como auditoria independente da Companhia foram iniciadas a partir da revisão das Informações Trimestrais (ITRs) relativas ao primeiro trimestre do exercício social de 2017.

Em 2015 foi institucionalizada a área de Compliance da Companhia, demonstrando empenho da Companhia em cumprir e estar em conformidade com regulamentos internos e externos de atuação.

Tais trabalhos contribuem para o aprimoramento dos controles internos da Companhia. A partir do exercício de 2019, a Companhia passou a receber os relatórios dos auditores independentes, os quais contemplaram as recomendações sobre os controles internos, que foram analisadas e implementadas dentro do planejamento da Companhia priorizando os aspectos mais relevantes. O resultado do trabalho das auditorias interna e externa são apresentados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria que também contribuem para o aprimoramento nos processos e controles internos da Companhia. Os Diretores acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações contábeis.

(c) Estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira é a principal área responsável pelas demonstrações financeiras, contando com o suporte direto da Controladoria na elaboração das mesmas, garantindo a adoção de boas práticas de controle interno e em concordância com as normas contábeis aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia possui os seguintes comitês que servem para apoiar seu processo de controle: (i) Comitê de Auditoria, (ii) Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos, e (iii) Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, e (iv) Comitê de Sustentabilidade.

Os Comitês de Auditoria, de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humano, e Financeiro e de Gestão de Riscos, dentro de suas respectivas áreas, são responsáveis por assegurar que as atividades da Companhia sejam conduzidas de forma a proteger e valorizar o seu patrimônio e otimizar o retorno sobre o investimento no longo prazo. Tais Comitês apoiam e assessoram o Conselho de Administração no estabelecimento da orientação geral das atividades da Companhia e nas decisões sobre questões estratégicas, em conformidade com as leis, ética e controles internos da Companhia.

O Comitê de Sustentabilidade funciona como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas à inserção da cultura de sustentabilidade e bem-estar animal no posicionamento estratégico da Companhia.

(d) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Auditoria Interna é o responsável pela supervisão dos controles internos adotados, tendo entre suas atribuições incluir no plano anual de Auditoria Interna trabalhos para realizar testes de eficiência nos controles que ajudam a mitigar os riscos aos quais está exposta a Companhia. O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria também auxiliam a auditoria interna da Companhia na supervisão dos controles internos adotados.

(e) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Grant Thornton Auditores Independentes comunicou os responsáveis pela governança as contatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos.

Os diretores entendem que os comentários apresentados nos relatórios sobre procedimentos e controles internos emitidos pelos auditores independentes da Companhia não representam riscos de distorções relevantes das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e que o relatório não afeta a opinião dos auditores em seus respectivos relatórios finais de auditoria.

Os Relatórios de Recomendações para Aprimoramento dos Procedimentos Contábeis e dos Controles Internos, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não apontaram deficiências significativas de controles.

Os auditores recomendaram que a Companhia realizasse: mapeamento de todos os processos, identificando os controles chave de cada um e definição de um cronograma anual de acompanhamento e monitoramento da efetividade dos controles (testes de auditoria interna).

(f) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores da Companhia avaliaram o Relatório de Recomendações para Aprimoramento dos

Procedimentos Contábeis e dos Controles Internos (“Relatório sobre Controles Internos”) emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes, em relação ao exercício de 2024, e endereçaram as recomendações apontadas como oportunidade de melhoria nos processos de controles internos.

Os diretores informam, ainda, que a Companhia fez no exercício social de 2019, uma revisão em toda a política de normas e procedimentos internos e mantém constante processo de atualização e revisão dessas normas, bem como procedimentos de avaliação de sua aplicabilidade e que estará avaliando as sugestões propostas e incrementando o que for aderente.

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Definição de diretrizes e regras claras

A Companhia conta com uma área de Compliance autônoma, responsável pela gestão das principais regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenir, detectar e corrigir desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos contra a administração pública, os quais estão descritos nos documentos listados a seguir. As políticas sob a gestão da área de Compliance são públicas, podem ser acessadas em <https://www.marfrig.com.br/pt/compliance>, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

- (i) Código de Ética e Conduta;
- (ii) Política Global Anticorrupção;
- (iii) Política de Doação, Patrocínios e Contribuições;
- (iv) Política Concorrencial;
- (v) Política de Conflitos de Interesses;
- (vi) Política de Relacionamento e Comunicação com Agentes Públicos;
- (vii) Política de Brindes, Presentes, Entretenimentos e Hospitalidades;
- (viii) Política de Mídias Sociais;
- (ix) Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo; e

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Treinamento periódico

Capacitação regular de todos os colaboradores, com ênfase nas áreas e cargos mais suscetíveis aos riscos identificados.

Monitoramento de Riscos

Implementação e acompanhamento de indicadores específicos para monitorar riscos.

Detecção de Irregularidades

Institucionalização de canais de denúncias e mecanismos para reportar preocupações de forma confidencial.

Comitês de Avaliação e Resposta a Incidentes

Formação de comitês especializados para avaliar incidentes e aplicar políticas de consequências adequadas.

Monitoramento Contínuo

Reavaliação constante dos riscos de Compliance e revisão periódica das políticas e procedimentos internos para garantir sua eficácia.

Além disso, e das políticas que estão sob gestão da área de Compliance, a Marfrig possui o "Código de Ética e Conduta de Terceiros", que fornece orientações sobre a postura adequada e esperada de seus parceiros na condução dos negócios, assegurando que estejam alinhados com as diretrizes da Companhia. A entrega desse Código a todos os terceiros com os quais firmamos contrato é obrigatória, e todos os contratos incluem cláusulas de compliance, reforçando nosso compromisso com a integridade.

A Companhia também realiza atividades contínuas de conscientização e divulgação sobre a

importância e a finalidade desses mecanismos de integridade.

ii. A estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Com a implementação do Departamento de Compliance a partir de deliberação conjunta do Comitê de Gestão e do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos, foi reestruturado o Comitê de Ética e Compliance, coordenado pela Área de Compliance. As atribuições do Comitê de Ética e Compliance, incluem avaliar a aderência das políticas da Companhia, indicadores da área, avaliar as consultas que lhe forem endereçadas, analisar os reportes recebidos, bem como analisar casos não previstos nas políticas da Companhia. Além deste comitê a Companhia conta com o Comitê de Auditoria, órgão auxiliar do Conselho de Administração na operacionalização dos processos de auditoria interna e externa, que avalia a eficácia dos controles de observância legal e controles internos.

a) código de ética ou de conduta

A Companhia adota um Código de Ética e Conduta (“**Código de Conduta**”), cuja última revisão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em Agosto de 2024 e que pode ser acessado em <https://www.marfrig.com.br/pt/compliance/politicas-compliance>

O documento aborda temas como direitos humanos, antissuborno, anticorrupção, ambiente de trabalho, normas de comportamento, diversidade e inclusão entre outros assuntos.

O Código de Ética e Conduta se aplica a todos os administradores e colaboradores da Companhia, e busca estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar as relações internas e externas da Companhia, bem como as atitudes e ações em suas diversas relações.

As sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Ética e Conduta ou à sua essência estão previstas na legislação civil, penal e trabalhista aplicável, podendo variar entre advertência, suspensão, destituição da função gerencial e dispensa do empregado.

As diretrizes e orientações contidas no Código de Ética e Conduta são de conhecimento de todos os colaboradores, dirigentes, estagiários, temporários, jovens aprendizes e prestadores de serviços internos da Companhia, bem como dos demais públicos pertinentes.

Todo novo empregado realiza treinamento de integração, oportunidade em que é apresentado o Código de Conduta, sua capacitação e o aceite. Além disso, a Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta com periodicidade anual ou sempre que houver alterações/atualizações, abrangendo todos os envolvidos, quais sejam, diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, empregados e estagiários.

b) canal de denúncias

A Companhia possui canal de Denúncia denominado HELPLINE, gerenciado pela área Compliance, disponibilizado para receber toda e qualquer denúncia acerca de fatos que contrariem o Código de Ética e Conduta, às leis aplicáveis, normas, políticas e procedimentos da Companhia.

O canal é disponibilizado aos colaboradores da Companhia, clientes, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros e demais terceiros interessados.

A Companhia valoriza a ética e a transparência em suas operações. Por isso, oferecemos aos colaboradores e terceiros a opção de enviar relatos de forma completamente anônima, através do Canal de Denúncias, garantido o sigilo das informações.

A Companhia estimula a comunicação imediata de inconformidades e não tolera retaliações ou

punições àqueles que registrarem denúncias com responsabilidade.

Recebemos, no ano, 586 manifestações em nossos canais de denúncias. Em relação à procedência, 574 (aproximadamente 98%) são do Brasil. Já sobre os assuntos reportados, cerca de 43% (250 manifestações) são correlatos a direitos humanos (assédio moral, assédio sexual, discriminação e violência física). Não houve, em 2024, operações materiais avaliadas em relação a riscos com corrupção, nem foram registrados casos de corrupção, de nenhuma natureza, de conhecimento público ou confirmados.

iii. procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Política Global Anticorrupção da Marfrig prevê a inclusão de cláusulas anticorrupção apropriadas em todos os contratos firmados pela Companhia, além de considerar outras medidas disponíveis para evitar a sucessão de qualquer passivo prévio ao fechamento da operação.

Além disso, após conclusão do negócio, deve ser conduzida uma análise de conformidade com as Leis Anticorrupção e Antitruste e a adequação à Política Anticorrupção, conforme necessário.

iv. razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Os principais riscos a que a Companhia está exposta estão sujeitos a fatores internos e externos, de diferentes complexidades conforme descritos na seção 4 deste Formulário de Referência. A estrutura organizacional, as práticas, os procedimentos e as políticas de controles internos atuam de forma sistemática e consistente na identificação das mudanças, na avaliação e em respostas mais efetivas sobre os efeitos daqueles riscos. Neste contexto, a Companhia aperfeiçoa sua estrutura, suas práticas, seus procedimentos e suas políticas visando a mitigar a exposição da Companhia aos principais riscos a que está exposta.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção deste Formulário de Referência.

Não há outras informações relevantes.